

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	13
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	14
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	15
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	16
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010	17
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	18
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	19
--------------------------	----

Notas Explicativas	40
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	104
----------------------------------------------	-----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	106
-------------------------------------------------	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	107
-------------------------------------------------------------	-----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	108
------------------------------------------------------------------------	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.217.374.279
Preferenciais	0
Total	2.217.374.279
Em Tesouraria	
Ordinárias	795.889
Preferenciais	0
Total	795.889

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	11.250.459	10.857.138
1.01	Ativo Circulante	44.184	516.815
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	40.395	6.016
1.01.02	Aplicações Financeiras	0	9
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	0	9
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	0	9
1.01.06	Tributos a Recuperar	404	381
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	404	381
1.01.06.01.01	Impostos e Contribuições Indiretos a Recuperar	2	1
1.01.06.01.02	Impostos e Contribuições Diretos a Recuperar	402	380
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	3.385	510.409
1.01.08.03	Outros	3.385	510.409
1.01.08.03.01	Dividendos e JSCP a Receber	0	509.235
1.01.08.03.03	Outros Ativos	3.385	1.174
1.02	Ativo Não Circulante	11.206.275	10.340.323
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	32.325	29.529
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	55	416
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	55	416
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	32.270	29.113
1.02.01.09.03	Impostos Diretos a Recuperar	8.544	8.372
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	23.726	20.741
1.02.02	Investimentos	11.016.394	10.153.238
1.02.02.01	Participações Societárias	11.016.394	10.153.238
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	11.016.394	10.153.238
1.02.04	Intangível	157.556	157.556
1.02.04.01	Intangíveis	157.556	157.556

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	11.250.459	10.857.138
2.01	Passivo Circulante	29.527	515.011
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	51	102
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	51	102
2.01.02	Fornecedores	2.081	1.296
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.081	1.296
2.01.03	Obrigações Fiscais	46	164
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	15	150
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	15	150
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	31	14
2.01.03.03.01	ISS a pagar	31	14
2.01.05	Outras Obrigações	27.349	513.449
2.01.05.02	Outros	27.349	513.449
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	25.422	511.738
2.01.05.02.04	Outros Passivos	1.927	1.711
2.02	Passivo Não Circulante	38.834	36.124
2.02.02	Outras Obrigações	29.865	26.847
2.02.02.02	Outros	29.865	26.847
2.02.02.02.03	Outros Passivos	29.865	26.847
2.02.04	Provisões	8.969	9.277
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	8.969	9.277
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	3.902	4.021
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	5.067	5.256
2.03	Patrimônio Líquido	11.182.098	10.306.003
2.03.01	Capital Social Realizado	8.164.665	8.149.096
2.03.02	Reservas de Capital	380.560	396.129
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	380.560	380.560
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	0	15.569
2.03.04	Reservas de Lucros	1.757.409	1.760.778
2.03.04.01	Reserva Legal	226.848	226.848
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-3.369	0
2.03.04.10	Reserva para Expansão	1.533.930	1.533.930
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	879.464	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	315.027	877.044	146.115	330.996
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.693	-6.160	-1.527	-3.929
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-3	-1.030	-43	-26
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	316.723	884.234	147.685	334.951
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	315.027	877.044	146.115	330.996
3.06	Resultado Financeiro	1.404	2.420	408	1.723
3.06.01	Receitas Financeiras	1.443	2.649	435	1.888
3.06.02	Despesas Financeiras	-39	-229	-27	-165
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	316.431	879.464	146.523	332.719
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	316.431	879.464	146.523	332.719
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	316.431	879.464	146.523	332.719
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,14276	0,39677	0,05918	0,13439
3.99.01.02	PN	0,00000	0,00000	0,05918	0,13439

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
4.01	Lucro Líquido do Período	316.431	879.464	146.523	332.719
4.03	Resultado Abrangente do Período	316.431	879.464	146.523	332.719

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	501.015	172.767
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-6.937	-3.801
6.01.01.01	Lucro antes do IR e CSLL	879.464	332.719
6.01.01.03	Resultado de Equivalência Patrimonial	-884.234	-334.951
6.01.01.05	Passivo Atuarial	-189	-189
6.01.01.07	Atualização Monetária sobre depósitos judiciais e contingências	-97	-51
6.01.01.09	Juros sobre Aplicações Financeiras	-1.915	-1.336
6.01.01.11	Provisão para contingências	-278	7
6.01.01.12	Outros	312	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	507.952	176.568
6.01.02.02	Impostos e Contribuições a Recuperar	-194	-287
6.01.02.06	Outros ativos circuntes e não circulantes	-2.212	-321
6.01.02.07	Obrigações Trabalhistas	-51	23
6.01.02.08	Fornecedores	785	-4.707
6.01.02.09	Impostos, Taxas e Contribuições	-118	152
6.01.02.10	Dividendos recebidos	509.235	190.000
6.01.02.11	Depósitos judiciais	-2.728	-8.292
6.01.02.12	Outros passivos circuntes e não circulantes	3.235	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	2.284	1.214
6.02.01	Aplicações Financeiras	2.284	1.214
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-468.920	-201.148
6.03.01	Ações em tesouraria	-3.369	0
6.03.02	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-465.551	-201.148
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	34.379	-27.167
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	6.016	35.958
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	40.395	8.791

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	8.149.096	396.129	1.760.778	0	0	10.306.003
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	8.149.096	396.129	1.760.778	0	0	10.306.003
5.04	Transações de Capital com os Sócios	15.569	-18.938	0	0	0	-3.369
5.04.01	Aumentos de Capital	15.569	-15.569	0	0	0	0
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-3.369	0	0	0	-3.369
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	879.464	0	879.464
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	879.464	0	879.464
5.07	Saldos Finais	8.164.665	377.191	1.760.778	879.464	0	11.182.098

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	8.149.096	396.129	158.049	-125.914	0	8.577.360
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	8.149.096	396.129	158.049	-125.914	0	8.577.360
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	8.345	0	0	8.345
5.04.08	Dividendos prescritos	0	0	8.345	0	0	8.345
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	332.719	0	332.719
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	332.719	0	332.719
5.07	Saldos Finais	8.149.096	396.129	166.394	206.805	0	8.918.424

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-6.110	-2.102
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-6.110	-2.102
7.03	Valor Adicionado Bruto	-6.110	-2.102
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-6.110	-2.102
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	886.882	336.839
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	884.234	334.951
7.06.02	Receitas Financeiras	2.648	1.888
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	880.772	334.737
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	880.772	334.737
7.08.01	Pessoal	491	1.015
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.157	982
7.08.01.02	Benefícios	9	7
7.08.01.04	Outros	-675	26
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	498	776
7.08.02.01	Federais	486	765
7.08.02.02	Estaduais	12	11
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	319	227
7.08.03.01	Juros	223	131
7.08.03.02	Aluguéis	96	96
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	879.464	332.719
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	879.464	332.719

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	20.097.289	19.370.852
1.01	Ativo Circulante	7.071.209	6.425.920
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.129.869	2.376.232
1.01.02	Aplicações Financeiras	42	18.177
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	42	18.177
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	42	18.177
1.01.03	Contas a Receber	3.152.122	2.748.411
1.01.03.01	Clientes	3.152.122	2.748.411
1.01.04	Estoques	353.191	228.654
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.102.559	855.965
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.102.559	855.965
1.01.06.01.01	Impostos Indiretos a Recuperar	592.047	494.036
1.01.06.01.02	Impostos Diretos a Recuperar	510.512	361.929
1.01.07	Despesas Antecipadas	236.674	93.768
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	96.752	104.713
1.01.08.03	Outros	96.752	104.713
1.01.08.03.01	Operações com Derivativos	7.656	6.122
1.01.08.03.02	Outros Ativos	89.096	98.591
1.02	Ativo Não Circulante	13.026.080	12.944.932
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.716.863	2.545.361
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	19.397	13.692
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação	19.397	13.692
1.02.01.03	Contas a Receber	54.700	36.812
1.02.01.03.01	Clientes	54.700	36.812
1.02.01.06	Tributos Diferidos	1.549.052	1.732.732
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.549.052	1.732.732
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	92.912	14.620
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.000.802	747.505
1.02.01.09.03	Operações com Derivativos	49.950	16.746
1.02.01.09.04	Outros Ativos Não-Circulantes	13.772	17.763
1.02.01.09.05	Depósitos Judiciais	569.467	385.519
1.02.01.09.06	Impostos Indiretos a Recuperar	311.778	188.111
1.02.01.09.07	Impostos Diretos a Recuperar	55.835	139.366
1.02.03	Imobilizado	5.866.218	5.863.723
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	5.283.689	4.785.419
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	582.529	1.078.304
1.02.04	Intangível	4.442.999	4.535.848
1.02.04.01	Intangíveis	4.075.428	4.168.277
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.856.438	2.020.157
1.02.04.01.02	Licença de Uso de Softwares	2.113.616	1.991.543
1.02.04.01.03	Outros Intangíveis	105.374	156.577
1.02.04.02	Goodwill	367.571	367.571

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	20.097.289	19.370.852
2.01	Passivo Circulante	5.143.912	5.691.089
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	159.639	125.292
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	159.639	125.292
2.01.02	Fornecedores	2.901.207	3.103.469
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.782.370	2.976.302
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	118.837	127.167
2.01.03	Obrigações Fiscais	870.635	809.703
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	362.646	338.112
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	239.488	190.652
2.01.03.01.02	Outros Impostos e Taxas Federais	123.158	147.460
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	448.199	417.659
2.01.03.02.01	ICMS	448.199	417.659
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	59.790	53.932
2.01.03.03.01	ISS	52.147	46.539
2.01.03.03.02	Outros Impostos e Taxas	7.643	7.393
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	871.722	957.549
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	871.722	957.549
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	847.319	957.549
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	24.403	0
2.01.05	Outras Obrigações	340.709	695.076
2.01.05.02	Outros	340.709	695.076
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	25.422	511.737
2.01.05.02.04	Operações com Derivativos	923	2.071
2.01.05.02.05	Autorizações a pagar	58.526	0
2.01.05.02.06	Outros Passivos	255.838	181.268
2.02	Passivo Não Circulante	3.775.868	3.378.954
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.657.992	2.277.121
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.657.992	2.277.121
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.503.998	1.552.893
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.153.994	724.228
2.02.02	Outras Obrigações	547.134	504.165
2.02.02.02	Outros	547.134	504.165
2.02.02.02.03	Operações com Derivativos	115.328	164.482
2.02.02.02.04	Impostos, Taxas e Contribuições Indiretos	125.530	57.720
2.02.02.02.05	Impostos, Taxas e Contribuições Diretos	163.734	138.981
2.02.02.02.07	Outros Passivos	142.542	142.982
2.02.03	Tributos Diferidos	78.277	83.708
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	78.277	83.708
2.02.04	Provisões	492.465	513.960
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	237.694	258.223
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	113.972	145.099
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	56.110	53.162
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	8.977	9.166
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	54.305	40.531
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias	4.330	10.265

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2.02.04.02	Outras Provisões	254.771	255.737
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	254.771	255.737
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	11.177.509	10.300.809
2.03.01	Capital Social Realizado	8.164.665	8.149.096
2.03.02	Reservas de Capital	380.560	396.129
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	380.560	380.560
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	0	15.569
2.03.04	Reservas de Lucros	1.752.215	1.755.584
2.03.04.01	Reserva Legal	226.848	226.848
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-3.369	0
2.03.04.10	Reserva para Expansão	1.528.736	1.528.736
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	880.069	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	4.371.388	12.375.409	3.676.781	10.531.801
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.225.614	-6.280.642	-1.871.992	-5.370.481
3.03	Resultado Bruto	2.145.774	6.094.767	1.804.789	5.161.320
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.632.896	-4.702.764	-1.525.239	-4.475.725
3.04.01	Despesas com Vendas	-1.236.615	-3.531.171	-1.172.551	-3.358.345
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-241.001	-728.111	-252.440	-769.339
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	12.261	33.499	5.499	21.260
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-167.541	-476.981	-105.747	-369.301
3.04.05.01	Amortização de Concessão	-77.256	-228.748	-75.629	-226.888
3.04.05.02	Outras Despesas Operacionais	-90.285	-248.233	-30.118	-142.413
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	512.878	1.392.003	279.550	685.595
3.06	Resultado Financeiro	-61.450	-138.040	-58.839	-188.666
3.06.01	Receitas Financeiras	271.176	541.892	122.612	574.702
3.06.02	Despesas Financeiras	-332.626	-679.932	-181.451	-763.368
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	451.428	1.253.963	220.711	496.929
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-134.796	-373.894	-74.188	-169.861
3.08.01	Corrente	-59.161	-195.646	-45.069	-102.594
3.08.02	Diferido	-75.635	-178.248	-29.119	-67.267
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	316.632	880.069	146.523	327.068
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	316.632	880.069	146.523	327.068
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	316.632	880.069	146.523	327.068
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	316.632	880.069	146.523	327.068
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	316.632	880.069	146.523	327.068
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	316.632	880.069	146.523	327.068

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.003.461	1.732.042
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	3.613.102	3.304.473
6.01.01.01	Lucro Antes dos Impostos	1.253.963	496.929
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	1.931.179	2.306.661
6.01.01.04	Passivo Atuarial	-189	-189
6.01.01.05	(Lucro)/Prejuízo na baixa de bens	11.370	24.147
6.01.01.06	Juros das obrigações decorrentes de descontinuidade de ativos	-951	-886
6.01.01.07	Provisão para Contingências	109.661	35.775
6.01.01.08	Atualização Monetária Depósitos Judiciais e Contingências	-27.056	-7.890
6.01.01.09	Juros e Variação Monetária e cambial sobre Empréstimos	258.284	299.566
6.01.01.10	Juros sobre aplicações financeiras	-127.921	-99.918
6.01.01.11	Outros ajustes financeiros	35.684	-2.204
6.01.01.12	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	169.078	252.482
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.609.641	-1.572.431
6.01.02.01	Contas a receber de Clientes	-547.737	-422.142
6.01.02.02	Impostos e Contribuições a Recuperar	-272.670	-42.226
6.01.02.03	Estoques	-124.537	183.725
6.01.02.04	Despesas Antecipadas	-221.198	-158.466
6.01.02.05	Imposto de renda e contribuição social diferidos - Ativo	183.680	76.139
6.01.02.06	Depósitos Judiciais	-155.845	-112.301
6.01.02.07	Outros ativos circulantes e não circulantes	14.853	6.832
6.01.02.08	Obrigações Trabalhistas	34.347	25.586
6.01.02.09	Fornecedores	-215.451	-1.004.449
6.01.02.10	Impostos, Taxas e Contribuições	-73.984	11.960
6.01.02.11	Imposto de renda e contribuição social diferidos - Passivo	-173.307	-76.139
6.01.02.12	Provisão para contingências	-131.048	-75.078
6.01.02.13	Autorizações a pagar	58.526	0
6.01.02.14	Outros	14.730	14.128
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.711.860	-1.495.917
6.02.01	Aplicações Financeiras	140.350	229.899
6.02.02	Adições ao Ativo imobilizado e Intangível	-1.852.193	-1.735.521
6.02.04	Outros	-17	9.705
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-537.964	-1.295.321
6.03.01	Novos Empréstimos	757.333	456.119
6.03.02	Amortização de Empréstimos	-745.462	-1.514.005
6.03.03	Dividendos Pagos	-486.315	-201.148
6.03.04	Operações com derivativos	-60.151	-36.287
6.03.05	Ações em em tesouraria	-3.369	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-246.363	-1.059.196
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.376.232	2.413.024
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.129.869	1.353.828

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	8.149.096	396.129	1.755.584	0	0	10.300.809	0	10.300.809
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	8.149.096	396.129	1.755.584	0	0	10.300.809	0	10.300.809
5.04	Transações de Capital com os Sócios	15.569	-18.938	0	0	0	-3.369	0	-3.369
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	15.569	-15.569	0	0	0	0	0	0
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-3.369	0	0	0	-3.369	0	-3.369
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	880.069	0	880.069	0	880.069
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	880.069	0	880.069	0	880.069
5.07	Saldos Finais	8.164.665	377.191	1.755.584	880.069	0	11.177.509	0	11.177.509

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	8.149.096	396.129	158.049	-125.914	0	8.577.360	0	8.577.360
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	8.149.096	396.129	158.049	-125.914	0	8.577.360	0	8.577.360
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	8.345	0	0	8.345	0	8.345
5.04.08	Dividendos prescritos	0	0	8.345	0	0	8.345	0	8.345
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	327.068	0	327.068	0	327.068
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	327.068	0	327.068	0	327.068
5.07	Saldos Finais	8.149.096	396.129	166.394	201.154	0	8.912.773	0	8.912.773

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
7.01	Receitas	16.184.253	13.543.162
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	16.353.331	13.795.644
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-169.078	-252.482
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-7.304.167	-5.914.304
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-4.789.422	-3.581.789
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.514.745	-2.332.515
7.03	Valor Adicionado Bruto	8.880.086	7.628.858
7.04	Retenções	-1.931.179	-2.306.661
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.931.179	-2.306.661
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	6.948.907	5.322.197
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	541.892	574.702
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	7.490.799	5.896.899
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	7.490.799	5.896.899
7.08.01	Pessoal	382.629	366.372
7.08.01.01	Remuneração Direta	268.953	252.757
7.08.01.02	Benefícios	86.925	87.042
7.08.01.03	F.G.T.S.	24.999	23.261
7.08.01.04	Outros	1.752	3.312
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	5.329.802	4.210.388
7.08.02.01	Federais	2.041.023	1.493.796
7.08.02.02	Estaduais	3.279.969	2.708.243
7.08.02.03	Municipais	8.810	8.349
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	898.299	993.071
7.08.03.01	Juros	674.887	759.528
7.08.03.02	Aluguéis	223.412	233.543
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	880.069	327.068
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	880.069	327.068

Comentário do Desempenho

TIM PARTICIPAÇÕES SA Anuncia seus Resultados Consolidados do Terceiro Trimestre de 2011

BOVESPA ¹

(Lote = 1 ação)
TIMP3: R\$8,88

NYSE ¹

(1 ADR = 5 ações ON)
TSU: US\$26,04

(1) preços de fechamento de 31 de outubro de 2011

Rio de Janeiro, 31 de Outubro de 2011 - TIM Participações SA (BOVESPA: TIMP3 e NYSE: TSU), a empresa que controla diretamente a TIM Celular SA e Intelig Telecomunicações Ltda, anuncia seus resultados referentes ao terceiro trimestre de 2011. A TIM Participações SA ("TIM Participações" ou "TIM") presta serviços de telecomunicações com presença nacional no Brasil.

As informações financeiras e operacionais consolidadas a seguir, exceto onde indicado, são apresentadas de acordo com o IFRS (*International Financial Reporting Standards - Padrões de Relatório Financeiro Internacional*) e em Reais do Brasil (R\$), conforme a Legislação Societária Brasileira. Todas as comparações referem-se ao terceiro trimestre de 2010 (3T10) e segundo trimestre de 2011 (2T11).

3T11 Teleconferência

Teleconferência em Português:

01 de novembro de 2011, às:
10:00 horário de Brasília
08:00 horário da costa-leste dos EUA

Teleconferência em Inglês:

01 de novembro de 2011, às:
12:30 horário de Brasília
10:30 horário da costa-leste dos EUA

Para mais informações, acesse o site da empresa:

www.tim.com.br/ri

Contatos das Relações de Investidores

ri@timbrasil.com.br
(+55 21) 4109-3360 / 4109-4017 / 4109-3751 **NEW**

Avenida das Américas, 3434
Bloco 1, 6º andar - Barra da Tijuca
Rio de Janeiro, RJ - Brasil
CEP 22640-102
Fax: +55 21 4109-3990

Destaques do 3T11: Aceleração do Crescimento do Negócio

- **Base de assinantes atingiu 59,2 milhões de usuários, 26,1% A/A**, apoiada por um forte crescimento no segmento pré-pago de +27,3% A/A e acelerando o pós-pago em +19,6% A/A;
- **As adições brutas totalizaram 10,2 milhões de linhas (um recorde para um trimestre)**, resultando em uma forte adição líquida de 3,7 milhões de linhas;
- **A receita líquida, em R\$4,4 bilhões, cresceu 18,9% A/A** e receita líquida de serviços aumentou 13,7% A/A;
- **A receita bruta de dados cresceu 47,6% em relação ao ano anterior para R\$834 milhões**, atingindo 16% do total da receita de telefonia móvel (em comparação com 13% no 3T10); usuários únicos do Infinity Web chegaram a mais de 2,2 milhões por dia;
- **A penetração de Smartphones atingiu 19,5% sobre a base total** (contra ~8% um ano atrás);
- **As receitas de voz sainte cresceram 21,1% A/A** e continuam a crescer a um ritmo acelerado;
- **O tráfego total atingiu 22,4 bilhões de minutos** (32,8% A/A);
- **O EBITDA atingiu R\$1.152 milhões**, +11,3% ao ano, ou +18,7% excluindo o impacto da capitalização do subsídio; a margem EBITDA foi de 26% contra 28% um ano atrás;
- **EBIT chegou a R\$513 milhões** (+83,5% A/A);
- **O lucro líquido totalizou R\$317 milhões**, 116% A/A;
- **O CAPEX totalizou R\$838 milhões neste trimestre** e R\$1,85 bilhão no 9M11, ou 15,0% da receita líquida;
- **Liderança na rede de qualidade da Anatel nos últimos 12 meses.**

Mensagem da Administração

Neste trimestre destaco cinco principais realizações: **(i) aceleração dos negócios, (ii) crescimento e rentabilidade, (iii) aceleração de dados, (iv) fortalecendo os pilares, e (v) oferta primária.** A TIM demonstrou que a estratégia consistente está funcionando uma vez que os resultados continuam acelerando. Passos importantes para apoiar a expansão dos negócios estão sendo tomados e garantirão o aproveitamento de todas oportunidades no mercado brasileiro.

(i) Aceleração dos Negócios: Crescendo Consistentemente

No terceiro trimestre, o cenário competitivo continuou marcante, no entanto **a TIM conseguiu liderar novamente as adições brutas de assinantes**, juntamente com o crescimento de dois dígitos na receita. A TIM registrou 10,2 milhões de adições brutas no 3T11, um recorde para um trimestre. A partir de setembro, os planos *Infinity* atingiram 95% da base total de pré-pago e o *Liberty*, mais de 65% da base de pós-paga. Abaixo, cito algumas evidências de negócios em aceleração:

- **A Base de Clientes** cresceu 26% A/A, atingindo 59,2 milhões de linhas, apoiada pelo crescimento de 27,3% do pré-pago e 19,6% do pós-pagos;
- **A Receita Líquida** cresceu 18.9% A/A e a receita de serviços 13.7% A/A;
- **KPIs Importantes de se destacar:** Tráfego total cresceu 32,8% A/A para 22,4 bilhões de minutos, enquanto o MOU manteve o ritmo de crescimento, atingindo 130 min/usuário. Importante ressaltar o crescimento da receita de Voz Sainte, +21.1% A/A;

(ii) Equilíbrio entre Crescimento e Rentabilidade

Como verificado nos últimos trimestre, mantivemos também no 3T11 um equilíbrio entre crescimento e rentabilidade.

- **SAC/ARPU** em 1.7x (vs. 2.3x no 3T10) e **provisão para inadimplência** atingiu 0.95% da receita bruta (vs. 1.3% no 3T10);
- **EBITDA** cresceu 11.3% A/A, para R\$1.152 milhões, e **EBIT** +83.5% A/A para R\$513 milhões. **Lucro** de R\$317 milhões (116% acima do 3T10);

(iii) Aceleração dos Serviços de Dados: Internet para Todos

Aceleramos o crescimento de nossos serviços de dados, mostrando que a estratégia de **internet para todos está tendo excelente resposta dos usuários.** O gargalo de penetração de smartphones está sendo deixado para trás e conseguimos atingir 19.5% de penetração neste trimestre, um crescimento de 2.5x em comparação com ano anterior. Com este cenário, o *Infinity Web* (nosso plano de dados pré-pago) passou 2,2 milhões de usuários diários.

(iv) Rede: Fortalecendo os Pilares

No período de 2009 até 2013, a TIM planeja investir organicamente R\$14 bilhões, em grande parte atribuída à infraestrutura de rede. Tal investimento tem sido crucial para sustentar o crescimento rápido do tráfego de voz e a aceleração nos dados. Em relação à investimentos não orgânicos, a Intelig e a AES Atimus foram aquisições estratégicas para Companhia nesse período de 5 anos, ambos tendo como racional o aprimoramento da rede.

Importante ressaltar que a TIM manteve a qualidade da rede no mais alto nível, de acordo com a classificação da Anatel. Instalamos até setembro, quase 2x mais TRX (capacidade 2G) em comparação com mesmo período de 2010, sendo que quase 3x nas regiões Norte e Nordeste.

(v) Oferta Primária: Recursos para Manter Crescimento

Prevendo oportunidades para continuar acelerando os negócios, e forçando a substituição F-M na voz e nos dados, é fundamental construir uma sólida infraestrutura para suportar o crescimento do tráfego. O recente aumento de capital de R\$1.7 bilhão terá fundamental importância para suportar essa visão e ainda permitirá que a solidez do balanço siga inalterado.

Perspectiva dos Negócios: Entregando Resultados de 2011

Chegando ao último trimestre do ano, estamos bem posicionados para cumprir as promessas que fizemos no início de 2011.

- Base de Clientes: recuperamos a segunda posição, alcançando uma participação de mercado acima de 26%;
- O crescimento da receita: considerando nove meses em 2011, crescemos 11,6% A/A nas receitas de serviço e, 17,5% na receita total;
- EBITDA: atingiu R\$ 3,3 bilhões, e está a caminho de cumprir as diretrizes;
- Capex e FCL Operacional: Capex totalizou R\$1,9 bilhão, portanto, EBITDA-Capex totalizou R\$1,5 bilhão.

Mantemos uma visão construtiva sobre as **oportunidades para o mercado brasileiro**, com a substituição F-M acelerando, a base ainda crescendo em ritmo forte e o mercado inexplorado para os serviços de dados (móvel ou fixo). Por último, a aquisição da Atimus (concluída em 31 de outubro), nos trará uma com sua capacidade de rede em fibra ótica.

Nossa **estratégia continuará a ser consistente e original, a inovação e a abordagem diferenciada são o nosso foco**. Não tendo o legado do negócio de telefonia fixa, seremos os pioneiros no mercado de voz, além de acelerar a penetração de dados e smartphones. Embora a competição tenha se intensificado, **vamos manter o foco no equilíbrio entre crescimento e valor**.

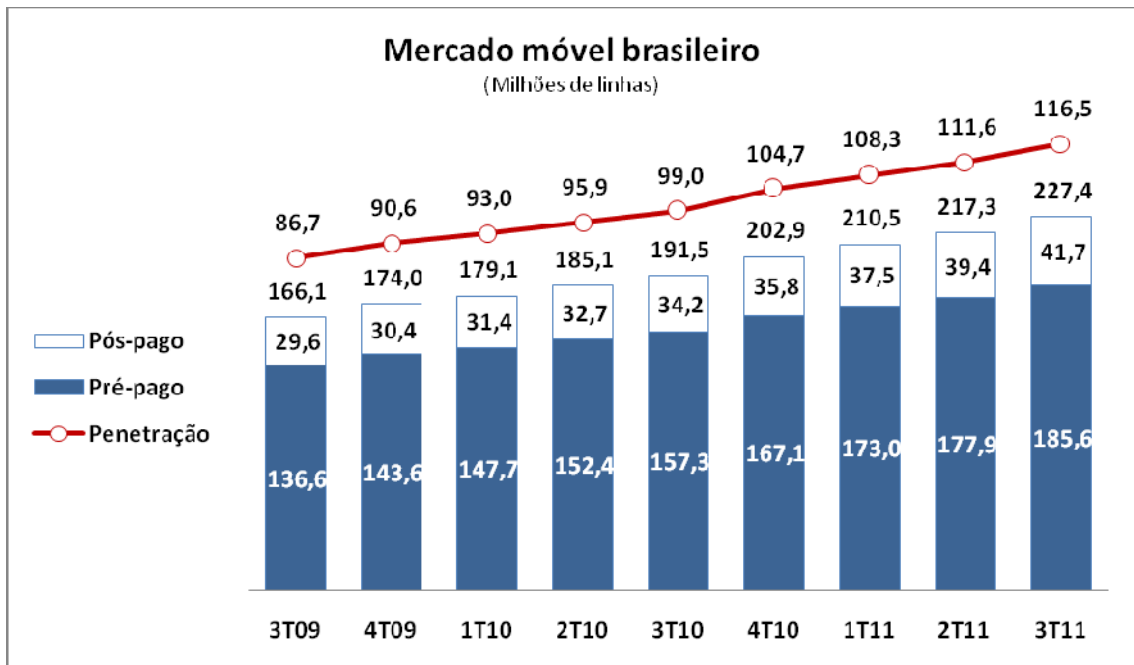
Luca Luciani

Desempenho de mercado

Visão Geral do Mercado Brasileiro

Mesmo bem acima de 100%, o crescimento da taxa de penetração permanece em dois dígitos

O mercado de telefonia móvel brasileiro atingiu 227,4 milhões de linhas no final do 3T11, o que representa um crescimento anual de 18,7% (em comparação com 15,3% no 3T10) e uma taxa de penetração de 116,5%, contra 99,0% no 3T10. O crescimento do mercado móvel tem sido apoiado por: i) estímulo agressivo de chamadas na mesma rede (o que cria um efeito de vendas de múltiplos cartões SIM no segmento pré-pago), e ii) pela crescente demanda por serviços de dados, especialmente com smart e webphones.



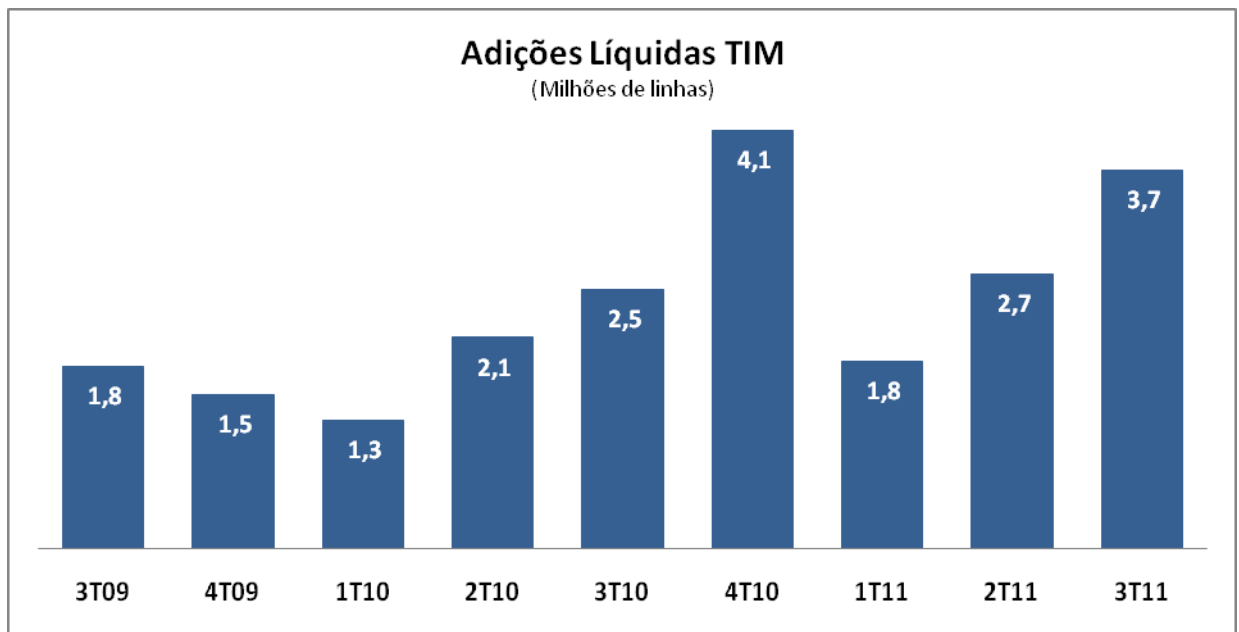
Adições líquidas do mercado no 3T11 cresceram 58% A/A

O melhor terceiro trimestre de todos os tempos. As adições líquidas no mercado no 3T11 totalizaram 10,0 milhões, um aumento notável em relação aos 6.3 milhões registrados no mesmo período do ano passado. Dividindo o mercado em segmentos pré e pós-pagos, o primeiro chegou a 185,6 milhões de usuários (+18,0% A/A) representando 81,6% do mercado brasileiro total. Quanto ao segmento pós-pago, o total de usuários chegou a 41,7 milhões, um aumento de 22,1% em comparação com setembro de 2010.

Desempenho da TIM

TIM liderou as adições líquidas no 3T com 3,7 milhões

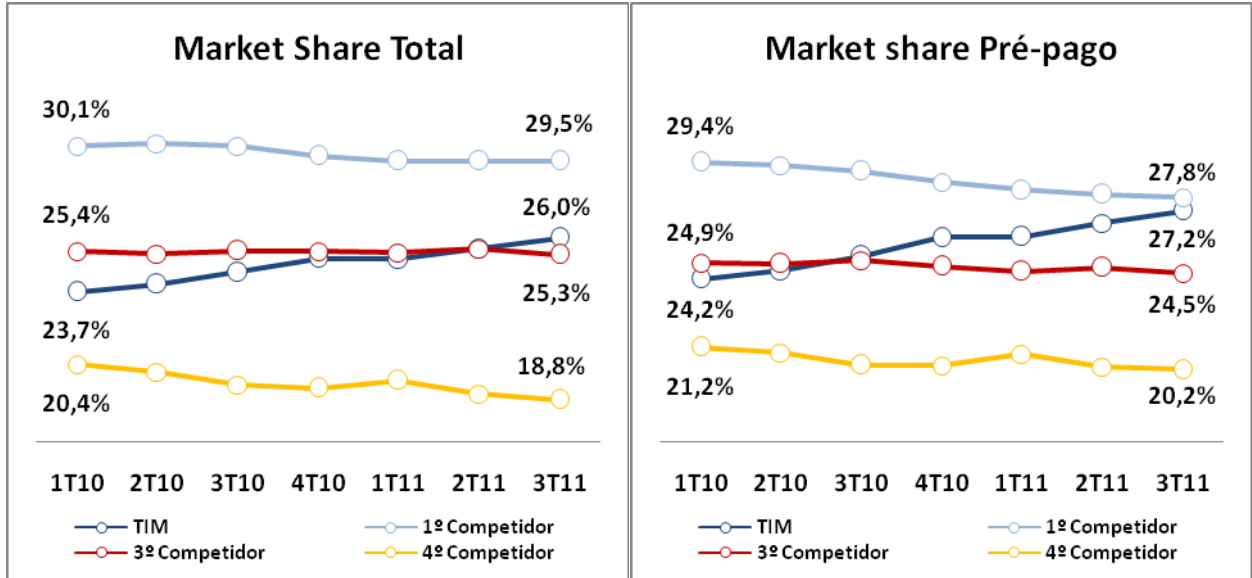
A Base total de assinantes encerrou o terceiro trimestre com 59,2 milhões de linhas, 26,1% acima do 3T10, representando uma participação de mercado de 26,04%. O total de adições líquidas no 3T11 foi de 3,7 milhões de linhas, **assumindo a liderança no trimestre, com 36,8%** da participação de mercado incremental. Esse desempenho contínuo na participação de mercado das adições líquidas confirma o Infinity e Liberty como a opção de melhor relação custo-benefício.



Adições brutas no maior nível de todos os tempos

Neste trimestre, a **TIM alcançou o maior volume de adições brutas em um trimestre, chegando a 10,2 milhões de linhas, alta de 36,5% em comparação com 3T10.**

As desconexões atingiram 6,5 milhões no trimestre, com uma taxa de *churn* de 11,6% (em comparação com 11,1% no 3T10 ou 12,3% no 2T11). O aumento no *churn* é explicado por uma política mais estrita de desconexão evitando gastos desnecessários de Fistel em meio a forte atividade comercial, especialmente no segmento pré-pago.



Adições de pós-pagos aumentou 2,2x em comparação com o 3T10

A base de clientes pós-pagos atingiu 8,7 milhões de usuários, um crescimento de 19,6% em comparação com 14,6% no 3T10. No 3T11, **a TIM adicionou 632 mil clientes pós-pagos (em comparação com 280k no 3T10 e 317k no 2T11)** graças aos planos Liberty, que encerraram o trimestre com mais de 5,7 milhões de usuários e também aos planos de dados voltados para o segmento também alavancado pelas ofertas de dados e modem.

48 milhões de usuários no plano Infinity

No segmento pré-pago, o total de usuários chegou a 50,6 milhões, um aumento de 27,3% em relação ao ano anterior - em grande parte alavancado pelo plano Infinity Pré, que alcançou 48 milhões de usuários (95% da base neste segmento).

Liderança em termos de qualidade de rede

Rede e Qualidade: Nossa cobertura GSM atingiu 94,2% da população urbana, servindo 3.255 cidades. Apesar de um aumento contínuo e acentuado do tráfego nos últimos trimestres (+32,8% A/A), a TIM manteve a liderança no indicador de qualidade de rede da Anatel, sendo o único a alcançar 100% das metas em 9 dos últimos 12 meses. Tal resultado reforça o compromisso da TIM de oferecer qualidade de serviço superior, ao mesmo tempo que estimula a substituição fixo-móvel (estratégia de MOU intensivo) e acelera a oferta de dados.

Quanto à cobertura de dados, a TIM oferece tecnologia GPRS a 100% da sua área de cobertura, sendo ~80% coberta pela tecnologia EDGE. A tecnologia de terceira geração **(3G) teve sua implantação acelerada e agora ela está presente em 331 cidades - chegando a atingir 60% da população urbana no Brasil.** Esperamos continuar acelerando a cobertura 3G nos próximos trimestres.

Desempenho de Marketing

A abordagem de marketing neste trimestre pode ser descrita da seguinte forma:

No segmento *consumer*, e com relação ao posicionamento de voz, a TIM manteve o estímulo aos planos Infinity e Liberty focando na substituição de fixo para móvel, estimulando ainda o conceito de comunidade.

Adicionalmente, no Dia dos Pais, além de ter chamadas ilimitadas locais e de longa distância (usando o código 41) para qualquer número TIM em todo o país, os clientes TIM Liberty também puderam falar ilimitadamente com qualquer usuário de rádio (SME) sem descontar de seu pacote de minuto.

No contexto da expansão da comunidade nas áreas com grande oportunidade, a **TIM lançou a oferta Infinity TRI no Rio Grande do Sul**, uma abordagem inovadora e completamente adaptada à cultura da região. A oferta eleva o Infinity a um novo conceito, cobrar dos usuários por dia em vez de por chamada. Esse é mais um passo para reforçar o compromisso da companhia com o estado, além de patrocinar as duas principais equipes de futebol do estado e criar a regional TIM RS.

Quanto aos serviços de dados, a TIM continuou a impulsionar os conceitos Infinity e Liberty Web com serviço de internet móvel visando usuários de smartphones, tablets e notebooks, **criando um pacote completo e forte de ofertas**. Os novos planos foram projetados para evitar o choque na fatura mensal, **proporcionando uso ilimitado por um preço fixo**.

Considerando outros serviços de valor agregado, a **TIM intensificou o uso de times de futebol para reforçar o conceito de comunidade**, oferecendo Chip TIM do torcedor. Ele tem todos os benefícios do Infinity além de oferecer um conjunto adicional de conteúdo livre, sobre cada time de futebol patrocinado pela **TIM (8 times, representando em torno de 100 milhões de torcedores no Brasil)**.

No mercado corporativo, após o lançamento de novos planos de voz, a TIM lançou em setembro um novo portfólio de planos para acesso à Internet móvel através de modems 3G e tablets, **com o objetivo de incentivar o uso de dados nas micro, pequenas e médias empresas**. De modo geral, o Liberty Web Empresa inclui quatro planos de dados ilimitados, sendo um exclusivamente para tablets. Assim, a operadora é pioneira na criação de planos corporativos específicos para o equipamento. Quanto à voz, a **TIM lançou uma nova promoção de roaming internacional para o segmento corporativo** com um desconto até 58% em comparação com o preço padrão de 100 e 250 minutos dos pacotes atuais. Com isso, a TIM oferece **a mais atraente relação custo-benefício dos serviços em roaming**: bom equilíbrio entre preço por minuto e melhor cobertura (mais de 200 países).

Com relação ao aparelho, seguindo a estratégia de incentivar o acesso à Internet móvel através do aumento da penetração dos smartphones e webphones, a TIM reduziu em 25% o preço de metade do portfólio (em acordo com fornecedores). Entre eles estão o Motorola



Milestone 2 e Motorola Mini Motokey. Em julho, a TIM, juntamente com a Motorola Mobility, anunciou o início das vendas da Motorola MOTOKEY XT no mercado brasileiro exclusivamente para clientes da TIM.

Para os serviços fixos, a força combinada da TIM e da Intelig tem provado ser uma sólida vantagem competitiva no mercado corporativo. Desde o início da integração, a TIM ganhou quase todos os leilões para fornecer serviços de telecomunicações, entre eles, **o único prestador de serviços de telecomunicações para os Jogos Mundiais Militares**, realizados em julho no Rio de Janeiro.

Também neste trimestre, a TIM começou a reforçar o uso do seu CSP 41 também para terminais fixos, já antecipando a migração dos CSP 23 (Intelig) para o 41 da TIM. Junto com o lançamento de uma nova oferta chamada Infinity 41 Fixo (tempo ilimitado para chamadas nacionais e internacionais de longa distância, de fixo para fixo), a TIM iniciou uma campanha muito interessante para estimular o uso do código 41 para chamadas a partir de telefones fixos.

Atacado: Responsável pela infraestrutura de dados de transmissão dos Jogos Mundiais Militares, a Intelig inovou usando comunicação óptica de laser, superando as dificuldades geográficas do estado. Além da tecnologia FSO, a empresa também usou a tecnologia de fibra óptica e pre WiMAX (em 5,8 GHz) para levar Internet para os locais de competição internacional. **Ao todo, 63 pontos forneceram a conexão de rede, distribuídos nos locais de competição, Media Centers e operações e acomodações de todos os participantes.** A competição reuniu cerca de 6.000 atletas de mais de 100 países.

Em agosto a TIM lançou uma nova campanha que reforça o **posicionamento de conceitos inovadores da marca**, com destaque para a plena mobilidade e o uso da tecnologia. A idéia principal da campanha foi mostrar como diferentes ofertas revolucionaram o mercado de telefonia móvel e possibilitou a transformação, com mudanças significativas no comportamento entre os consumidores.

A TIM foi confirmada pelo segundo ano no Índice de Eficiência de Carbono (ICO₂). Criado em 2010 pela BM&FBovespa e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o índice é composto por empresas no IBRX-50 que adotaram práticas transparentes em relação às emissões de gases causadores do efeito estufa.

Desempenho Financeiro

Dados financeiros selecionados - Receitas

DESCRIÇÃO	3T11	3T10	% A/A	2T11	%T/T
R\$ Milhares					
Receita Bruta	6.381.506	5.172.709	23,4%	6.151.077	3,7%
Receita Bruta de Serviços	5.669.667	4.748.624	19,4%	5.419.571	4,6%
Serviços Móvel e Outras Receitas	5.293.621	4.409.696	20,0%	5.031.172	5,2%
Assinatura e Utilização	2.606.041	2.250.890	15,8%	2.473.967	5,3%
VAS - Serviços adicionais	833.623	564.887	47,6%	734.418	13,5%
Longa Distância	829.403	586.280	41,5%	820.239	1,1%
Interconexão	974.291	922.687	5,6%	944.232	3,2%
Outras Receitas	50.262	84.952	-40,8%	58.316	-13,8%
Serviços Fixo e Outras Receitas	376.046	338.928	11,0%	388.399	-3,2%
Receita Bruta de Produtos	711.839	424.086	67,9%	731.506	-2,7%
Impostos e descontos s/ receita total	(2.010.118)	(1.495.929)	34,4%	(1.899.319)	5,8%
Impostos e descontos s/ receita de serviços	(1.783.050)	(1.330.371)	34,0%	(1.675.573)	6,4%
Impostos e descontos s/ venda de produtos	(227.068)	(165.558)	37,2%	(223.746)	1,5%
Receita Líquida Total	4.371.388	3.676.781	18,9%	4.251.759	2,8%
Receita Líquida de Serviços	3.886.617	3.418.253	13,7%	3.743.999	3,8%
Receita Líquida de Produtos	484.771	258.528	87,5%	507.760	-4,5%

Receitas Operacionais

Receita bruta de serviços:
+23,4 A/A

A **receita bruta total** atingiu R\$6.382 milhões no trimestre, um aumento de 23,4% em relação ao ano anterior. A receita bruta de serviços cresceu 19,4% quando comparada ao mesmo período do ano passado, atingindo R\$5.670 milhões no 3T11. Quanto à receita bruta de produto, o valor atingiu R\$712 milhões, um forte aumento de 67,9% em relação ao ano anterior.

As análises e destaques principais da receita bruta são apresentados a seguir:

Elasticidade positiva do tráfego ...

As receitas brutas de voz sainte (uso e taxa mensal + LD) mantiveram o ritmo forte de crescimento dos trimestres anteriores, crescendo 21,1% neste terceiro trimestre. O desempenho foi apoiado por serviços locais e de LD, como resultado da **elasticidade positiva do tráfego após os planos *Infinity* e *Liberty***. O **tráfego de saída subiu 37,2%** quando comparado com o ano anterior, principalmente por chamadas intra-rede. A estratégia de utilização de voz continua a aumentar dentro da comunidade TIM local e de longa distância. A análise de voz é a seguinte:

... com receita de voz sainte crescendo 21% A/A

- **Utilização e Assinatura:** atingiram R\$2.606 milhões neste trimestre, um crescimento anual de 15,8% apoiado pelo aumento MOU na mesma rede, que fornece não apenas receitas adicionais, mas até mesmo uma contribuição mais sólida para o EBITDA.



Permanecendo como número 1 no mercado de Longa Distância

- **As receitas brutas de longa distância** atingiram R\$829 milhões no trimestre, um crescimento de 41,5% quando comparado ao 3T10, principalmente devido às ofertas da TIM, que alavancam o serviço de longa distância com uma proposta de valor diferenciada para os usuários. **A substituição de fixo para móvel continua a liberar o valor oculto do tráfego pré-pago de LD.** Além disso, as receitas de longa distância também foram positivamente impactadas pela migração de tráfego de LD 23 da Intelig para o LD 41 da TIM.

Receitas ITX confirmaram a inversão da tendência de erosão

As receitas de interconexão bruta confirmaram o ponto de inflexão da tendência de erosão observada no 2T11. Neste trimestre, a receita de interconexão cresceu 5,6% em relação ao ano anterior para R\$ 974 milhões. Este resultado foi impulsionado principalmente por: (1) aceleração do crescimento no segmento pós-pago, (2) a contribuição do Infinity Torpedo, que proporciona aos nossos clientes SMS ilimitado para qualquer operador móvel, resultando em um aumento de SMS recebidos e (3) Infinity Mais, uma oferta que cobra do cliente R\$0,50 centavos por chamada para um número fixo, resultando em um aumento do tráfego do fixo para a telefonia móvel. Apesar do aumento na linha de interconexão, **a dependência do MTR continua caindo consistentemente, atingindo 17,2%** da receita bruta de serviços contra 19,4% um ano atrás.

Aceleração de serviços de VAS

A receita bruta de VAS ficou em R\$ 834 milhões, um crescimento forte e consistente de 47,6% em relação ao ano anterior, acelerando se comparado ao crescimento visto no 2T11 (33,5% A/A), fato que confirma o sucesso do Infinity e dos planos de dados Liberty Web e também a contribuição positiva do Infinity Torpedo. **Usuários de dados únicos ultrapassaram 2,2 milhões de linhas.**

A receita bruta de aparelhos totalizou R\$ 712 milhões (+67,9% vs 3T10). Este aumento notável foi impulsionado principalmente por: (1) crescimento do volume de aparelhos de 49% em relação ao ano anterior para 3,2 milhões de unidades vendidas, e (2) melhoria no *mix* de aparelhos, com **mais de 71% das vendas sendo smartphones / webphones (vs. 30% no 3T10)**. O resultado é explicado pela estratégia consistente para impulsionar as vendas de smartphones / webphones e também a abordagem do "subsídio zero".

Intelig on track

A receita bruta fixa, que inclui a Intelig e TIM Fixo, totalizou R\$ 376 milhões no 3T11, 11% maior quando comparado ao mesmo período do ano passado. A desaceleração do crescimento anual em relação ao 2T11 (23,3% de crescimento em relação ao ano anterior) é explicada **pela estratégia para estimular a migração de tráfego da Intelig para o CSP da TIM**, já se antecipando ao fato de que o CSP da Intelig será devolvido no ano que vem.

A receita líquida total atingiu R\$ 4.371 milhões no trimestre, um aumento de 18,9%. A receita líquida de serviços apresentou um crescimento de 13,7% para R\$ 3.887 milhões. **O crescimento anual continuou acelerando em comparação aos trimestres anteriores.**

Queda do ARPU em 1 dígito

O **ARPU (receita média por usuário)** atingiu R\$ 21,2 **desacelerando a queda anual para 9,5%** (vs -10,9% A/A 2T11). A redução continuou a ser amplamente impactada pelo mix da base de clientes.

Forte expansão da utilização em meio a uma rede de alto nível de qualidade

O **MOU (minutos de uso)** continuou a apresentar crescimento anual, chegando a 130 minutos no 3T11, um aumento de 5,2% contra 123 minutos no 3Q10.

- O **MOU sainte** atingiu 117 minutos, representando um crescimento de 8,8% versus o 3T10. Este aumento vem de planos de voz, que estão estimulando a substituição fixo-móvel e os conceitos de comunidade.
- O **MOU entrante** alcançou a 13 minutos no 3Q11, 18,4% menor quando comparado ao mesmo período do ano passado. Em termos absolutos, o volume total entrante cresceu 3% A/A. O resultado é uma consequência da concentração de tráfego na rede da TIM, especialmente para os clientes pré-pagos.

Dados financeiros selecionados - Custos e Despesas Operacionais

DESCRIÇÃO	3T11	3T10	% A/A	2T11	%T/T
R\$ Milhares					
Custos da Operação	(3.218.984)	(2.641.685)	21,9%	(3.113.535)	3,4%
Custo de pessoal	(158.351)	(139.797)	13,3%	(156.381)	1,3%
Comercialização	(1.010.953)	(935.324)	8,1%	(946.894)	6,8%
Rede e interconexão	(1.202.861)	(1.075.302)	11,9%	(1.147.163)	4,9%
Gerais e administrativas	(110.262)	(122.653)	-10,1%	(134.326)	-17,9%
Custo dos produtos vendidos	(597.708)	(274.594)	117,7%	(587.588)	1,7%
Provisão para devedores duvidosos	(60.825)	(69.397)	-12,4%	(66.274)	-8,2%
Outras receitas (despesas) operacionais	(78.024)	(24.618)	216,9%	(74.909)	4,2%

Custos e Despesas Operacionais

O **total de custos e despesas operacionais** aumentaram 21,9% para R\$ 3.219 milhões no 3T11 (uma desaceleração se comparada ao crescimento de 22,2% visto no 2T11). A expansão é explicada **principalmente devido ao efeito do crescimento nas vendas de aparelhos.**

As divisões de custos e despesas são apresentadas a seguir:

As despesas pessoais atingiram R\$ 158 milhões no 3T11, um crescimento de 13,3% A/A. Este efeito foi impulsionado pelo aumento de colaboradores (8,1% em relação ao ano anterior), principalmente na força de vendas.

Grande impacto dos impostos Fistel

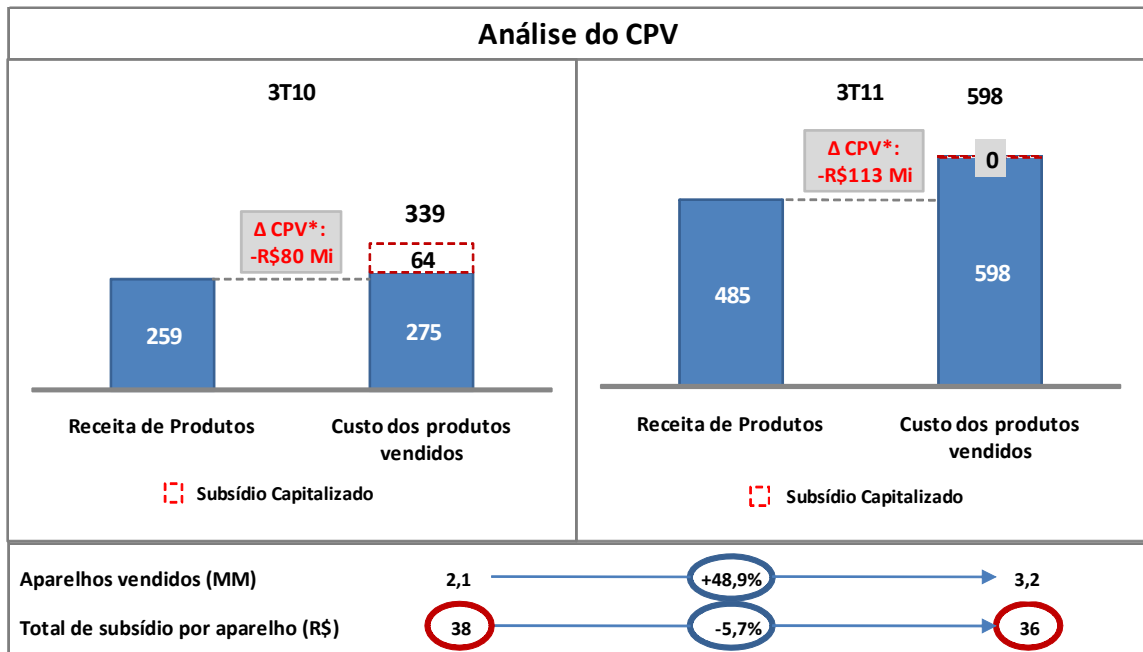
As despesas de vendas e marketing totalizaram R\$ 1.011 milhões no 3T11, 8,1% maior quando comparado ao mesmo período do ano passado, em grande parte impactado por impostos Fistel devido ao crescimento de adições líquidas de 46,2%. **Excluindo o impacto Fistel, o crescimento das despesas comerciais teria sido de 1,8% em relação ao ano anterior.**

Exposição à VU-M representa 16% do EBITDA

O custo de rede e interconexão atingiu R\$ 1.203 milhões no 3T11, um aumento de 11,9% quando comparado ao mesmo período do ano passado. Esse resultado foi impactado principalmente pelo crescimento de interconexão fixo e móvel a partir do (i) 'Infinity Mais', que oferece chamadas locais ilimitadas para um número fixo, e (ii) Infinity Torpedo, que impulsiona o uso de SMS em um conceito pague-por-dia para pré-pago. **Entretanto, a exposição total de interconexão líquida sobre EBITDA caiu para 16,3% no 3Q11 (vs. 24,8% no 3T10).** Além disso, os leilões vencidos recentemente pela Intelig demandaram mais linhas alugadas para a prestação do serviço, contribuindo para aumentar os custos de rede.

Despesas Gerais e Administrativas (G&A) atingiram um montante de R\$ 110 milhões no 3T11, uma queda de 10,1% quando comparado ao mesmo período do ano passado. A diminuição é explicada principalmente pela redução das despesas com serviços e aluguel e de seguros.

O Custo dos Produtos Vendidos (CPV) atingiu R\$ 598 milhões no trimestre, um aumento de R\$ 323 milhões em relação ao mesmo período do ano passado. Para melhor entendimento, normalizamos os dados, considerando o impacto do subsídio capitalizado (como demonstrado no gráfico abaixo).



* ΔCPV : Receita Líquida de Produtos - CPV

No 3T10, ainda sob o impacto de vendas subsidiadas, a capitalização totalizou R\$ 64 milhões contra nenhum valor contabilizado neste trimestre. Considerando este efeito, o CPV aumentou 89% enquanto as receitas de produtos cresceram 88%, o que representa uma redução no subsídio por aparelho vendido de 6% ano a ano. Os subsídios no Chip, um impacto da variação cambial nos estoques e o mix de aparelhos contribuíram para o aumentos no CPV, justificando o crescimento maior dessa linha do que a de receita de produtos.

Inadimplência em 0,95% da receita bruta

Os gastos com inadimplência apresentaram, **mais uma vez, queda significativa em comparação anual, chegando a R\$ 61 milhões e 12,4% inferior em relação ao ano anterior**, ao mesmo tempo a base pós-paga aumentou 19,6% em relação ao ano anterior. Esta é uma redução consistente e uma evidência da abordagem racional *go-to-market* baseada em uma política de zero subsídios e uma melhor análise de crédito dos clientes. Como resultado, neste trimestre a **inadimplência como porcentagem da receita bruta atingiu o menor nível para um terceiro trimestre em 0,95%**, ante 1,3% no 3T10 e 1,1% em 2T11.

Outras despesas operacionais atingiram R\$ 78 milhões no 3T11, R\$ 53 milhões a mais que no mesmo período do ano passado, principalmente devido ao aumento das contingências.

SAC / ARPU queda brusca mesmo após recorde em vendas

O SAC ou custo de aquisição por adição bruta (onde SAC = subsídio + comissionamento + despesas de publicidade total) caiu para R\$ 36,1 no 3T11, uma queda significativa de 34,2% em relação ao ano anterior. O desempenho reflete a eficiência na aquisição de clientes pré-pagos e pós-pagos, **apesar de ainda entregar um recorde em adições brutas** de +36,8% em relação ao ano anterior e +33,7% no período, respectivamente. Relação SAC / ARPU atingiu 1.7x (vs. 2,3 x no 3T10).

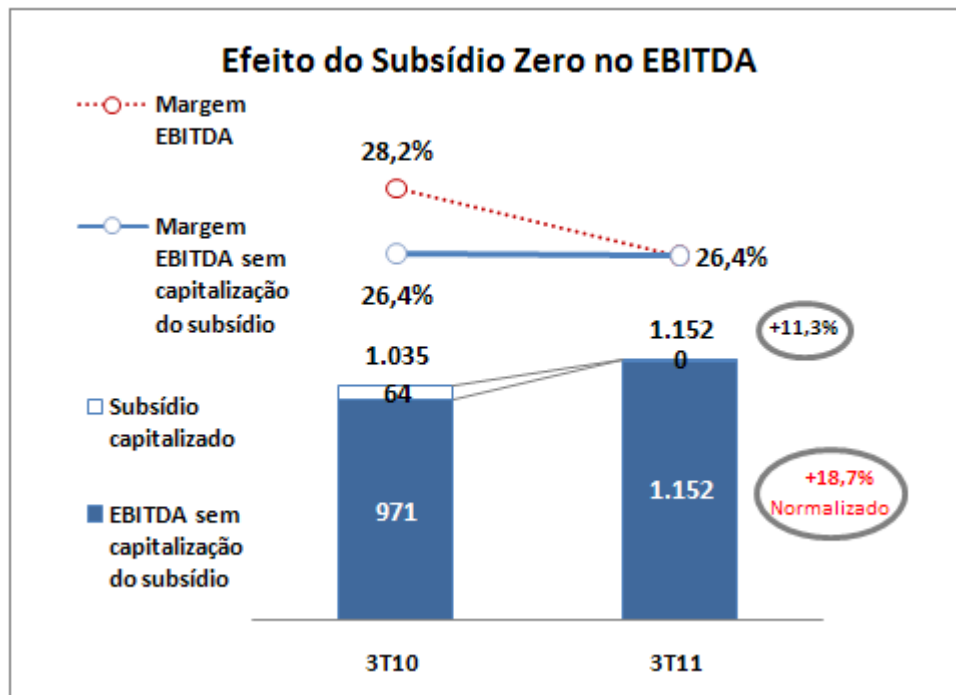
EBITDA

Crescimento do EBITDA manteve o ritmo

O **EBITDA** atingiu R\$ 1.152 milhões, o que representa uma expansão de 11,3% sobre o 3T10.

Se analisarmos os valores sem capitalização de subsídio no 3T10, EBITDA seria de R\$ 971 milhões, resultando em um crescimento de 18,7% em relação ao ano anterior. Esse desempenho é explicado pela contribuição de voz sainte (receitas de voz - os custos de interconexão), e também por dados e serviços de longa distância.

A **margem EBITDA** atingiu 26,4% no 3T11, um decréscimo contra 28,2% no 3T10. A redução deve-se principalmente à diluição criada pelo aumento de vendas de aparelhos e pelo efeito causado pela capitalização de subsídio (como demonstrado no gráfico abaixo).



A **Depreciação e amortização** foi de R\$ 640 milhões no terceiro trimestre, uma queda significativa de 15,4% em relação ao ano anterior em grande parte explicada pela redução da capitalização de subsídios de aparelhos.

EBIT

Crescimento no EBIT de mais de 80%

EBIT (lucro antes dos juros e impostos) totalizou R\$ 513 milhões no 3T11. Em uma comparação anual, o EBIT foi 83,5% maior, o que representa uma forte expansão de R\$ 233 milhões devido a um resultado EBITDA maior e uma redução nas D&A.

Resultado Financeiro Líquido

O **resultado financeiro líquido** totalizou R\$ 61 milhões, um ligeiro aumento de 4,4% se comparado aos R\$ 59 milhões no mesmo período do ano passado.

As despesas financeiras expandiram 43%, atingindo R\$ 124 milhões, devido principalmente a um aumento dívida e da SELIC. As receitas financeiras expandiram 32%, atingindo R\$ 69 milhões explicados por um aumento nos ganhos sobre caixa e equivalentes e alguns ajustes monetários. As variações cambiais líquidas reduziram o resultado negativo em 72% devido a despesas menores com hedge.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O **Imposto de Renda e a Contribuição Social** totalizaram R\$ 135 milhões no 3T11 contra R\$ 74 milhões no mesmo período do ano passado. Este aumento é explicado pela melhoria dos resultados operacionais acima referidos, além da taxa de juros (juros atuais e diferidos +31% vs taxas antes do imposto de renda +104%).

Lucro líquido

O **lucro líquido consolidado** alcançou R\$ 317 milhões no 3T11, 116,1% comparado com 147 milhões no 3T10, devido principalmente a um melhor resultado operacional proveniente de uma expansão EBITDA de R\$117 milhões, seguida por despesas menores de depreciação e amortização e impactos positivos dos impostos.

*Lucro Líquido
2,2X maior na
comparação
anual*

CAPEX

Os **investimentos** totalizaram R\$ 838 milhões no 3T11 ou 19,2% da receita líquida, um aumento de 59,4% quando comparado ao mesmo período do ano passado. Quanto aos valores acumulados, Capex em 9M11 registrou R\$1,85 bilhão, ou 15,0% da receita líquida;

Posição financeira líquida e fluxo de caixa livre

A **Dívida Bruta** atingiu R\$ 3.588 milhões, um ligeiro aumento se comparado aos R\$ 3.448 milhões no 3T10. O motivo para este movimento foi novos empréstimos no total de US\$ 220 milhões. A dívida da empresa está concentrada em contratos de longo prazo (76% do total) compostos por financiamento do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Brasileiro e Social), BNB (Banco do Nordeste do Brasil), o BEI (Banco Europeu de Investimento) e BNPP-SACE, bem como empréstimos de outras instituições financeiras locais e internacionais.

Aproximadamente 33% da dívida total está expressa em moeda estrangeira (USD), e é 100% protegida. O custo médio da dívida atingiu 10,52% no 3T11 em comparação aos 10,0% no 3T10.

Caixa e equivalentes de caixa atingiram R\$ 2.130 milhões. A posição de dívida líquida ficou em R\$ 1.458 milhões ou 29,9% inferior ao 3T10.

Fluxo de Caixa Operacional Livre no 3T11 foi positivo em R\$ 684 milhões, um aumento de 13,2% quando comparado aos R\$ 604 milhões no 3T10. O resultado é explicado por um maior crescimento do EBIT de 83,5% em relação ao ano anterior e uma melhoria na variação do capital de giro de R\$370 milhões (+289% A/A). Além disso, o fluxo de caixa líquido de R\$540 milhões cresceu 22% A/A.

Eventos Subsequentes

Oferta Pública

Em 14 de setembro, a TIM lançou uma oferta pública global que consistiu na emissão de 190.796.858 ações ordinárias a um preço de R\$ 8,60 por ação captando um total de R\$ 1,64 bilhão.

Adicionalmente, em 24 de outubro, e na sequência da oferta pública global, o agente de estabilização comunicou o exercício pleno de lote suplementar de mais de 9.461.510 ações ordinárias (totalizando R\$ 81,4 milhões), com a finalidade exclusiva de suprir o excesso de demanda que foi observado na oferta pública. Em 27 de outubro, a TIM anunciou ao mercado o fechamento da oferta pública, na qual captou um total de R\$ 1,722 bilhões emitindo 200.258.368 ações ordinárias.

Fechando Negócio AES Atimus

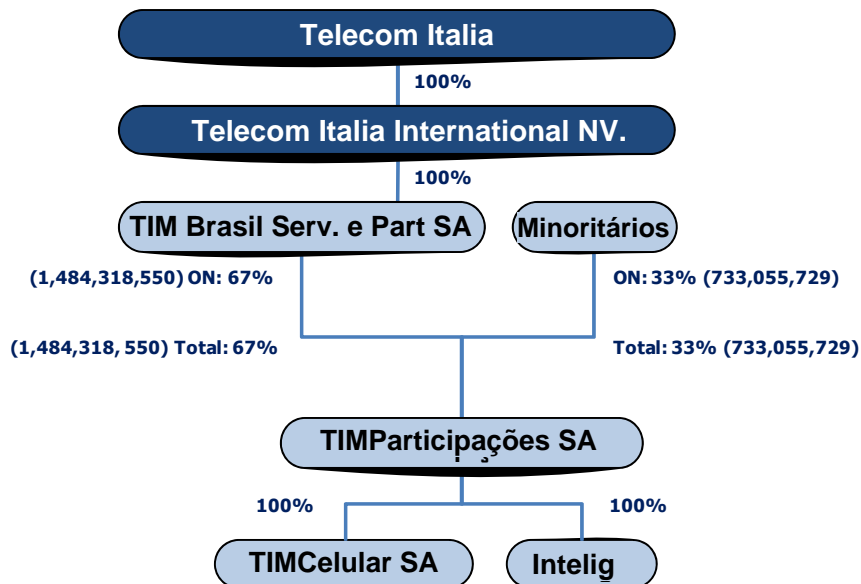
Em 31 de outubro, em vista do cumprimento das condições precedentes previstas no Contrato de Compra realizada em 8 de julho de 2011 entre a TIM Celular SA e a Companhia Brasileira de Energia, foi concluída, a aquisição pela TIM Celular, de todas as quotas da Eletropaulo Telecom Ltda pela quantia total de R\$1.074 milhões e 98,26% das ações da AES Comunicações Rio de Janeiro pela quantia total de R\$448 milhões.

Dando continuidade à conclusão da aquisição, as companhias tiveram suas razões sociais alteradas para TIM Fiber SP Ltda. ("TIM Fiber SP") e TIM Fiber RJ SA ("TIM Fiber RJ"), respectivamente.

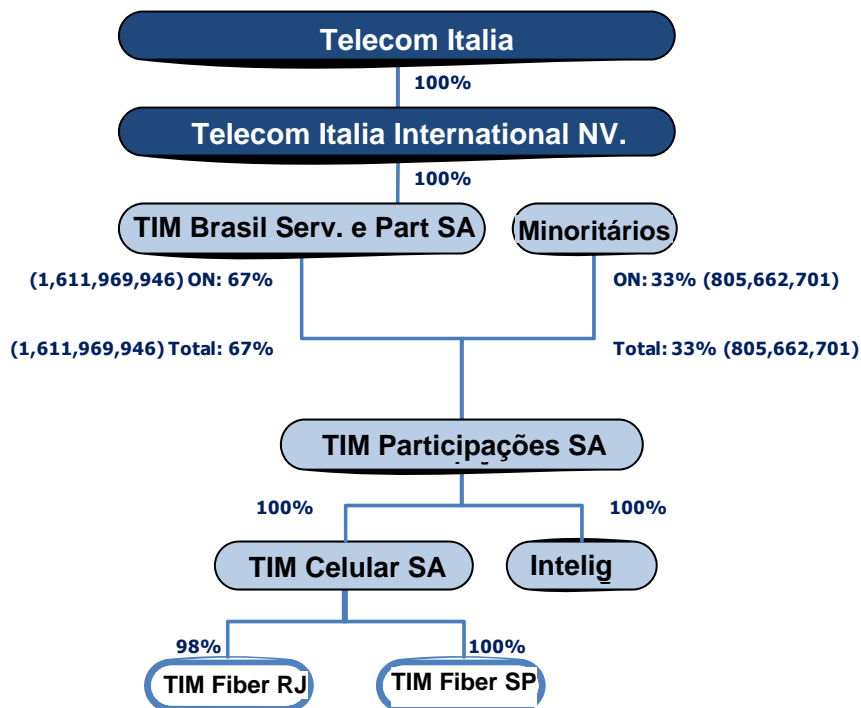
O fechamento desta transação consolida a estratégia de negócios de expandir as atividades e fortalecer a infraestrutura da Empresa. A TIM Fiber RJ e a TIM Fiber SP são provedoras de infraestrutura e soluções de comunicação que atendem a alta performance das principais cidades das regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e São Paulo, cobrindo um mercado potencial de cerca de 8 milhões de domicílios e mais de 550 mil empresas em 21 cidades através de uma rede de fibra óptica de 5.500 km.

Análise de Propriedade

Antes da Oferta e do Fechamento de Negócio da AES Atimus



Após a Oferta (27/10/2011) e o Fechamento de Negócio da AES Atimus (31/10/2011)



Sobre a TIM Participações S.A.

A TIM Participações SA é uma holding que presta serviços de telecomunicações em todo o Brasil através de suas subsidiárias, a TIM Celular SA e a Intelig Telecomunicações LTDA. A TIM Participações é uma subsidiária da TIM Brasil Serviços e Participações SA, uma empresa do grupo Telecom Italia. A TIM iniciou suas operações no Brasil em 1998 e consolidou sua presença em todo o país em 2002, tornando-se assim a primeira operadora sem fio presente em todos os estados brasileiros.

A TIM fornece telefonia móvel, fixa e de longa distância, bem como serviços de transmissão de dados, com o foco sempre na qualidade dos serviços oferecidos aos clientes. Graças à tecnologia GSM, a TIM tem um alcance nacional de aproximadamente 94% da população urbana - a maior cobertura GSM do Brasil, presente em 3.259 cidades. A TIM também oferece serviços de extensa cobertura de dados no país, 100% da mesma que usa GPRS, ~ 80% usa EDGE, além de ter uma rede sofisticada de Terceira Geração (3G) que serve 60% da população urbana do país. A Companhia possui acordos de roaming internacional para clientes TIM com mais de 450 redes disponíveis em mais de 200 países em seis continentes.

A marca TIM está fortemente associada à inovação e qualidade. Durante sua presença no país, tornou-se pioneira em uma diversidade de produtos e serviços, tais como MMS e Blackberry no Brasil. Continuando esta tendência, renovou o seu portfólio em 2009, para posicionar-se como a operadora que idealiza "Planos e promoções que revolucionam". Lançou duas famílias de planos - 'Infinity' e 'Liberty', além do sofisticado 'Da Vinci'. O novo portfólio é baseado em um conceito inovador, com uma grande dose de incentivo ao uso (com faturamento pelas chamadas, ilimitadas) e constante exploração do conceito da comunidade TIM, a maior do país, com 59,2 milhões de linhas no Brasil.

Em dezembro de 2009, a empresa concluiu a fusão de 100% da Intelig, que fornece telefonia fixa, de longa distância e serviços de transmissão de dados no Brasil. A fusão, anunciada em abril do ano passado, está apoiando a expansão da infraestrutura da TIM, uma combinação que permite acelerar o desenvolvimento da rede 3G, para otimizar o custo de aluguel de meios, e também para melhorar nossa posição competitiva no mercado das telecomunicações.

A TIM Participações é uma empresa de capital aberto, cujas ações estão listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BM & FBOVESPA) e os ADRs (American Depositary Receipts) estão listados na New York Stock Exchange (NYSE). A TIM também está incluída em um grupo seletivo de empresas do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM & FBOVESPA.



- » **Empresa integrada com uma área de cobertura nacional desde 2002**
- » **Rede: excelente cobertura GSM e qualidade comprovada**
- » **Ofertas inovadoras: novos conceitos alavancando a TIM comunidade**
- » **Marca: associada à inovação e atributos de qualidade**
- » **Sustentabilidade: Mantida no índice ISE para 2010/2011**

Termo de Responsabilidade

Este documento pode conter declarações prospectivas. Tais previsões não constituem fatos ocorridos no passado e refletem as crenças e expectativas dos administradores da Empresa. As palavras "antecipa", "acredita", "estima", "espera", "prevê", "planeja", "prediz", "projeta", "objetiva" e similares pretendem identificar afirmações que, necessariamente, envolvam riscos conhecidos e desconhecidos e incertezas previstas ou não pela Empresa. Portanto, os resultados operacionais futuros da Empresa podem diferir das atuais expectativas e os leitores não devem basear-se exclusivamente nas informações aqui contidas. Declarações prospectivas refletem apenas opiniões sobre a data em que são realizadas e a Empresa não se obriga a atualizá-las à luz de novas informações ou desenvolvimentos futuros.

Anexos

Anexo 1: Indicadores Operacionais Consolidados

Anexo 2: Glossário

As Demonstrações Financeiras Completas, incluindo as Notas Explicativas, estão disponíveis no site de Relações com Investidores da Empresa: www.tim.com.br/ri.

Anexo 1
TIM PARTICIPAÇÕES S.A.
Indicadores Operacionais Consolidados

TIM sem Intelig

DESCRIÇÃO	3T11	3T10	% A/A	2T11	%T/T
Base Celular Brasil (milhões)	227.352	191.472	18,7%	217.346	4,6%
Penetração Total estimada	116,5%	99,0%	17,5 p.p.	111,6%	4,9 p.p.
Municípios Atendidos - TIM GSM	3.259	3.200	1,8%	3.233	0,8%
Market share	26,0%	24,5%	1,5 p.p.	25,5%	0,5 p.p.
Total de Clientes ('000)	59.210	46.947	26,1%	55.525	6,6%
Pré-pago	50.559	39.711	27,3%	47.520	6,4%
Pós-pago	8.651	7.236	19,6%	8.005	8,1%
Adições Brutas ('000)	10.186	7.463	36,5%	9.257	10,0%
Adições Líquidas ('000)	3.685	2.522	46,1%	2.676	37,7%
Churn	6.500	4.941	31,6%	6.581	-1,2%
ARPU (R\$)	21,2	23,5	-9,5%	21,6	-1,5%
MOU	130	123	5,2%	127	2,2%
SAC (R\$)	36	55	-34,2%	35	4,2%
Aparelhos vendidos ('000)	3.164	2.125	48,9%	3.507	-9,8%
Investimentos (R\$ milhões)	837	526	59,1%	719	16,4%
Empregados	9.821	9.081	8,1%	9.616	2,1%

Anexo 2

Glossário

Termos financeiros

Devedores Duvidosos (POD) - Provisão para quantidade estimada de contas a receber (saldo do cliente) que foi determinada a ser incobrável.

CAPEX (despesas de capital) - investimento de capital.

EBIT = Proventos perante juros e impostos.

EBITDA = Proventos perante juros, impostos, depreciação e amortização.

Margem EBITDA = EBITDA / Receita Operacional Líquida.

Dívida líquida = dívida bruta de caixa.

Dívida líquida / EBITDA = Índice que avalia a capacidade da Companhia de pagar sua dívida com a geração de caixa operacional do período.

Fluxo de Caixa Operacional = EBITDA-CAPEX.

PL - Patrimônio Líquido.

Subsídio = (receita líquida de mercadorias - custo das vendas + descontos fornecedores) / adições brutas.

Capital de Giro = Ativos atuais operacionais passivos atuais operacionais.

Tecnologia e Serviços

CSP- Código de Seleção de chamadas de longa distância.

EDGE (Taxa de Dados Aprimorada para Evolução Global) - técnica desenvolvida para aumentar a velocidade de transmissão de dados via celular, criando uma verdadeira banda larga para os aparelhos com a tecnologia GSM. Os primeiros celulares EDGE disponíveis oferecem velocidades que podem atingir até 200 Kbps, dependendo do modelo do aparelho.

GSM (Sistema Global para Comunicações Móveis) - Um sistema de armazenamento e de codificação de dados de telefonia celular, como chamadas e dados do usuário. O GSM é hoje o padrão mais usado no mundo.

SMP - Serviço Móvel Pessoal.

SMS (Serviço de Mensagem Curta) - Capacidade de enviar e receber mensagens alfanuméricas.

3G/HSDPA (Acesso de Pacote Downlink em Alta Velocidade) - tecnologia 3G capaz de proceder a transmissão de dados com maior velocidade, permitindo o acesso à internet através de conexões de alta velocidade para usuários móveis.

Indicadores Operacionais

ARPU (Receita Média por Usuário) - Média total do serviço líquido de Receita por clientes no período

ARPM (Receita Média por Minuto) - ARPU / MOU

Taxa de rotatividade- Percentagem dos desligamentos na base de clientes durante o período.

Clientes- Número de acessos em serviço.

Adições brutas- Total de novos clientes adquiridos no período.

Penetração no mercado = (Número total de clientes da Companhia + número estimado de clientes dos concorrentes) / cada 100 habitantes da área operacional da Companhia.

Ações de mercado Número total de clientes da empresa / número de clientes em sua área de atuação.

MOU (Minutos de Uso) - média mensal em minutos de tráfego por cliente = (número total de minutos originados + minutos entrantes) média mensal de clientes no período.

Adições líquidas = Adições brutas - número de clientes desconectados.

SAC (custo de aquisição por cliente) = (subsídio + comissões + publicidade e promoções) / adições brutas.

MTR- Taxa de terminação móvel.

Notas Explicativas

TIM PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Em 30 de setembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional

A TIM Participações S.A. (“TIM Participações” ou “Companhia” ou “Grupo”) é uma companhia por ações, de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro, controlada pela TIM Brasil Serviços e Participações S.A. (“TIM Brasil”). A TIM Brasil é uma empresa do Grupo Telecom Itália e detém 66,94% do capital social da TIM Participações.

As ações da Companhia são negociadas na BM&F/Bovespa. Adicionalmente, a TIM Participações possui recibos de depósito americanos (*American Depositary Receipts – ADR*), nível II, negociados na Bolsa de New York – EUA. Em consequência, a Companhia está sujeita às normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e da *Securities and Exchange Commission* (“SEC”). Visando a atender às necessidades de mercado, a TIM Participações adota como princípio a divulgação simultânea de suas informações financeiras nos dois mercados, em reais, em português e inglês.

A Companhia tem como principal objetivo exercer o controle de empresas exploradoras de serviços de telecomunicações e detém a totalidade do capital da TIM Celular S.A. (“TIM Celular”) e da Intelig Telecomunicações Ltda. (“Intelig”). Ambas atuam como prestadoras de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) nas modalidades Local, Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional, assim como prestadoras do Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) em todos os estados brasileiros. Adicionalmente, a TIM Celular também atua como prestadora do Serviço Móvel Pessoal (SMP) em todos os estados brasileiros.

Os serviços prestados pelas companhias controladas são regulados pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, agência reguladora das telecomunicações no país.

Listagem no Novo Mercado da Bovespa

Em 22 de junho de 2011, os acionistas da Companhia, reunidos em assembleia geral extraordinária e assembleia especial de preferencialistas, aprovaram a migração da TIM Participações para o segmento de listagem denominado “Novo Mercado” da BM&F/BOVESPA. Nesta mesma data, também foi aprovada a conversão da totalidade das ações preferenciais da Companhia em ações ordinárias, na proporção de 0,8406 ações ordinárias para cada ação preferencial.

Notas Explicativas

Para os acionistas que discordaram da decisão, foi concedido prazo de direito de recesso, encerrado dia 26 de julho de 2011. Apenas um acionista, titular de 84.300 ações preferenciais, representando 0,0052% das ações preferenciais e 0,0034% do capital social total da Companhia, exerceu o direito de recesso. O valor de reembolso a este acionista foi calculado pelo valor de patrimônio líquido constante do balanço da Companhia em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 4,1628 por ação).

O dia 02 de agosto de 2011 foi o último dia de negociação das ações preferenciais, cujo código de negociação "TCSL4" foi cancelado. O novo código de negociação para as ações ordinárias da TIM Participações na BM&F/BOVESPA passou a ser "TIMP3". O dia 04 de agosto de 2011 foi o último dia de negociação dos ADRs representativos de ações preferenciais de emissão da Companhia na Bolsa de Valores de Nova Iorque. Atualmente, neste mercado a TIM Participações possui apenas ADRs representativos de ações ordinárias.

Aquisição de novos investimentos

A subsidiária integral TIM Celular firmou, com a Companhia Brasileira de Energia e com a AES Elpa S.A., um contrato tendo por objeto a compra de suas participações societárias na Eletropaulo Telecomunicações Ltda. (100%) e AES Communications Rio de Janeiro S.A. (98.3%). Tal contrato foi assinado em 08 de julho de 2011. Em 31 de outubro de 2011, após o atendimento a determinadas condições (tais como aprovação das aquisições por órgãos reguladores) a operação foi concluída. Para maiores detalhes, vide nota explicativa 47.

Com a aquisição das novas empresas, a Companhia amplia de forma relevante sua atuação no ramo de SCM, nas regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro, além de obter importantes sinergias relacionadas à rede de fibra ótica.

Notas Explicativas

2. Autorizações

As autorizações que prevêm o direito de uso de radiofrequência para prestação do SMP são por prazo determinado. Elas possuem as seguintes datas de expiração, com possibilidade de renovação por mais 15 anos:

<u>Termos de autorização</u>	<u>Data de expiração</u>	
	<u>Radiofrequências 800MHz, 900 MHz e 1.800 MHz</u>	<u>Radiofrequências 1.900 e 2.100 MHz (3G)</u>
1. Amapá, Roraima, Pará, Amazonas, Maranhão, Rio de Janeiro e Espírito Santo	Março, 2016	Abril, 2023
2. Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Distrito Federal, Goiás, Rio Grande do Sul (exceto município de Pelotas e região) e municípios de Londrina e Tamarana no Paraná	Março, 2016	Abril, 2023
3. São Paulo	Março, 2016	Abril, 2023
4. Paraná (exceto municípios de Londrina e Tamarana)	Setembro, 2022	Abril, 2023
5. Santa Catarina	Setembro, 2023	Abril, 2023
6. Município e região de Pelotas no estado do Rio Grande do Sul	Abril, 2024	Abril, 2023
7. Pernambuco	Maio, 2024	Abril, 2023
8. Ceará	Novembro, 2023	Abril, 2023
9. Paraíba	Dezembro, 2023	Abril, 2023
10. Rio Grande do Norte	Dezembro, 2023	Abril, 2023
11. Alagoas	Dezembro, 2023	Abril, 2023
12. Piauí	Março, 2024	Abril, 2023
13. Minas Gerais (exceto os municípios do triângulo Mineiro para radiofrequências 3G)	Abril, 2013	Abril, 2023
14. Bahia e Sergipe	Agosto, 2012	Abril, 2023

Os termos de autorização para o STFC e SCM possuem prazo indeterminado.

Notas Explicativas

3. Base de preparação e apresentação das informações trimestrais

a. Critérios gerais de elaboração e divulgação

As informações trimestrais consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Preparação de Relatórios Financeiros - IFRS. Tais práticas compreendem os pronunciamentos e interpretações vigentes emitidos pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como os pronunciamentos, interpretações e orientações vigentes emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. Sem que haja divergência com relação à aplicação do IFRS, a Companhia também adota políticas contábeis advindas da legislação societária brasileira e regras específicas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.

As informações trimestrais individuais foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil - BR GAAP. No caso da TIM Participações S.A., essas práticas diferem do IFRS apenas no tocante à avaliação de investimentos em controladas e coligadas. De acordo com o IFRS, tais investimentos devem ser contabilizados ao custo ou valor justo. Em nossas informações financeiras individuais, a avaliação de investimento em controladas é feita utilizando-se o método da equivalência patrimonial.

Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Os mesmos são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. A única exceção a este procedimento está relacionada aos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos, que devem sempre ser classificados no não circulante, de acordo com o estabelecido no parágrafo 56, do CPC 26.

a.1. Apresentação das informações trimestrais

As presentes informações trimestrais foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 31 de outubro de 2011.

a.2 Procedimentos de consolidação

Controladas são todas as entidades cujas políticas financeiras e operacionais podem ser conduzidas pelo Grupo e nas quais normalmente há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa.

Utilizamos o método de contabilização de compra (*purchase accounting*) para registrar a aquisição de controladas pelo Grupo. O custo de aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos ofertados, dos instrumentos patrimoniais (ex.: ações) emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos pelo adquirente na data da troca de controle. Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independentemente da proporção de qualquer participação minoritária. O excedente do custo de aquisição, que ultrapassa o valor justo da participação do Grupo nos ativos líquidos identificáveis adquiridos, é registrado como ágio. Se o custo da aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado, como receita.

Notas Explicativas

As operações entre as empresas do Grupo, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, são eliminados. As políticas contábeis das controladas foram ajustadas para assegurar consistência com as políticas contábeis adotadas pela TIM Participações. A data-base das informações financeiras utilizadas para consolidação é a mesma em todas as empresas do Grupo.

a.3. Informações por segmentos

O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação periódica de desempenho da Companhia, é a Diretoria-Executiva. Ela e o Conselho de Administração são responsáveis pela tomada das decisões estratégicas do Grupo.

A estratégia do Grupo é focada na maximização dos resultados consolidados da TIM Participações. Essa estratégia contempla a otimização das operações de cada empresa do Grupo, assim como o aproveitamento das sinergias entre todas estas entidades. Apesar de haver atividades diversas, os tomadores de decisão entendem que o Grupo representa apenas um segmento de negócio e não contemplam estratégias específicas voltadas apenas para uma linha de serviço. O objetivo é sempre maximizar o resultado consolidado obtido pela exploração das licenças de SMP, STFC e SCM.

4. **Resumo das principais práticas contábeis**

As práticas contábeis a seguir são adotadas tanto na preparação das informações trimestrais da controladora (BRGAAP) e quanto do consolidado (IFRS).

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários a vista e investimentos de curto prazo, de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses após a data de aplicação.

b. Aplicações financeiras

São representadas por aplicações com vencimento original superior a três meses da data de aplicação. Tais ativos são registrados pelo seu valor justo, de acordo com os critérios listados no item c., abaixo.

Notas Explicativas

c. Ativos e passivos financeiros

c.1 Ativos financeiros

c.1.1 Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: (1) mensurados ao valor justo através do resultado, (2) mantidos até o vencimento, (3) empréstimos e recebíveis e (4) mantidos para venda. Em todas as datas apresentadas nestas informações trimestrais, existem apenas ativos financeiros classificados na primeira e terceira categorias. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Por esta razão, geralmente encontram-se classificados no grupo de ativos circulantes. Contudo, caso estes ativos sejam dados em garantia ou haja qualquer outra restrição a seu uso no curto prazo, os mesmos podem ser classificados no grupo de ativos não circulantes. Os derivativos de posse da Companhia também foram categorizados como mantidos para negociação. A Companhia não utiliza contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*).

(b) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não-derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Nas informações trimestrais, encontram-se classificados como "contas a receber" ou "outros ativos".

c.1.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Os custos de transação incorridos em investimentos mensurados ao valor justo através do resultado são debitados à demonstração do resultado, como despesas, na data da transação. Após esta data, estes investimentos são mensurados pelo valor justo e suas variações são contabilizadas no resultado do exercício, em "outros ganhos (perdas) líquidos". No caso dos empréstimos e recebíveis, estes são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. Os seus custos de transação impactam o valor inicial do ativo reconhecido e são considerados no cálculo da taxa efetiva de juros, que é base para o registro subsequente das receitas financeiras da operação. Os dois tipos de ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou quando a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de sua propriedade.

Notas Explicativas

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados em seus preços de compra em cada data base de apresentação. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não registrados em Bolsa) não for considerado ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem a análise de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam com o mínimo possível de informações geradas pela Administração.

c.1.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados por seu o valor líquido quando há direito e intenção de compensá-los em sua liquidação.

c.1.4 Impairment de ativos financeiros

Ao final de cada período de apresentação, a Companhia avalia se há evidência objetiva de deterioração do valor de seus ativo financeiros. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e perdas são reconhecidas somente se houver evidência objetiva de *impairment*, como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de *impairment* incluem verificar se há situações reais de:

- dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;
- uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de recursos, garante ao mesmo uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- tornar-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira que gere perdas aos credores;
- desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados de uma carteira de ativos financeiros embora a diminuição não possa ser identificada através da análise individual dos ativos financeiros da carteira. Tais dados incluem:
 - (i) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - (ii) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

Notas Explicativas

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o novo valor calculado considerando eventuais situações citadas anteriormente. Caso a perda por *impairment* seja constatada, a mesma é registrada diretamente no resultado do exercício. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como, por exemplo, uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* também é reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

c.2 Passivos financeiros

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores, perdas não realizadas em operações com derivativos e empréstimos e financiamentos. São classificados entre as categorias abaixo, de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados:

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem passivos financeiros usualmente negociados antes do vencimento, passivos classificados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. A cada data de balanço, tais passivos são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras. Nas datas de apresentação destas informações financeiras, nesta categoria encontram-se basicamente os instrumentos financeiros derivativos.

Passivos financeiros não mensurados ao valor justo: são representados, basicamente, por passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado, pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, a correção monetária e a variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras.

d. Contas a receber

As contas a receber dos usuários dos serviços de telecomunicações são registradas pelo preço praticado na data da prestação do serviço. Os saldos incluem também, serviços prestados e não faturados até a data dos balanços, valores a receber de uso da rede (interconexão) e valores a receber decorrentes da venda de aparelhos celulares e acessórios.

e. Estoques

Estoques são apresentados ao custo médio de aquisição. Uma provisão é reconhecida para ajustar o custo de aparelhos e acessórios ao valor líquido realizável, quando este valor for menor que o custo médio de aquisição.

Notas Explicativas

f. Despesas antecipadas

São demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos. São apropriadas ao resultado na medida em que incorrem.

g. Investimentos

As participações societárias em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, somente nas informações trimestrais individuais.

h. Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada, e de provisão para *impairment*, se aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, por prazos que levam em consideração a expectativa de vida útil dos bens e do seu valor residual (nota 17). A Companhia reconhece seus ativos por componente individualizado.

Os custos estimados na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis alugados são capitalizados e amortizados pela vida útil desses bens. A Companhia reconhece no imobilizado, em contrapartida ao passivo "provisão para futura desmobilização de ativos", o valor presente destes custos. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras. O registro desta obrigação é feito conforme o ICPC 12 – Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares (equivalente ao IFRIC 1).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores efetivamente incorridos com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas/despesas, líquidas", na demonstração do resultado.

i. Intangível

O intangível é mensurado pelo seu custo histórico menos amortização acumulada e provisão para *impairment*, caso aplicável, e reflete: (i) a compra de autorizações e de direitos de uso de bandas de radiofrequências, (ii) software em uso e/ou desenvolvimento e (iii) subsídio na venda de aparelhos e mini modems. Inclui, também, o ágio.

Os encargos de amortização são calculados com base no método linear, ao longo da vida útil dos ativos. As estimativas da vida útil dos bens integrantes do intangível são revisadas regularmente.

Notas Explicativas

Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. Se a adquirente apurar deságio, deverá registrar o montante como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar prováveis perdas (*impairment*) e é contabilizado pelo seu valor de custo menos estas perdas (se existirem). Os ganhos e as perdas apurados na alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

Software

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- é tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso;
- a Administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo;
- o *software* gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados;
- estão disponíveis recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*; e
- o gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, estão relacionados a custos com empregados diretamente alocados em seu desenvolvimento. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Subsídio na venda de aparelhos e mini modems

A Companhia oferece subsídio na venda de aparelhos e mini modems a clientes pós-pagos, formalizados através de contratos. Estes recursos despendidos são registrados como ativos intangíveis, de acordo com a IAS 38 / CPC 04 e amortizados pelo prazo mínimo do contrato de serviço assinado pelos clientes (12 meses). A multa contratual para clientes que cancelarem as assinaturas ou migrarem para o sistema pré-pago antes do término dos contratos é invariavelmente superior ao subsídio concedido na venda dos aparelhos e mini modems.

Notas Explicativas

j. Impairment de ativos não-financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados pelo menos anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGCs). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment* podem ter esta provisão (ou parte dela) revertida, caso seja constatado que as razões (ou parte delas) que tenham levado à constituição da provisão não mais existam na data de apresentação das informações trimestrais.

k. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso usual dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Em termos práticos, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

l. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Os juros incorridos são calculados utilizando-se o método de taxa de juros efetiva e são reconhecidos através do regime de competência. Devido ao fato do Grupo não construir ativos que exijam longos prazos para sua conclusão, a Companhia não capitaliza juros.

m. Provisões

Reconhecidas no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. Alguns passivos envolvem incertezas quanto ao prazo e valor, sendo estimados na medida em que são incorridos e registrados através de provisão. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Notas Explicativas

n. Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

Os impostos sobre a renda do período compreendem o imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos, sendo reconhecidos na demonstração do resultado. Não foram reconhecidos imposto de renda e contribuição social no resultado abrangente.

Os encargos de imposto de renda e de contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos princípios contábeis brasileiros (BR GAAP) e internacionais (IFRS).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre (1) os prejuízos fiscais e bases negativas acumulados e sobre (2) as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas informações trimestrais consolidadas. O imposto de renda diferido é determinado, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto de renda diferido ativo for realizado ou quando o imposto de renda diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente sob a hipótese de histórico de lucratividade e/ou quando as projeções anualmente preparadas pela Companhia, examinadas pelo Conselho Fiscal e aprovadas pelos órgãos da Administração, indiquem que seja provável a realização futura de tais créditos fiscais.

O imposto de renda diferido e a contribuição social são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pelo Grupo, e desde que seja provável que a diferença temporária não seja revertida em um futuro previsível.

Os saldos de imposto de renda e contribuição social ativos e passivos somente são apresentados por seu o valor líquido quando há direito e intenção de compensá-los em sua liquidação.

A TIM Celular, através dos Laudos Constitutivos 0144/2003 e 0232/2003, emitidos em 31 de março de 2003 pela ADENE - Agência de Desenvolvimento do Nordeste, tornou-se beneficiária de incentivo fiscal que se constitui em: (i) redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, pelo prazo de 10 (dez) anos a partir do ano fiscal de 2002 até 2011, calculados sobre o lucro da exploração decorrente da implantação de sua capacidade instalada para prestação de serviços de telefonia móvel celular digital; e (ii) redução de 37,5%, 25% e 12,5% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, para os anos fiscais de 2003, 2004 a 2008 e 2009 a 2013, respectivamente, calculados sobre o lucro da exploração decorrente da sua capacidade instalada para prestação de serviços de telefonia móvel celular analógica.

Notas Explicativas

o. Provisão para contingências

É constituída com base em opiniões dos consultores jurídicos da Companhia (internos e externos) e da Administração, por montantes julgados como suficientes para cobrir perdas e riscos considerados prováveis. As situações onde as perdas são consideradas possíveis são objeto de divulgação e as aquelas em que as perdas foram consideradas remotas não são divulgadas.

p. Reconhecimento das receitas

Em linhas gerais, a receitas só são reconhecidas na medida em que seja provável que os benefícios econômicos das transações fluirão para a Companhia e que seus valores possam ser mensurados de forma confiável.

- Receitas de serviços prestados

As principais receitas de serviços advêm de assinaturas mensais, prestação de serviços separados de voz, SMSs, dados, etc., pacotes de utilização combinada destes serviços, encargos de *roaming* e receitas de interconexão. Os saldos são reconhecidos conforme sua utilização, líquidos de impostos sobre vendas e descontos concedidos sobre os serviços. Estas receitas somente são reconhecidas quando o resultado do serviço prestado pode ser estimado de forma confiável.

Os saldos são reconhecidos mensalmente, através do faturamento, e as receitas a faturar entre a data de faturamento e o final do mês (*unbilled*) são identificadas, processadas e reconhecidas no mês em que o serviço foi prestado. Os cálculos de saldos não faturados do mês anterior são estornados e um novo cálculo de *unbilled* é feito a cada mês corrente.

As receitas de tráfego de interconexão e *roaming* são registradas por seus valores brutos, ou seja, sem que sejam descontados os valores devidos a outras operadoras de telecomunicações.

Os minutos não utilizados pelos clientes relativos aos serviços do sistema pré-pago são registrados como receita diferida e apropriados ao resultado quando da efetiva utilização destes serviços pelos clientes.

- Receitas de vendas de produtos

As receitas com vendas de produtos (telefones, mini-modems e outros equipamentos) são reconhecidas quando os riscos significativos e os benefícios da propriedade são transferidos para o comprador.

Notas Explicativas

q. Planos de pensão e outros benefícios pós-emprego

A Companhia e suas controladas possuem planos de benefício definido. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de custos de serviços passados não reconhecidos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, que excederem 10% do valor dos ativos do plano ou 10% dos passivos do plano, são debitados ou creditados ao resultado no período esperado de serviço remanescente dos funcionários.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

q. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são reconhecidas pela taxa de câmbio na data da transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos a reais pela taxa de câmbio na data do balanço, informada pelo Banco Central do Brasil.

Os ganhos e as perdas cambiais são registrados na demonstração do resultado.

r. Participação no resultado

A Companhia e suas controladas provisionam mensalmente o valor estimado da participação de empregados no resultado, em função de metas divulgadas aos colaboradores e aprovadas pelo Conselho de Administração. Tais valores são registrados como despesa de pessoal e alocados nas contas de resultado de acordo com o centro de custo de origem do empregado.

s. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos mínimos obrigatórios é reconhecida como um passivo ao final de cada exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que a distribuição adicional é aprovada pelos acionistas, em Assembléia Geral.

Notas Explicativas

t. Novos pronunciamentos, alterações e interpretações do IFRS

As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis do Grupo iniciados em 1o de janeiro de 2011, ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte do Grupo.

- IFRS 9, "Instrumentos financeiros", emitido em novembro de 2009. Esta norma é o primeiro passo no processo para substituir o IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". O IFRS 9 introduz novas exigência para classificar e mensurar os ativos financeiros e provavelmente afetará a contabilização do Grupo para seus ativos financeiros. A norma não é aplicável até 1o de janeiro de 2013, mas está disponível para adoção prévia.

5 Estimativas contábeis críticas

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas abaixo.

(a) *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros*

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos dez anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste.

O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Notas Explicativas

(b) *Imposto de Renda e contribuição social (corrente e diferido)*

O Imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações prudentes da legislação em vigor. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias são reconhecidos na proporção da probabilidade de que o lucro real futuro esteja disponível e possa ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração a estimativa de lucro tributável futuro e é baseado em premissas fiscais conservadoras.

(c) *Provisão para créditos de liquidação duvidosa*

A provisão para créditos de liquidação duvidosa está apresentada como redução das contas a receber e é constituída com base no perfil da carteira de assinantes, idade das contas vencidas, conjuntura econômica e riscos envolvidos em cada caso, em montante considerado suficiente para fazer em face de eventuais perdas na realização de tais créditos.

(d) *Provisão para contingências*

As contingências são analisadas pela administração em conjunto com seus assessores jurídicos. A Companhia considera em suas análises fatores como hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. Essas avaliações envolvem julgamentos da administração.

(e) *Valor justo de instrumentos financeiros*

O valor justo dos ativos e passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia aplica a alteração ao IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do mesmo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis) (nível 3).

Notas Explicativas

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	09/2011	12/2010	09/2011	12/2010
Caixa e bancos	1.178	240	110.117	104.024
Aplicações financeiras:				
CDB	39.217	5.776	2.019.752	2.272.208
	<u>40.395</u>	<u>6.016</u>	<u>2.129.869</u>	<u>2.376.232</u>

Os Certificados de Depósitos Bancários (“CDB”) são títulos nominativos emitidos pelos bancos e vendidos ao público como forma de captação de recursos e podem ser negociados a qualquer momento dentro do prazo contratado.

7 Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	09/2011	12/2010	09/2011	12/2010
CDB	55	117	19.439	31.561
Títulos públicos federais	-	308	-	308
	<u>55</u>	<u>425</u>	<u>19.439</u>	<u>31.869</u>
Parcela circulante	-	(9)	(42)	(18.177)
Parcela não circulante	<u>55</u>	<u>416</u>	<u>19.397</u>	<u>13.692</u>

A remuneração média das aplicações da Companhia é de 101,18 % da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

As aplicações podem ser resgatadas a qualquer tempo, sem prejuízo significativo da rentabilidade reconhecida, exceto as aplicações de longo prazo que se encontram restritas para utilização em virtude de processos judiciais.

8 Contas a receber

	Consolidado	
	09/2011	12/2010
Serviços faturados	977.660	909.430
Serviços a faturar	651.963	624.962
Uso de rede	710.965	596.166
Venda de mercadorias	1.184.943	935.105
Outras contas a receber	2.343	88.603
	<u>3.527.874</u>	<u>3.154.266</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(321.052)	(369.043)
	<u>3.206.822</u>	<u>2.785.223</u>
Parcela circulante	(3.152.122)	(2.748.411)
Parcela não circulante	<u>54.700</u>	<u>36.812</u>

Notas Explicativas

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi como segue:

	Consolidado	
	09/2011	12/2010
	(9 meses)	(12 meses)
Saldo inicial	369.043	408.606
Constituição de provisão	169.078	310.497
Baixas da provisão	(217.069)	(350.060)
Saldo final	<u>321.052</u>	<u>369.043</u>

Os valores justos das contas a receber apresentam-se como segue:

	Consolidado	
	09/2011	12/2010
Serviços de telefonia e venda de mercadorias	3.204.479	2.674.328
Outras contas a receber	2.343	110.895
	<u>3.206.822</u>	<u>2.785.223</u>

A idade do contas a receber apresenta-se como segue:

	Consolidado	
	09/2011	12/2010
A vencer	2.708.976	2.237.402
Vencidos até 30 dias	114.001	160.621
Vencidos até 60 dias	65.849	58.678
Vencidos até 90 dias	231.389	343.810
Vencidos a mais de 90 dias	407.659	353.755
	<u>3.527.874</u>	<u>3.154.266</u>

9 Estoques

	Consolidado	
	09/2011	12/2010
Aparelhos celulares	319.817	205.381
Acessórios e cartões pré-pagos	8.647	12.887
TIM "chips"	41.035	21.516
	<u>369.499</u>	<u>239.784</u>
Provisão para ajuste ao valor de realização	(16.308)	(11.130)
	<u>353.191</u>	<u>228.654</u>

Notas Explicativas

10 Impostos e contribuições indiretos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	09/2011	12/2010	09/2011	12/2010
ICMS			898.188	679.350
Outros	2	1	5.637	2.797
	<u>2</u>	<u>1</u>	<u>903.825</u>	<u>682.147</u>
Parcela circulante	(2)	(1)	(592.047)	(494.036)
Parcela não circulante			311.778	188.111
	<u><u>2</u></u>	<u><u>1</u></u>	<u><u>311.778</u></u>	<u><u>188.111</u></u>

A parcela registrada no longo prazo refere-se basicamente ao ICMS sobre o ativo imobilizado das companhias controladas.

11 Impostos e contribuições diretos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	09/2011	12/2010	09/2011	12/2010
Imposto de renda e contribuição social	8.545	8.375	304.048	262.647
PIS / COFINS	-		244.381	211.255
Outros	401	377	17.918	27.393
	<u>8.946</u>	<u>8.752</u>	<u>566.347</u>	<u>501.295</u>
Parcela circulante	(402)	(380)	(510.512)	(361.929)
Parcela não circulante	8.544	8.372	55.835	139.366
	<u>8.544</u>	<u>8.372</u>	<u>55.835</u>	<u>139.366</u>

A Companhia e a TIM Celular possuem ações contra a Lei nº. 9.718/98 declarando a inconstitucionalidade dessa Lei no que tange ao alargamento da base de cálculo dos tributos ali tratados, impedindo a cobrança de PIS e COFINS sobre receitas que não sejam decorrentes do faturamento da empresa. No entanto, ainda não obtiveram decisão judicial favorável final e por esse motivo nenhum registro de crédito de PIS e COFINS foi efetuado. A administração, porém, entende como provável a chance de desfecho favorável dessas causas às Companhias. Os montantes envolvidos são de R\$19.738 e R\$46.001, respectivamente, atualizados monetariamente.

12 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto e da contribuição social sobre ativos e passivos e os valores contábeis das informações trimestrais. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Notas Explicativas

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Os valores de compensação são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	09/2011	12/2010	09/2011	12/2010
Prejuízo fiscal	9.954	8.764	1.553.339	1.669.112
Base negativa de contribuição social	3.648	3.220	571.078	600.852
Diferenças temporárias				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa			109.921	126.003
Operações com derivativos			19.939	48.853
Provisão para contingências	1.327	1.367	77.764	84.679
Depreciação acelerada de equipamentos TDMA			7.780	11.419
Ajuste a valor presente – licença 3G			23.203	24.660
Imposto de renda diferido s/ajustes CPC's	53.569	53.569	177.525	193.674
Deposito judicial FISTEL			36.778	19.069
Imposto de renda e contribuição social sobre saldos de valor justo do imobilizado decorrente de combinação de negócios			(78.278)	(83.708)
Outros	1.722	1.787	41.616	18.431
	<u>70.220</u>	<u>68.707</u>	<u>2.540.665</u>	<u>2.713.044</u>
Provisão para desvalorização de créditos fiscais	(70.220)	(68.707)	(1.069.890)	(1.064.020)
	-	-	1.470.775	1.649.024
Parcela imposto ativo diferido	-	-	1.549.052	1.732.732
Parcela imposto passivo diferido	-	-	(78.277)	(83.708)

TIM CELULAR

A TIM Celular, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico aprovado pela Administração e revisado pelo conselho fiscal, reconheceu créditos tributários sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, que não possuem prazo prescricional.

Com base nesse estudo técnico de geração de lucros tributáveis futuros, a TIM Celular estima recuperar esses créditos tributários nos seguintes exercícios:

2011	216.116
2012	274.580
2013	277.114
2014	252.119
2015	244.312
2016 em diante	284.811
	<u>1.549.052</u>

Notas Explicativas

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício de 2010. Conseqüentemente, essas estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

Intelig

Baseado nas projeções dos lucros tributáveis futuros e considerando a existência de histórico de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, a controlada Intelig concluiu pela existência de incertezas relacionadas à recuperabilidade dos créditos fiscais de imposto de renda e contribuição social e conseqüentemente não reconheceu o respectivo ativo de imposto de renda diferido. Os montantes deste crédito são de R\$928.265 em 30 de setembro de 2011 e R\$ 923.907 em 31 de dezembro de 2010.

13 Despesas antecipadas

	Consolidado	
	09/2011	12/2010
FISTEL	173.868	-
Aluguéis e seguros	44.742	26.930
Propagandas não veiculadas	26.001	80.293
Despesa antecipada com fornecedores	74.819	-
Outros	10.156	1.165
	<u>329.586</u>	<u>108.388</u>
Parcela circulante	(236.674)	(93.768)
Parcela não circulante	<u>92.912</u>	<u>14.620</u>

14 Depósitos judiciais

	Controladora		Consolidado	
	09/2011	12/2010	09/2011	12/2010
Cível	4.257	9.430	145.285	112.175
Trabalhista	19.348	11.304	140.213	103.092
Tributário (*)	121	7	283.863	170.148
Regulatório	-	-	106	104
	<u>23.726</u>	<u>20.741</u>	<u>569.467</u>	<u>385.519</u>

Notas Explicativas

(*) Foi publicada, em abril de 2008, a Lei Federal nº. 11.652, que visa a cobrança da contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública à EBC – Empresa Brasil de Comunicação. O entendimento da empresa é de que a Lei é inconstitucional uma vez que a contribuição instituída não se reveste das características necessárias à instituição válida de qualquer tributo previsto na Constituição Federal. Foi impetrado mandado de segurança para resguardar os interesses da TIM Celular. Em março de 2010 e março de 2011 foram realizados depósitos judiciais referentes à contribuição de 2010 e 2011, nos montantes, respectivamente, de R\$56.086 e R\$ 69.445, que totalizam R\$ 125.531. Para estes depósitos judiciais há provisão constituída de mesmo valor registrada no grupo de “Impostos indiretos e contribuições a pagar” no passivo não circulante. O mandado de segurança está pendente de julgamento em primeira instância judicial, tendo sido avaliado pelos advogados internos e externos como risco de perda possível.

15 Outros ativos

	Controladora		Consolidado	
	09/2011	12/2010	09/2011	12/2010
Adiantamentos a fornecedores			47.915	61.403
Adiantamentos a empregados		2	13.409	4.879
Incentivos fiscais			14.406	13.533
Outros direitos	3.385	1.172	27.138	36.539
	<u>3.385</u>	<u>1.174</u>	<u>102.868</u>	<u>116.354</u>
Parcela circulante	(3.385)	(1.174)	(89.096)	(98.591)
Parcela não circulante	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>13.772</u>	<u>17.763</u>

16 Investimentos - Controladora

(a) Participações em empresas controladas:

	09/2011		Total
	TIM Celular	Intelig	
Quantidade de ações/quotas detidas	31.506.833.561	3.279.157.266	
Participação no capital total	100%	100%	
Patrimônio líquido	<u>10.358.215</u>	<u>658.179</u>	
Lucro (prejuízo) líquido do período	<u>943.427</u>	<u>(59.193)</u>	<u>884.234</u>
Resultado de equivalência patrimonial	<u>943.427</u>	<u>(59.193)</u>	<u>884.234</u>
Valor do investimento	<u>10.358.215</u>	<u>658.179</u>	<u>11.016.394</u>
Valor do investimento	<u>10.358.215</u>	<u>658.179</u>	<u>11.016.394</u>

Notas Explicativas

	12/2010		Total
	TIM Celular	Intelig	
Quantidade de ações/quotas detidas	31.506.833.561	3.279.157.266	
Participação no capital total	100%	100%	
Patrimônio líquido	<u>9.435.865</u>	<u>717.372</u>	
Lucro (prejuízo) líquido do período	<u>2.243.627</u>	<u>(22.356)</u>	<u>2.221.271</u>
Resultado de equivalência patrimonial	<u>2.243.627</u>	<u>(22.356)</u>	<u>2.221.271</u>
Valor do investimento	9.419.984	717.372	10.137.356
Reserva especial de ágio	15.881		15.881
Valor do investimento	<u>9.435.865</u>	<u>717.372</u>	<u>10.153.237</u>

(b) Mutação do investimento em empresas controladas:

	TIM Celular	Intelig	Total
Saldo do investimento em 31 de dezembro de 2010	9.435.865	717.372	10.153.237
Dividendos complementares de 2010	(20.765)		(20.765)
Resultado de equivalência patrimonial	943.427	(59.193)	884.234
Outros	(312)		(312)
Saldo do investimento em 30 de setembro de 2011	<u>10.358.215</u>	<u>658.179</u>	<u>11.016.394</u>

Notas Explicativas**17 Imobilizado****(a) Movimentação do imobilizado**

	Consolidado				Saldo em 30/09/2011
	Saldo em 31/12/2010	Adições	Baixas	Transferência	
<u>Custo do Imobilizado Bruto</u>					
Equipamentos de comutação / transmissão	9.428.829		(34)	1.077.554	10.506.349
Cabos de fibra ótica	466.438			1.762	468.200
Aparelhos em comodato	1.326.068		(28.893)	145.780	1.442.955
Infra-estrutura	2.211.729			308.625	2.520.354
Bens de informática	1.156.631			65.377	1.222.008
Bens de uso geral	457.828		(388)	(49.067)	408.373
Terrenos	38.175			1.071	39.246
Obras em andamento	1.078.304	1.055.327		(1.551.102)	582.529
Total Imobilizado Bruto	16.164.002	1.055.327	(29.315)	-	17.190.014
<u>Depreciação acumulada</u>					
Equipamentos de comutação / transmissão	(6.619.862)	(660.657)		(60)	(7.280.579)
Cabos de fibra ótica	(30.934)	(23.503)			(54.437)
Aparelhos em comodato	(1.112.108)	(160.829)	17.789		(1.255.148)
Infra-estrutura	(1.282.715)	(121.938)	14	(19.993)	(1.424.632)
Bens de informática	(1.029.609)	(46.971)			(1.076.580)
Bens de uso geral	(225.051)	(27.564)	142	20.053	(232.420)
Total Depreciação Acumulada	(10.300.279)	(1.041.462)	17.945	-	(11.323.796)
<u>Imobilizado líquido</u>					
Equipamentos de comutação / transmissão	2.808.967	(660.657)	(34)	1.077.494	3.225.770
Cabos de fibra ótica	435.504	(23.503)		1.762	413.763
Aparelhos em comodato	213.960	(160.829)	(11.104)	145.780	187.807
Infra-estrutura	929.014	(121.938)	14	288.632	1.095.722
Bens de informática	127.022	(46.971)		65.377	145.428
Bens de uso geral	232.777	(27.564)	(246)	(29.014)	175.953
Terrenos	38.175	-		1.071	39.246
Obras em andamento	1.078.304	1.055.327		(1.551.102)	582.529
Total Imobilizado líquido	5.863.723	13.865	(11.370)	-	5.866.218

(b) Taxas de depreciação

	Taxa média anual %
Equipamentos de Comutação/ Transmissão	8 à 14,29
Cabos de fibra ótica	4 à 10
Aparelhos em Comodato	50
Infra-Estrutura	4 à 10
Bens de Informática	20
Bens de Uso Geral	4 à 10

Em 2010 em conformidade com o ICPC 10, a Companhia e suas subsidiárias realizaram avaliações da vida útil aplicada em seus ativos imobilizados e concluíram que não ocorreu nenhuma mudança significativa ou alteração nas circunstâncias em que as estimativas se basearam de forma a justificar mudanças na vida útil utilizada atualmente.

Notas Explicativas

Tecnologias em operação

As companhias controladas operam sua rede de prestação de serviços nas tecnologias, GSM e 3G. Em 30 de setembro de 2011, nenhuma provisão para perda em relação à recuperação do ativo imobilizado foi considerada necessária.

18 Intangível

Os valores das autorizações para exploração do SMP e direitos de uso de radiofrequências, assim como software, ágio e outros, são demonstrados como segue:

(a) Movimentação do Intangível

	Saldo em 31/12/2010	Adições	Baixas	Transferência	Saldo em 30/09/2011
<u>Custo do Intangível Bruto</u>					
Direito de uso de softwares	6.861.798	11	(39)	708.359	7.570.129
Licenças de concessão	4.266.301			65.028	4.331.329
Subsídios na venda de aparelhos e mini modems	1.811.580	8.256			1.819.836
Bens e instalações em andamento	69.773	788.598		(773.387)	84.984
Ágio	367.571				367.571
Outros ativos	33.181				33.181
Total Intangível Bruto	13.410.204	796.865	(39)	-	14.207.030
<u>Amortização acumulada</u>					
Direito de uso de softwares	(4.870.255)	(586.297)	39		(5.456.513)
Licenças de concessão	(2.246.144)	(228.747)			(2.474.891)
Subsídios na venda de aparelhos e mini modems	(1.749.030)	(70.134)			(1.819.164)
Outros ativos	(8.927)	(4.536)			(13.463)
Total Amortização Acumulada	(8.874.356)	(889.714)	39		(9.764.031)
<u>Intangível Líquido</u>					
Direito de uso de softwares	1.991.543	(586.286)		708.359	2.113.616
Licenças de concessão	2.020.157	(228.747)		65.028	1.856.438
Subsídios na venda de aparelhos e mini modems	62.550	(61.878)			672
Bens e instalações em andamento	69.773	788.598		(773.387)	84.984
Ágio	367.571				367.571
Outros ativos	24.254	(4.536)			19.718
Total Intangível Líquido	4.535.848	(92.849)		-	4.442.999

(b) Taxas de Amortização

	Taxa média anual %
Direito de uso de softwares	20
Licenças de concessão	5 a 20
Outros ativos	20

Os subsídios na venda de aparelhos e mini *modems* possuem um prazo de amortização de 12 meses.

Notas Explicativas

Teste de impairment de ativos intangíveis com vida útil indefinida

A Companhia efetua pelo menos anualmente o teste de recuperabilidade dos ágios registrados com expectativa de rentabilidade futura. Esses cálculos foram efetuados com base no fluxo de caixa descontado que teve como parâmetro as premissas contidas no Plano Industrial da Companhia de 10 anos e utilizaram taxas de crescimento compatíveis com o mercado em que a Companhia opera e taxa de desconto de 10% a.a. Os resultados desses testes não indicaram nenhuma necessidade de provisão contábil.

19 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	09/2011	12/2010	09/2011	12/2010
Moeda nacional				
Fornecedores de materiais e serviços	2.081	1.296	2.427.619	2.673.885
Interconexão (a)			282.040	210.307
Roaming (b)			147	240
Co-billing (c)			72.564	91.870
	<u>2.081</u>	<u>1.296</u>	<u>2.782.370</u>	<u>2.976.302</u>
Moeda estrangeira				
Fornecedores de materiais e serviços			48.051	71.994
Roaming (b)			70.786	55.173
			<u>118.837</u>	<u>127.167</u>
Parcela Circulante	<u>2.081</u>	<u>1.296</u>	<u>2.901.207</u>	<u>3.103.469</u>

(a) Refere-se à utilização da rede de outras operadoras de telefonia fixa e móvel, onde as chamadas são iniciadas na rede TIM e finalizadas nas outras operadoras.

(b) Refere-se às chamadas efetuadas quando o cliente está fora de sua área de registro, sendo considerado visitante na outra rede.

(c) Refere-se às chamadas efetuadas pelo cliente ao escolher outra operadora de longa distância.

Notas Explicativas**20 Empréstimos e financiamentos**

<u>Descrição:</u>	<u>Moeda</u>	<u>Encargos</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Garantias</u>	<u>Consolidado</u>	
					<u>09/2011</u>	<u>12/2010</u>
BNDES	URTJLP	URTJLP+1,72% a 4,8% a.a.	Out/11 a Jul/18	Fiança da TIM Participações . e recebíveis da TIM Celular	1.577.418	1.787.897
BNDES	UMIPCA	UMIPCA+ 2,62% a.a.	Jul/17	Fiança da TIM Participações . e recebíveis da TIM Celular	184.353	163.339
BNDES (PSI)	R\$	4,5% a.a.	Jul/18	Fiança da TIM Participações e recebíveis da TIM Celular	137.495	70.098
BNB	R\$	10% a.a.	Jun/12 a Jan/16	Fiança Bancária e Aval da TIM Participações	84.935	118.250
Santander (CCB)	R\$	108% do CDI	Set/12 e Out/12	-	212.235	204.957
Santander (Res. 2770)	R\$	108,0% do CDI	Dez/12	-	154.881	165.901
Banco BNP Paribas	USD	Libor 6M + 0,4% a.a.	Dez/17	Aval da TIM Participações	262.097	244.891
Banco Europeu de Investimento (BEI)	USD	Libor 6M + ,57% à 0,673% a.a.	Set/16 a Jun/17	Fiança Bancária e Aval da TIM Participações	517.533	479.337
Bank of America (Res. 4131)	USD	Libor 3M + 1,25% a.a.	Set/13	-	217.339	-
JP Morgan (Res. 4131)	USD	1,56% a.a.	Set/13	-	181.428	-
Total:					3.529.714	3.234.670
Circulante					(871.722)	(957.549)
Não Circulante:					<u>2.657.992</u>	<u>2.277.121</u>

O empréstimo em moeda estrangeira contratado junto ao Banco BNP Paribas, com garantia do SACE possui cláusulas contratuais restritivas que prevêm o cumprimento de determinados índices financeiros, calculados semestralmente. A controlada TIM Celular vem atendendo a todos os índices financeiros requeridos.

Os financiamentos da TIM Celular junto ao BNDES, obtidos para a expansão da rede de telefonia móvel, também possui cláusulas contratuais restritivas que prevêm o cumprimento de determinados índices financeiros, calculados semestralmente. A controlada vem atendendo os índices financeiros definidos.

A controlada TIM Celular captou em setembro de 2011 dívidas em moeda estrangeira na modalidade 4131 nos valores equivalentes à R\$173 milhões e R\$ 200 milhões com o JP Morgan e com o BoFA (Bank of America Merrill Lynch) respectivamente, ambas com vencimento em setembro de 2013. Simultaneamente ao desembolso foram contratadas operações de SWAP com o objetivo de proteger integralmente essas operações da exposição cambial.

Notas Explicativas

A controlada TIM Celular contratou operações de swap, com o objetivo de proteger-se integralmente dos riscos de desvalorização do real em relação ao dólar americano e parcialmente de variações no valor justo de seus financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixados e TJLP.

Os empréstimos e financiamentos em 30 de setembro de 2011 vencíveis em longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

	<u>Consolidado</u>
2012	335.969
2013	799.728
2014	255.619
2015	256.944
2016 em diante	1.009.732
	<u>2.657.992</u>

Nas operações envolvendo instrumentos financeiros passivos não foram identificadas diferenças significativas entre os valores justos e os valores contábeis, principalmente em virtude destes instrumentos serem contratados substancialmente com bancos de fomento, tais como o BNDES. No Brasil, não há um mercado consolidado de dívidas de longo prazo com as características dos financiamentos do BNDES. A oferta de crédito às entidades em geral, com essa característica de longo prazo, normalmente está limitada ao BNDES e outros bancos de fomento. Esses financiamentos reúnem características próprias e as condições definidas nos contratos de financiamento, entre partes independentes, refletindo as condições para aqueles tipos de financiamentos que incluem características próprias, em geral aplicando taxas que seriam aplicáveis a qualquer entidade, ajustadas apenas pelo risco específico de crédito das entidades e projetos envolvidos.

21 Obrigações trabalhistas

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>09/2011</u>	<u>12/2010</u>	<u>09/2011</u>	<u>12/2010</u>
Encargos sociais	29	10	39.709	31.522
Salários e provisões a pagar			114.931	85.337
Retenções de empregados	22	92	4.999	8.433
	<u>51</u>	<u>102</u>	<u>159.639</u>	<u>125.292</u>

Notas Explicativas**22 Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher**

	Controladora		Consolidado	
	09/2011	12/2010	09/2011	12/2010
ICMS			448.199	419.294
Impostos e Taxas ANATEL			170.747	128.870
ISS	31	14	52.147	46.539
Outros	13		7.643	7.392
	<u>44</u>	<u>14</u>	<u>678.736</u>	<u>602.095</u>
Parcela circulante	<u>(44)</u>	<u>(14)</u>	<u>(553.206)</u>	<u>(544.375)</u>
Parcela não circulante	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>125.530</u>	<u>57.720</u>

23 Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	09/2011	12/2010	09/2011	12/2010
Imposto de renda e contribuição social			354.425	289.659
PIS / COFINS			114.242	100.779
Outros	2	150	12.496	13.871
	<u>2</u>	<u>150</u>	<u>481.163</u>	<u>404.309</u>
Parcela circulante	<u>(2)</u>	<u>(150)</u>	<u>(317.429)</u>	<u>(265.328)</u>
Parcela não circulante	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>163.734</u>	<u>138.981</u>

Em novembro de 2009, a Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal, instituído pela Lei nº 11.941/09 e pela Medida Provisória nº 470/2009, visando equalizar e regularizar os passivos fiscais por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações fiscais e previdenciárias. Em junho de 2011 a controlada optou pela inclusão de débitos não constituídos em auto de infração no REFIS que prevê a anistia de multa e juros na modalidade de pagamento parcelado de débitos administrados pela Receita Federal.

As condições gerais desse parcelamento podem ser assim resumidas:

- O valor do principal (histórico) será pago em 180 meses. Quanto ao juros e multa serão pagos com prejuízo fiscal acumulado pela controlada, com o benefício da redução de 60% dos juros e 25% de multa.
- Abrangência dos débitos parcelados:

	Principal atualizado	Multa	Juros
IR e CSSL	27.637	16.966	31.931
PIS e COFINS	<u>32.243</u>	<u>7.035</u>	<u>16.163</u>
	<u>59.880</u>	<u>24.001</u>	<u>48.094</u>

Os débitos parcelados são compostos principalmente das seguintes ações judiciais:

Notas Explicativas

- IR e CS: (i) falta de recolhimento do IR PJ sobre base estimativa mensal em relação ao exercício de 2002 no valor total de R\$ 39.636; (ii) compensação de IR e CS com créditos não homologados de PIS e COFINS no valor total de R\$ 36.898
 - PIS e COFINS: compensação de PIS e COFINS de créditos não homologados de PIS e COFINS no valor total de R\$ 55.441.

- c) O ganho correspondente à redução das multas de mora e de ofício referente a Imposto de Renda e Contribuição Social anteriormente contabilizadas no passivo no valor de R\$ 28.455, foi registrado nas rubricas de Despesas de IR e CS (R\$ 6.224) e Despesas Financeiras (R\$ 22.231).
- ⇨ O valor de prejuízos fiscais utilizado para liquidação dos débitos, monta a R\$ 45.671 em 30 de setembro de 2011.

Como consequência da adesão ao REFIS, a Companhia obriga-se ao pagamento das parcelas sem atraso superior a três meses, bem como a desistência das ações judiciais e renúncia a qualquer alegação de direito sobre a qual se funda as referidas ações, sob pena de imediata rescisão do parcelamento e, conseqüentemente, perda dos benefícios anteriormente mencionados.

24 Outros passivos

	Controladora		Consolidado	
	09/2011	12/2010	09/2011	12/2010
Serviços a prestar pré-pagos			311.446	264.147
Grupamento de ações (*)	23.365	20.347	23.365	20.347
Subvenções Governamentais (nota 20)			39.351	22.772
Outras obrigações	8.427	8.211	24.218	16.894
	<u>31.792</u>	<u>28.558</u>	<u>398.380</u>	<u>324.160</u>
Parcela circulante	(1.927)	(1.711)	(255.838)	(181.268)
Parcela não circulante	<u>29.865</u>	<u>26.847</u>	<u>142.542</u>	<u>142.982</u>

(*) Em 30 de maio de 2007, a Assembléia Geral Extraordinária da Companhia aprovou o grupamento da totalidade das ações de emissão da Companhia na proporção de 1.000 (mil) ações existentes para cada 1 (uma) ação da respectiva espécie. No período compreendido entre 01 de junho de 2007 a 02 de julho de 2007, os acionistas ajustaram suas posições acionárias em lotes de múltiplos de 1.000 (mil) ações, por espécie, mediante negociação privada, no mercado de balcão ou na Bolsa de Valores de São Paulo- BOVESPA, a seu livre e exclusivo critério.

(**) Em Agosto de 2010, teve início a liberação de recursos referente à linha de financiamento junto ao BNDES (Programa de Sustentação do Investimento – BNDES PSI), sendo que, até setembro de 2011, o montante desembolsado somava R\$172.000. Esta operação enquadra-se no escopo do CPC 07 Subvenção e Assistência Governamentais. A subvenção concedida pelo BNDES ajustada a valor presente resultou em R\$41.053 e está sendo amortizada pelo prazo de vida útil do ativo que está sendo financiado e apropriado no grupo de “Outras Receitas (despesas), líquidas” (nota 32).

Notas Explicativas

25 Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas são parte integrante em processos administrativos e judiciais nas esferas cível, trabalhista, tributária e regulatória, que surgem no curso normal de seus negócios, registrando provisões quando a administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que existem prováveis chances de perdas.

A provisão para contingências constituída está composta como segue:

	Controladora		Consolidado	
	09/2011	12/2010	09/2011	12/2010
Cível			54.305	40.531
Trabalhista	3.396	4.021	56.110	53.162
Tributário	506		113.972	145.099
Regulatória			4.330	10.265
	<u>3.902</u>	<u>4.021</u>	<u>228.717</u>	<u>249.057</u>

As variações na provisão para contingências encontram-se resumidas a seguir:

	12/2010	Adições, líquidas de reversões	Pagamentos	Atualização monetária	09/2011
Cível	40.531	95.968	(85.231)	3.037	54.305
Trabalhista	53.162	1.189	(15)	1.774	56.110
Tributária	145.099	9.482	(23.820)	(16.789)	113.972
Regulatória	10.265	3.022	(8.383)	(574)	4.330
	<u>249.057</u>	<u>109.661</u>	<u>(117.449)</u>	<u>(12.552)</u>	<u>228.717</u>

* A atualização monetária das contingências tributárias contempla a reversão da atualização monetária de R\$ 22.231 de processos de IR e CS incluídos no REFIS em junho de 2011.

Contingências Cíveis

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a diversas ações judiciais e procedimentos administrativos propostos pelos consumidores, fornecedores, prestadores de serviços e órgãos de defesa do consumidor, que tratam de variadas matérias que surgem no curso normal dos negócios das companhias. A administração analisa cada procedimento judicial ou administrativo com o intuito de fazer um julgamento a respeito de eventual contingência, classificando esse risco como provável, possível ou remoto. Essa avaliação sempre toma por base a opinião dos advogados contratados e responsáveis pela condução das causas. Referida avaliação está sujeita a revisões periódicas, podendo, portanto ser alterada no decorrer do andamento dos processos, à vista de fatos ou eventos supervenientes, tais como mudanças de orientação jurisprudencial.

Notas Explicativas

Ações movidas por Consumidores

As Companhias controladas são partes em aproximadamente 65.017 ações (68.890 em 31 de dezembro de 2010), que se relacionam primordialmente a reclamações movidas por consumidores, na esfera judicial e administrativa e envolve tanto a TIM Celular quanto a INTELIG. Referidas ações tratam de matérias atinentes à relação entre as controladas e seus clientes, destacando-se, em relação à TIM Celular S/A, os procedimentos por suposta cobrança indevida, cancelamento de contrato, qualidade dos serviços, defeitos e falhas na entrega de aparelhos e negativação indevida. Quanto às matérias vinculadas às demandas da INTELIG, destacamos questionamentos de suposta fraude, cobrança indevida e negativação indevida.

Ações Coletivas

Há quatro principais ações coletivas que merecem destaque envolvendo as Companhias controladas cujo risco de perda é considerado como provável: (i) ação movida contra a TIM Celular, no estado da Bahia, visando à proibição da cobrança como longa distância das chamadas telefônicas originadas e recebidas entre as cidades de Petrolina/PE e Juazeiro/BA em virtude da existência de “áreas fronteiriças”; e (ii) ação movida contra a TIM Celular no estado do Rio de Janeiro, que envolve impossibilidade de cobrança de multa de fidelização nos casos de roubo e furto de aparelho. ; (iii) ação proposta pelo Procon Municipal de Chapecó-SC em face da INTELIG, que questiona o descumprimento da Resolução 85 da ANATEL, art.61 (cobranças retroativas) e, (iv) ação proposta pelo Ministério Público de Uberlândia, questionando o descumprimento da Resolução 85 da Anatel, art.61(cobrança retroativa).

Considerando que estas ações envolvem obrigações de fazer ou não-fazer e, tendo em vista a impossibilidade de quantificar de forma acurada eventuais contingências no atual estágio processual das ações, a administração não constituiu provisão com relação aos processos acima descritos.

Contingências Trabalhistas

São contingências envolvendo diversas reclamações trabalhistas propostas tanto por ex-empregados em relação a questões como diferenças salariais, equiparações, pagamentos de remuneração variável/comissões, adicionais legais, horas extras e outras previsões estabelecidas no período anterior ao processo de privatização, quanto por ex-empregados de empresas prestadoras de serviços, os quais, valendo-se da legislação trabalhista em vigor, requerem a responsabilização da Companhia e/ou de suas controladas por obrigações trabalhistas não adimplidas pelas empresas prestadoras de serviços contratadas.

Reclamações Trabalhistas

Do total de 8.080 reclamações trabalhistas em 30 de setembro de 2011 (6.172 em 31 de dezembro de 2010), movidas contra a Companhia e suas controladas, 82% referem-se a demandas que envolvem prestadores de serviços, com grande concentração de processos em determinadas empresas, notadamente em São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Curitiba e Recife. Em decorrência da incorporação da HOLDCO pela TIM Participações, ocorrida em dezembro de 2009, existem 207 reclamações trabalhistas envolvendo TIM / Intelig e Grupo Docas.

Notas Explicativas

Em relação às reclamações de terceiros, parte das demandas decorre de projetos específicos de revisão de contratos com prestadores de serviços, os quais levaram, no ano de 2006, à rescisão de vários deles, com o consequente encerramento de atividades destas empresas e desligamentos. Outra parcela significativa do contingenciamento existente diz respeito a processos de reestruturação organizacional, dos quais se destacam o encerramento das atividades dos Centros de Relacionamento com o Cliente (call center) das cidades de Fortaleza, Salvador e Belo Horizonte, que resultaram no desligamento de aproximadamente 800 colaboradores próprios e terceirizados.

A avaliação de chances de êxito e do valor de contingência está sujeita a revisões periódicas, motivadas por decisões proferidas no curso dos processos, em virtude de alterações normativas, ou de modificações em Orientações Jurisprudenciais e Súmulas proferidas pelos tribunais superiores.

A adequação da provisão trabalhista se baseou, principalmente, na concentração de esforços com o objetivo de intensificar o processo de padronização relativo à classificação dos riscos das reclamações trabalhistas envolvendo a Companhia e suas controladas, tendo em vista o fato da gestão do contencioso trabalhista fazer uso de inúmeros métodos de análise processual e avaliação dos riscos existentes.

Contingências Tributárias

IR e CSSL

No ano de 2005, a TIM Celular recebeu autuações da Secretaria da Receita Federal de Minas Gerais no montante total de R\$126.933, relacionadas à: (i) tributação de variações monetárias decorrentes de operações de swap e variações cambiais relativas a empréstimos não liquidados, (ii) cobrança de multa isolada, decorrente de falta de recolhimento da contribuição social sobre o lucro sobre base estimativa mensal, com relação ao exercício de 2002 e parte do exercício de 2001, (iii) suposta falta de recolhimento do imposto de renda de pessoa jurídica sobre base estimativa mensal, com relação ao exercício de 2002, e (iv) remessa de juros ao exterior (IRRF) – denúncia espontânea sem pagamento de encargos moratórios.

A controlada está atualmente discutindo com as autoridades fiscais essas autuações e com base na opinião de seus assessores jurídicos internos e externos, a administração havia concluído que as prováveis perdas a serem incorridas com esses processos seriam de R\$32.750, valor esse provisionado em 2005 na rubrica “Provisão para imposto de renda e contribuição social”.

Em setembro de 2009, a TIM Celular aderiu ao REFIS que previa a anistia de multa e juros e possibilidade de parcelamento de débitos de tributos federais. A TIM Celular decidiu por aderir parcialmente ao REFIS em relação a essas autuações e foi efetuado o pagamento no valor de R\$4.884 referente à parcela correspondente a exclusão da variação cambial do lucro líquido na base de cálculo da CSSL. O valor provisionado na rubrica “Provisão para imposto de renda e contribuição social” relativa a CSSL era de R\$8.547, sendo que o valor de R\$3.663, que corresponde à diferença entre o valor que havia sido provisionado e o valor efetivamente pago, foi revertido em favor da controlada.

Em junho de 2011 a controlada optou pela inclusão no REFIS que prevê a anistia de multa e juros na modalidade de pagamento parcelado de débitos administrados pela Receita Federal, o valor de R\$24.203 referente a falta de recolhimento do imposto de renda de pessoa jurídica sobre base estimativa mensal, com relação ao exercício de 2002 que a administração considerava como perda provável.

Notas Explicativas

Além disso, a empresa obteve êxito no valor de R\$19.120 quanto ao auto de infração que se discutia a remessa de juros ao exterior (IRRF) – denúncia espontânea sem pagamento de encargos moratórios.

A controlada permanece discutindo com as autoridades fiscais essas autuações, que atualmente totalizam R\$166.482 corrigidos, estando todo o valor remanescente classificado como perda possível para a controlada.

Contingências Regulatórias

Em decorrência do suposto descumprimento de alguns dispositivos do Regulamento do Serviço Móvel Pessoal (SMP) e do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) e de metas de qualidade definidas no Plano Geral de Metas de Qualidade (PGMQ) para o SMP e para o STFC, foram instaurados pela ANATEL alguns Procedimentos para Apuração de Descumprimento de Obrigações – PADO em face das companhias controladas.

As companhias controladas têm envidado todos os seus esforços e apresentado as argumentações necessárias em todas as instâncias administrativas para não serem sancionadas. Tais argumentos, que na maioria das vezes são técnicos e jurídicos, podem colaborar para uma redução significativa da multa inicialmente aplicada ou para o arquivamento definitivo do PADO sem aplicação de nenhuma sanção às companhias. A provisão reconhecida pela Companhia considera esta avaliação.

Contingências cujas perdas são avaliadas como possíveis

A Companhia e suas controladas possuem ações de natureza cível, trabalhista, tributária e regulatória envolvendo riscos de perda classificados pela administração e por seus consultores jurídicos como possíveis para as quais não há provisão para contingências constituída, não sendo esperados efeitos materiais adversos nas informações trimestrais, conforme valores apresentados a seguir:

	Consolidado	
	09/2011	12/2010
Cível	404.150	364.550
Trabalhista	318.472	262.330
Tributária	4.873.998	2.397.408
Regulatória	112.243	79.803
	<u>5.708.863</u>	<u>3.104.091</u>

As principais ações com risco de perda classificadas como possível estão descritas abaixo:

Notas Explicativas

Cíveis

Ações Coletivas

Há algumas ações coletivas envolvendo as Companhias controladas cujo risco de perda é considerado como possível e merecem ser destacadas. As referidas ações podem ser sumarizadas como segue: (i) ação movida contra a TIM Celular, no estado de Pernambuco, questionando a política de troca de aparelhos defeituosos adotada pela Companhia, sustentando que a Companhia estaria em desacordo com os termos da garantia fornecida pelo fabricante; (ii) ação movida contra a TIM Celular, no estado do Rio Grande do Norte (Natal), questionando qualidade na prestação dos serviços e da rede no referido Estado; (iii) ação movida contra a TIM Celular, no Estado do Pará, questionando a qualidade da prestação do serviço de rede na localidade de São Felix do Xingu e Marabá; (iv) ações movidas contra a TIM Celular, no estado do Maranhão, questionando a qualidade da prestação do serviço de rede nos seguintes Municípios: Balsas, Grajaú, Coelho Neto, Vitorino Freire e Lago da Pedra; (v) ações movidas contra a TIM Celular, no Estado do Ceará, questionando qualidade na prestação dos serviços e da rede em Fortaleza, Iguatu, Monsenhor Tabosa, e Icó e Icapuí; (vi) ações movidas contra a TIM Celular, no Estado do Piauí, questionando qualidade na prestação dos serviços e da rede no referido Estado; (vii) ações movidas contra a TIM Celular, no Estado de Rondônia, questionando qualidade na prestação dos serviços e da rede no Município de Machadinho do Oeste e Vale do Anari; (viii); ações movidas contra a TIM Celular, no Estado do Amazonas, questionando qualidade na prestação dos serviços e da rede no Estado, como em Manaus, Tabatinga e Humaitá;

(ix) ações movidas contra a TIM Celular, no Estado do Mato Grosso, questionando qualidade na prestação dos serviços e da rede em Novo São Joaquim, Campinópolis e Nova Xavantina; (x) ação movida contra a TIM Celular, no Estado de Pernambuco, especificamente no Município de Araripina; (xi) ação movida contra a TIM Celular que questiona a cobrança de chamada de longa distância nas ligações realizadas no município de Bertioga - SP e região e (xii) ação movida contra a TIM Celular no Estado do RJ questionando o envio de SMS sem o consentimento prévio do consumidor.

Outras Ações e Procedimentos

A TIM Celular é ré, junto com outras empresas de telecomunicações, na ação proposta pela GVT, perante a 4ª Vara Federal do Distrito Federal. A ação visa à declaração de nulidade de cláusula contratual que trata do valor do VU-M praticado pelas rés, a título de interconexão, entendendo a autora ser abusiva e ilegal, fato que segundo a mesma enseja a restituição dos valores supostamente cobrados excessivamente desde julho de 2004. O juiz concedeu a liminar determinando provisoriamente o pagamento do VU-M na base de R\$ 0,2899 por minuto e determinou que a GVT depositasse judicialmente o montante referente à diferença entre este valor e o valor apontado pelas rés. A liminar foi confirmada no TRF da 1ª Região. A TIM recorreu desta decisão, através de RESP e foi parcialmente provida, para obrigar a GVT a pagar para TIM o valor fixado pela ANATEL no processo arbitral em tramite na Agência, em que são partes GVT e VIVO. Em setembro/2011, o juiz desta ação deferiu o pedido de suspensão do feito, formulado pela GVT, até finalização dos trabalhos de apuração dos valores de referência VU-M pela ANATEL.

Além da ação judicial, a GVT promoveu também representação perante a Secretaria de Direito Econômico, que entendeu por bem instaurar Processo Administrativo contra a Companhia e outras operadoras de telefonia móvel por suposta infração à ordem econômica, que foi julgado em março de 2010.

Notas Explicativas

A SDE opinou pela condenação por alegada prática do “Price Squeeze” e encaminhou o processo para o CADE para julgamento, opinando ainda pelo arquivamento da denúncia de conduta uniforme (“cartel”). Ainda não houve julgamento no CADE.

A TIM Celular é ré na ação de indenização proposta pela empresa prestadora de serviços GLÓRIA SOUZA & CIA LTDA perante a 9ª Vara Cível do município de Belém, estado do Pará, onde pleiteia a quantia de R\$6.119. A referida empresa prestava serviços de mão de obra terceirizada para a TIM, na região norte do país. Tendo em vista a decisão da TIM em promover a rescisão do contrato, aquela, inconformada, ingressou com a ação judicial para pleitear danos morais, alegando prejuízos e perdas em virtude de pagamentos de indenizações trabalhistas propostas por seus empregados. Foi apresentada a defesa da TIM e a réplica da Gloria Souza & Cia. Foi realizada audiência de Conciliação, que restou infrutífera. Ainda não há decisão de primeira instância.

Há uma ação judicial de cobrança oriunda da TIM Celular proposta pelo Mattos & Calumby Lisboa Advogados Associados em tramitação na 29ª Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro. O Autor sustenta ser credor de valores oriundos da relação contratual celebrada com a TIM (Contrato de Prestação de Serviços Profissional Jurídico). Foi deferida prova perícia e ao final, o laudo foi homologado pelo juiz. A TIM ingressou com recurso contestando a decisão da perícia e o Tribunal, recentemente, determinou nova realização de perícia. Os autos encontram-se em fase pericial.

Há ainda uma ação proposta pela empresa (Distribuidor de recarga) INTEGRAÇÃO CONSULTORIA E SERVIÇOS TELEMÁTICOS LTDA. em face da TIM Celular, na 2ª Vara Cível da Comarca de Florianópolis-SC no valor de R\$4.000 que visa à suspensão da exigibilidade de créditos já executados pela TIM, pleiteando em sua liminar que não sejam incluídos em cadastros restritivos, bem como indenizações oriundas da rescisão do contrato. A liminar foi deferida pelo juiz. Vale destacar que a TIM ingressou com ação de execução em face da referida empresa perante a 4ª Vara Cível de Florianópolis, no valor de R\$3.957. Neste processo houve interposição de Embargos à execução, com pedido de efeito suspensivo, pela Integração Consultoria, tendo sido indeferido pelo juiz, motivando a interposição de recurso agravo de instrumento, tendo sido deferido o efeito suspensivo da execução. A TIM se manifestou afirmando que os bens indicados pelo executado são insuficientes para garantir a execução. Atualmente a execução da TIM está suspensa em razão da interposição de um Agravo de Instrumento, cujo efeito suspensivo foi concedido, estando pendente de julgamento no Tribunal.

A MCS era o maior parceiro comercial da TIM em São Paulo (aproximadamente 40 lojas). Este parceiro comercial estava em operação desde 2003 e o contrato terminou em janeiro de 2010. O contrato foi encerrado em razão da discordância entre as partes em relação à determinação dos valores de compensação, o funcionamento do sistema, a criação e determinação de metas entre outras questões. A MCS procurou atribuir a causa de sua inadimplência e perdas para a TIM. Considera que a sua saúde financeira tem sido prejudicada por mudanças nas políticas de remuneração da TIM. Antes mesmo do término do contrato, a MCS ingressou com uma demanda de resolução contratual e pleiteia também o pagamento de R\$8.120. A TIM ingressou com uma Ação Inibitória, a fim de evitar que a MCS transferisse as lojas TIM para concorrente. Em março de 2010 a Ação Inibitória foi julgada procedente para determinar que a MCS se abstenha de transferir as lojas que antes eram da TIM pelo período de 12 (doze) meses, a contar de 02/01/2010 (data do término do contrato). A ação de resolução contratual ainda está em curso e atualmente em fase pericial.

Notas Explicativas

A SECIT propôs uma ação de indenização em face da TIM sustentando que a TIM descumpriu o contrato celebrado. A referida empresa foi contratada pela TIM para realizar trabalhos de infraestrutura visando a instalação de ERBs na área 4 (Minas Gerais). A TIM apresentou defesa e o caso está na fase inicial, atualmente em fase pericial. Logo, não há julgamento em primeira Instância. O valor dado à causa foi de R\$9.758.

A TIM Celular S/A propôs em dezembro de 2010, perante a 15ª. Vara da Justiça Federal do DF, uma ação de rito ordinário em face da ANATEL, com pedido de antecipação de tutela, com o objetivo de reconhecer e declarar a nulidade do PADO n.53500.025648/2005 e do Ato n.62.985/07. O referido Pado aplicado pela ANATEL impedia a participação da empresa na licitação da Banda “H”. A tutela antecipada não foi concedida de plano pelo juiz que facultou que a TIM realizasse o depósito de R\$3.595 em Juízo, para viabilizar a suspensão da dívida e a conseqüente participação da empresa no certame. O juiz deferiu a suspensão da cobrança até decisão. A TIM já protocolou Réplica e petição, juntando comprovante de complementação do depósito judicial. Atualmente, o processo está em fase de especificação de provas. Ainda não há sentença de 1ª instância.

Trabalhistas

Reclamações Trabalhistas

Parcela significativa do contingenciamento existente diz respeito a processos de reestruturação organizacional, dos quais se destacam o encerramento das atividades dos Centros de Relacionamento com o Cliente (call center) das cidades de Fortaleza, Salvador e Belo Horizonte, que resultaram no desligamento de aproximadamente 800 colaboradores próprios e terceirizados.

Nos autos do processo 01102-2006-024-03-00-0, ação civil pública movida pelo Ministério Público do Trabalho da 3ª Região, em Minas Gerais, que tem como objeto a alegação de terceirização irregular e requerimento de condenação em danos morais coletivos, houve sentença, publicada em 16.04.2008, na qual a Juíza substituta de primeiro grau julgou procedentes em parte os pedidos do Ministério Público, tendo reconhecido a terceirização irregular, o dano moral coletivo. Dessa decisão foi interposto recurso ordinário, o qual foi negado provimento em 13.07.2009. Anteriormente à interposição do referido recurso, a TIM Celular impetrou mandado de segurança com pedido de liminar para impedir o cumprimento imediato dos atos coativos impostos na mencionada sentença. Tendo em vista o recurso ordinário interposto, o mandado de segurança perdeu seu objeto.

Para obter efeito suspensivo ao apelo, a TIM Celular propôs medida cautelar inominada, a qual foi julgada extinta sem julgamento do mérito. Para reverter a decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, a TIM Celular propôs reclamação correcional perante o Tribunal Superior do Trabalho, tendo obtido decisão favorável aos seus interesses, revertendo-se a decisão do Tribunal de segunda instância. Foram opostos embargos de declaração, porém lhes foram negado provimento. Em 16.09.2009, foi interposto recurso de revista, que está pendente de julgamento pelo TST.

Notas Explicativas

Em decorrência da Ação Civil Pública de Minas Gerais acima exposta, o Ministério Público do Trabalho do Distrito Federal ajuizou o processo 1218-2009-007-10-00-8 (Ação Civil Pública), que possui como objeto a alegação de terceirização irregular e requerimento de condenação em danos morais coletivos. A sentença foi julgada improcedente, dispondo que, em decorrência da Lei Geral de Telecomunicações, toda terceirização no setor de telecomunicações é lícita. O Ministério Público do Trabalho interpôs Recurso Ordinário em Março/2010, sendo mantida a decisão de 1º grau que julgou improcedente a pretensão do Ministério Público do Trabalho. Insatisfeito com a decisão o Ministério Público do Trabalho interpôs Recurso de Revista, o qual encontra-se pendente de julgamento pelo TST.

Há um grupo de ações do Paraná que tem como um dos principais pedidos indenização por previsão contratual formalizada em “carimbos” nas carteiras de trabalho. Por meio de norma interna, a TELEPAR comprometeu-se a complementar a aposentadoria de seus empregados admitidos até 1982. Antes da privatização, a TELEPAR propôs a transação deste benefício através do pagamento de uma determinada quantia à vista. Alguns dos ex-empregados têm questionado essa transação e em alguns casos já obtiveram decisões iniciais favoráveis.

Cumpre ainda mencionar que existe um grupo de reclamações trabalhistas, em especial em São Paulo, de ex-empregados da Gazeta Mercantil requerendo em Juízo a inclusão no pólo passivo da Holdco ou TIM Participações, com posterior pagamento de condenação. Informamos que os reclamantes foram empregados da empresa Gazeta Mercantil, não tendo qualquer vínculo empregatício com a Holdco ou TIM Participações. Importante esclarecer que a Holdco, antes da incorporação pela TIM Participações, pertencia ao Grupo Econômico Docas, do qual a Gazeta Mercantil é parte.

Previdenciária

A TIM Celular recebeu em São Paulo Notificação Fiscal de Lançamento de Débito, referente à suposta irregularidade no recolhimento de contribuições previdenciárias relativas ao pagamento de Participação nos Lucros e Resultados, no valor de R\$2.388. A controlada apresentou defesa administrativa, no entanto, em 16.09.2009 foi proferida decisão, a qual manteve a autuação em discussão. Em 05.10.2009 foi interposto recurso administrativo, o qual se encontra pendente de julgamento.

Em maio de 2006, a TIM Celular sofreu autuação fiscal na qual foi lavrado auto de infração nº 35611926-2 acerca de supostas contribuições previdenciárias incidentes sobre os seguintes títulos: (i) gratificação de contratação; (ii) gratificação não ajustada; (iii) contraprestação por atividades de autônomos e (iv) incentivos a vendas. Foi apresentada defesa administrativa, sendo o resultado negativo (decisão-notificação) à desconstituição do lançamento. Para reformar essa decisão, a TIM Celular interpôs recurso ao Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda, o qual se encontra pendente de julgamento.

A Intelig recebeu no Rio de Janeiro Notificações Fiscais de Lançamento de Débitos, referente à suposta irregularidade no recolhimento de contribuições previdenciárias incidentes sobre os seguintes títulos: (i) participação nos lucros e resultados; (ii) retenção de 11% em contratos de prestação de serviços; (iii) falta de recolhimento sobre pró-labore dos dirigentes e (iv) falta de preenchimento adequado da GFIP. Foi apresentada defesa administrativa, sendo o resultado negativo (decisão-notificação) à desconstituição do lançamento. Para reformar essa decisão, a Intelig interpôs recurso ao Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda, o qual se encontra pendente de julgamento.

Notas Explicativas

Tributárias

IR e CSSL

Em 30 de outubro de 2006, a TIM Celular recebeu autos de infração que inicialmente compunham um valor total de R\$331.171. Em março de 2007, a Delegacia da Receita Federal em Recife/PE intimou a controlada, apresentando um Relatório de Informação Fiscal, que informou à empresa a exclusão do auto de infração de parte dos valores, parte esta referente a exigências de IRPJ, CSSL e multa isolada, que totalizaram uma redução de R\$73.027 (débito principal e multa isolada). Desta forma, o valor final autuado foi firmado em R\$258.144.

Os autos de infração compõem o mesmo processo administrativo e foram lavrados com exigências de suposta falta de recolhimento de IRPJ, CSSL e multa isolada, por diferentes razões. A maior parte daqueles refere-se à amortização do ágio contábil apurado no leilão de privatização do Sistema Telebrás e correspondentes deduções para fins tributários. O art. 7º da lei nº. 9.532/97 autoriza que o produto da amortização do ágio seja computado no lucro real da controlada resultante de fusão, cisão ou incorporação, em que uma delas detenha investimento na outra, adquirido com fundamento na perspectiva de rentabilidade futura da investida. Ainda, trata-se de operação usual de mercado e que obedece às prescrições da Instrução CVM nº. 319/99.

O Relatório de Informação Fiscal mencionado, promoveu, de fato, um deslocamento de parte das infrações contidas no auto de infração que discutia a adequação temporal da dedutibilidade do ágio para 159 processos de compensações de tributos federais, específicos que totalizam o valor de R\$85.771, estes decorrentes de compensações conectadas a tal reconhecimento. Em setembro de 2009 e abril de 2011, para alguns processos de compensação houve decisão parcialmente favorável à TIM Celular, reduzindo parte do crédito compensado pela controlada. Atualmente, a controlada continua defendendo o restante dos processos de compensação parte na esfera administrativa com o valor de total de R\$68.050 e parte na esfera judicial no valor de R\$ 9.193.

Em dezembro de 2010 a TIM Celular recebeu auto de infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal de São Paulo, no valor de R\$ 164.102 que trata da (i) suposta não adição na base de cálculo do IRPJ e da CSL do valor correspondente à amortização do ágio na aquisição das ações da Tele Nordeste Celular Participações; (ii) exclusão do ágio amortizado; e (iii) dedução de IRPJ a título de incentivo fiscal de redução do imposto e adicionais supostamente não restituíveis, em vista de suposta falta de formalização na Receita Federal de incentivo concedida pela Sudene. A referida autuação foi tempestivamente impugnada pela controlada e aguarda decisão na esfera administrativa.

Em março de 2011 a TIM Celular, como sucessora da TIM Nordeste (nova denominação da Maxitel após incorporação da TIM Nordeste Telecomunicações), recebeu auto de infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal de Pernambuco, no valor de R\$1.265.346 que trata de IRPJ e CSL relativo a: (i) dedução de despesas de amortização de ágio; (ii) exclusões da reversão do ágio da antiga BITEL; (iii) compensação indevida de prejuízos fiscais e bases negativas por desconsideração da incorporação da TIM Nordeste Telecomunicações pela Maxitel; (iv) uso indevido do benefício fiscal de redução do IR (Sudene) no ano de 2006, por suposta falta de formalização do benefício perante à Receita Federal; (v) deduções de IRRF cujo pagamento não foi comprovado; (vi) dedução de estimativas cujo pagamento não foi comprovado; (vii) multa isolada pelo recolhimento a menor de estimativas; (viii) multa regulamentar pela omissão de informações e falta de entrega de arquivos digitais e (ix) lançamento complementar ao Processo Administrativo mencionado no parágrafo acima. A referida autuação foi tempestivamente impugnada pela controlada e aguarda decisão na esfera administrativa.

Notas Explicativas

IRRF

Em dezembro de 2006, a controlada Intelig recebeu autuação pela Secretaria da Receita Federal no montante de R\$49.652, decorrente do suposto não recolhimento do IRF e CIDE sobre remessas efetuadas ao exterior a título de remuneração do tráfego saínte. A referida autuação foi defendida na esfera administrativa e encerrada com êxito, em vista da decisão final favorável do Mandado de Segurança que discutia a matéria.

Em maio de 2010, a TIM Celular recebeu 03 autos de infração lavrados pela Secretaria da Receita Federal em São Paulo, no montante de R\$50.026 que tratam de: (i) falta de recolhimento de IRRF sobre rendimentos de residentes no exterior remetidos a título de *roaming* internacional e pagamento a beneficiários não identificados; (ii) falta de recolhimento de CIDE sobre pagamento de *royalties* em remessas para o exterior bem como sobre remessas relativas a *roaming* internacional; e (iii) redução de prejuízo fiscal (IRPJ/CSLL) referente a dedução de despesas não comprovadas a título de serviços técnicos. As referidas autuações foram tempestivamente impugnadas pela controlada e aguardam decisão na esfera administrativa.

ICMS

A TIM Celular recebeu autuações das autoridades fiscais do estado de Santa Catarina nos anos de 2003 e 2004, as quais se relacionam principalmente com disputas quanto à aplicabilidade da tributação do ICMS sobre serviços de telecomunicações prestados pela Controladora e supostamente não recolhidos, bem como comercialização de aparelhos celulares. O valor atualmente em discussão é de R\$41.006, considerando diversos êxitos obtidos nos processos administrativos (valor inicialmente autuado era de R\$95.449). A controlada mantém em discussão nas esferas administrativa e judicial tais autos de infração e, com base na opinião de seus assessores jurídicos internos e externos, a administração concluiu que os processos ainda em discussão foram avaliados com expectativa de perda possível para a controlada.

A controlada TIM Celular recebeu nos últimos anos, autos de infração lavrados por autoridades fiscais de vários estados brasileiros relativos ao recolhimento de ICMS tendo como objeto aspectos operacionais de sua atividade de prestação de serviços de telecomunicações, bem como comercialização de mercadorias. Como exemplo, alguns fundamentos ou motivos de autuações por suposta ausência de recolhimento do imposto, de acordo com as alegações da fiscalização: (i) discussão acerca da exigibilidade do diferencial entre a alíquota interna e a interestadual do ICMS na aquisição de bens destinados ao ativo fixo, uso e consumo, bem como sobre a determinação da base de cálculo do referido imposto sobre operações de aquisição de mercadorias destinadas à comercialização; (ii) escrituração de serviços tributados (segundo o entendimento do fisco) como não tributados por parte da controlada no Livro de Registro de Saídas; (iii) suposto recolhimento a menor por utilização de alíquota errada e lançamento de serviços de telecomunicações como não tributados; (iv) suposta falta de recolhimento em razão de diferenças entre o valor efetivamente recolhido e o declarado; e (v) recolhimento do imposto fora do prazo estabelecido pela legislação estadual, dentre outros. Referidos autos de infração estão sendo defendidos tempestivamente na esfera administrativa e judicial. O montante total envolvido nos casos em discussão, com valor acima de R\$14.000, é de R\$295.299.

A controlada TIM Celular recebeu autos de infração de ICMS lavrados pelas autoridades fiscais dos estados do Rio de Janeiro por suposta ausência de recolhimento do imposto na prestação de serviços de *roaming* internacional, e na Bahia pela falta de recolhimento do adicional referente ao Fundo de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais supostamente incidentes sobre a prestação de serviços na modalidade pré-paga. Referidas autuações estão sendo defendidas na esfera administrativa e judicial e totalizam o valor de R\$106.644.

Notas Explicativas

A controlada TIM Celular recebeu autos de infração lavrados pelas autoridades fiscais dos estados da Bahia e São Paulo nos respectivos valores de R\$16.406 e R\$ 46.923, referentes à falta de estorno proporcional dos créditos de ICMS relativos a saídas isentas e não tributadas. Referidas autuações estão sendo impugnadas pela controlada na esfera administrativa e totalizam o valor de R\$63.329.

A controlada TIM Celular recebeu autos de infração lavrados pelas autoridades fiscais dos estados de São Paulo e Minas Gerais nos valores de R\$329.471 e R\$24.771, respectivamente, tendo como objeto a suposta não inclusão na base de cálculo do ICMS de descontos condicionais oferecidos a clientes. A controlada pretende defender-se contra tal cobrança até instância superior do Poder Judiciário.

Nos anos de 2008, 2009 e 2010, a controlada TIM Celular recebeu autos de infração com o valor total de R\$77.760 lavrados pelas autoridades fiscais dos estados do Ceará, Pernambuco e Paraná, tendo como objeto débito decorrente de aproveitamento de crédito de ICMS na aquisição de energia elétrica. Referidas autuações estão sendo defendidas pela controlada na esfera administrativa.

A TIM Celular recebeu autos de infração lavrados pelas autoridades fiscais dos Estados de Paraná e Paraíba, nos valores respectivamente de R\$24.047 e R\$28.668 que tratam de suposta falta de recolhimento de ICMS incidentes sobre a prestação de serviço de telecomunicação (modelo pré-pago) - operações de saídas de cartões telefônicos. As referidas autuações estão sendo defendidas na esfera administrativa.

Em novembro de 2010 a TIM Celular recebeu 02 autos de infração lavrados pelas autoridades fiscais dos Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul no montante total de R\$ 67.958 que tratam de estorno de crédito de ICMS relativo a aquisições de ativo permanente supostamente sem comprovação da procedência de tais lançamentos do livro CIAP - Controle de Créditos de ICMS no Ativo Permanente. As referidas autuações estão sendo defendidas na esfera administrativa.

Em maio de 2011 a TIM Celular recebeu auto de infração lavrado pelo Estado de São Paulo no valor de R\$ 367.860 que trata de (i) multa por suposto descumprimento de obrigação acessória pela não apresentação do registro 60i do arquivo SINTEGRA de 2007 e 2008; (ii) suposta falta de recolhimento de ICMS sobre descontos tidos pelo fisco como condicionais. A referida autuação está sendo impugnada pela controlada na esfera administrativa.

Em julho de 2011 a TIM Celular recebeu auto de infração lavrado pela autoridade fiscal do Estado de São Paulo no montante de R\$147.913 que trata de (i) suposta falta de recolhimento de ICMS em razão da falta inclusão na base de cálculo do imposto de serviços de comunicação referentes à prestações tributadas como “não tributadas/isentas”; e (ii) suposta falta de recolhimento de ICMS pela inclusão nas notas fiscais de base de cálculo negativas a título de créditos financeiros concedidos a clientes relativos a contestação de serviços, gerando estorno de débitos sem atender o disposto na legislação. A referida autuação está sendo impugnada pela controlada na esfera administrativa.

Notas Explicativas

ISS

Em 20 de dezembro de 2007, a controlada TIM Celular recebeu auto de infração lavrado pelo município do Rio de Janeiro no valor total de R\$94.359, que trata de suposto não recolhimento de ISS relativo aos seguintes serviços: programação técnica, serviço administrativo de cancelamento de plano, auxílio à lista telefônica, fornecimento de dados e informações e compartilhamento de infraestrutura de rede. A referida autuação está sendo impugnada pela controlada na esfera administrativa.

FUST - Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações

Foi emitida pela ANATEL em 15 de dezembro de 2005, a Súmula nº. 07, visando entre outros à cobrança da contribuição para o FUST sobre as receitas de interconexão auferidas por prestadoras de serviços de telecomunicações, a partir da vigência da Lei nº. 9.998. O entendimento da controlada continua sendo no sentido de que as receitas acima mencionadas não estão sujeitas à incidência do FUST, tendo em vista as disposições contidas na legislação pertinente (inclusive o disposto no parágrafo único do art. 6º da Lei nº. 9.998/00). A administração vem adotando as medidas cabíveis para resguardar os interesses da controlada. Neste sentido, foi impetrado Mandado de Segurança para resguardar os interesses da controlada sobre o não recolhimento de FUST sobre receitas de interconexão. A pretensão da ANATEL de cobrança de FUST sobre tais receitas encontra-se suspensa, em razão de sentença judicial favorável à controlada. O Mandado de Segurança está pendente de julgamento em segunda instância judicial.

Desde outubro de 2006, a ANATEL vem lavrando autos de infração contra a controlada TIM Celular, que se referem a valores de FUST sobre receitas de interconexão supostamente devidas entre os anos de 2001 e 2005, bem como multa moratória em razão da Súmula nº. 07/05. Tais autos de infração desse período somam o valor de R\$189.718.

A controlada Intelig recebeu diversos autos de infração lavrados pela ANATEL totalizando o montante de R\$45.645, que se referem a valores de FUST sobre receitas de interconexão supostamente devidas nos períodos de janeiro a dezembro de 2001, 2002 e 2003, respectivamente. As referidas autuações estão sendo defendidas na esfera administrativa.

FUNTTEL - Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações

O Ministério das Comunicações lavrou autos de infração contra a controlada TIM Celular no montante total de R\$189.718, que se referem a valores de FUNTTEL sobre receitas de interconexão relativas aos anos de 2001 a 2005, bem como multa moratória. O entendimento da Companhia é no sentido de considerar que as receitas acima mencionadas não estão sujeitas à incidência do FUNTTEL. Foi impetrado Mandado de Segurança para resguardar os interesses da Companhia sobre o não recolhimento de FUNTTEL sobre receitas de interconexão com base nos mesmos argumentos defendidos na ação do FUST. A pretensão de cobrança de FUNTTEL sobre receitas de interconexão encontra-se suspensa em razão de sentença judicial obtida no Mandado de Segurança favorável à controlada.

A controlada Intelig recebeu autos de infração lavrados pelo Ministério das Comunicações no montante de R\$19.474, que se referem a valores de FUNTTEL sobre receitas de interconexão supostamente devidas para os períodos de janeiro a dezembro de 2002, março a dezembro de 2003, abril a dezembro de 2004 e janeiro a novembro de 2005 respectivamente. As referidas autuações estão sendo defendidas na esfera administrativa.

Notas Explicativas

Regulatórias

A TIM Celular é detentora de autorizações para prestação, em todos os estados brasileiros, do SMP por prazo indeterminado e de correlatas autorizações de uso das radiofrequências (“RFs”) associadas, tendo obtido as prorrogações dessas autorizações de uso das radiofrequências por meio de Termos de Autorização pela ANATEL, pelo prazo de 15 (quinze) anos a contar do vencimento do primitivo prazo de vigência dessas autorizações.

A ANATEL por meio de Despachos emitidos em julho 2010, admitiu o efeito suspensivo associado à cobrança de 2% da receita de interconexão relativo ao ônus decorrente das prorrogações já realizadas das autorizações de uso de RFs em função dos Recursos Administrativos impetrados pela TIM, a qual entende não existir a obrigação regulatória associada a este pagamento.

Em fevereiro de 2011, a ANATEL, por meio de Despachos, determinou a cobrança de 2% da receita de interconexão relativa ao pagamento das renovações das RFs, cujas decisões são objeto de Recursos Administrativo apresentados pela TIM. Uma vez que os referidos Recursos, apresentados em 30 de agosto de 2011, ainda aguardam julgamento de mérito, persiste a possibilidade de que o débito seja exigível.

A ANATEL, por meio de Despachos do Gabinete da Presidência emitidos em setembro de 2011, denegou o efeito suspensivo requerido pela TIM em sede recursal. A Companhia tomará as medidas necessárias a restabelecer a suspensão de exigibilidade do débito.

Ademais, em face dessas prorrogações de autorizações de uso das radiofrequências associadas à prestação do SMP, objeto dos referidos Termos de Autorização, expedidos em consequência dos respectivos atos, a Companhia recebeu da ANATEL exigências, indevidas no entender da Companhia, de recolhimento de nova Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI) com relação a todas as suas estações móveis em operação na área de prestação do serviço, embora tais estações já se encontrem licenciadas nos montantes conforme quadro abaixo:

Estado	Termo de autorização	Data de expiração	Ato	Montante
Paraná (exceto os municípios de Londrina e Tamarana)	002/2006/PVCP/SPV	03/09/2022	57.551 de 13/04/2006	R\$80.066
Santa Catarina	074/2008/PVCP/SPV	30/09/2023	5.520 de 18/09/2008	R\$54.026
Município e região de Pelotas no Rio Grande do Sul	001/2009/PVCP/SPV	14/04/2024	1.848 de 13/04/2009	R\$333
Ceará	089/2008/PVCP/SPV	28/11/2023	7.385 de 27/11/2008	R\$41.728
Alagoas	045/2008/PVCP/SPV	15/12/2023	7.383 de 27/11/2008	R\$20.038
Rio Grande do Norte	050/2008/PVCP/SPV	31/12/2023	7.390 de 27/11/2008	R\$15.021
Paraíba	047/2008/PVCP/SPV	31/12/2023	7.386 de 27/11/2008	R\$19.844
Piauí	049/2008/PVCP/SPV	27/03/2024	7.389 de 27/11/2008	R\$13.497
Pernambuco	089/2008/PVCP/SPV	15/05/2024	7.388 de 27/11/2008	R\$54.000

Notas Explicativas

A exigência de novo recolhimento de TFI resulta do entendimento da ANATEL de que seria aplicável o disposto no art. 9º, inciso III, do Regulamento para Arrecadação de Receitas do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações FISTEL, aprovado pela Resolução nº. 255, que prevê a incidência de TFI sobre a estação na ocorrência da renovação da validade de licença que acarrete na expedição de nova licença. Contudo, esta não parece ser, no entendimento da Companhia, a correta e razoável aplicação das disposições da legislação à hipótese em questão, motivo pelo qual a referida cobrança foi objeto de tempestiva impugnação administrativa com a suspensão da exigibilidade da cobrança até o julgamento definitivo da impugnação pela ANATEL.

De acordo com os Termos de Autorização para exploração do Serviço Móvel Pessoal (SMP), as companhias controladas se comprometeram e cumpriram, em etapas, a implantação de cobertura do SMP com relação às suas respectivas regiões, no âmbito das áreas adjudicadas. Também conforme os referidos Termos de Autorização, as controladas estão obrigadas a operar dentro dos padrões de qualidade estabelecidos pela ANATEL e aderente às obrigações previstas pela regulamentação. No caso de inadimplemento das obrigações previstas nos Termos de Autorização ou nos editais referentes ao leilão das frequências de 3G, as controladas estão sujeitas à abertura de PADOs (Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações) e eventuais sanções subsequentes.

A ANATEL instaurou processos administrativos contra as controladas pelo: (i) não cumprimento/atingimento de certos indicadores de qualidade; (ii) inadimplemento de outras obrigações derivadas dos Termos de Autorização ou dos Editais das frequências de 3G e; (iii) descumprimento de obrigações previstas na regulamentação do SMP e do STFC.

As companhias controladas submeteram à ANATEL Defesas Administrativas, Recursos Administrativos e Pedidos de Reconsideração, esclarecendo que as supostas não-conformidade se deram em virtude de diversos fatores, muitos deles alheios à sua vontade e não relacionados às ações e atividades desempenhadas pelas empresas. A provisão para contingências regulatórias reconhecida no balanço patrimonial retrata o valor das perdas esperadas, quais sejam aquelas classificadas como “mais prováveis”, conforme expectativa da administração.

26 Provisão para futura desmobilização de ativos

As movimentações nas obrigações decorrentes de futura desmobilização de ativos encontram-se resumidas a seguir:

	Consolidado	
	09/2011	12/2010
	(9 meses)	(12 meses)
Saldo inicial	255.737	239.635
Adições ao longo do período, líquidas de baixas	(15)	17.159
Atualização monetária no período	(951)	(1.057)
Saldo final	<u>254.771</u>	<u>255.737</u>

A provisão é realizada com base nos custos estimados a incorrer na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis alugados descontada a valor presente de modo a refletir a melhor estimativa corrente.

Notas Explicativas

27 Patrimônio líquido

a. Capital social

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 4.450.000.000 (quatro bilhões e quatrocentos e cinquenta milhões) ações ordinárias.

O capital subscrito e integralizado está representado por ações sem valor nominal, assim distribuídas:

	<u>09/2011</u>	<u>12/2010</u>
Quantidade de ações ordinárias	2.217.374.279	843.281.477
Quantidade de ações preferenciais	-	1.632.453.583
	<u>2.217.374.279</u>	<u>2.475.735.060</u>

Conforme citado na nota explicativa 1, no terceiro trimestre de 2011, a Companhia passou a fazer parte do “Novo Mercado” da BM&F/BOVESPA. Com a migração para este segmento, a Companhia passa a não mais possuir ações preferenciais. As antigas ações preferenciais foram convertidas em ações ordinárias na proporção de 0,8406 ações ordinárias para cada ação preferencial.

b. Reserva de capital

Reserva especial de ágio

Esta reserva foi originada do processo de reestruturação societária ocorrido em 2000 e seu montante remanescente, em 31/12/2010 era de R\$15.569. Este saldo, correspondente a parte do benefício fiscal auferido na reestruturação, foi capitalizado em maio de 2011, em proveito do acionista controlador, de acordo com o disposto na Instrução CVM 319/99, com a emissão de 1.364.837 novas ações preferenciais e 705.038 novas ações ordinárias.

Incorporação das antigas controladas TIM Sul e TIM NE – aquisição das ações de minoritários

A Companhia adquiriu, em 2005, a totalidade das ações de posse dos acionistas minoritários da TIM Sul e na TIM Nordeste Telecomunicações. Esta aquisição foi realizada com a emissão de novas ações pela TIM Participações S.A., convertendo as referidas empresas em suas controladas integrais. Esta operação foi registrada à época pelo valor contábil das ações, não registrando ágio decorrente da diferença de valor de mercado entre as ações negociadas.

Quando da primeira adoção de IFRS, a Companhia utilizou-se da isenção que permite a uma controlada, quando adota a prática contábil internacional em data posterior à adoção do IFRS por sua controladora, considerar os saldos anteriormente reportados à controladora para fins de sua consolidação. No balanço de transição para o IFRS, a Companhia registrou o valor da aquisição com base no valor de mercado das ações da TIM Participações à época, contabilizando ágio no montante de R\$157.556.

Notas Explicativas

Aquisição das ações da Holdco – compra da Intelig

Em 30 de dezembro de 2009, a Assembléia Geral Extraordinária da TIM Participações aprovou a incorporação da Holdco, sociedade que detinha 100% do capital social da Intelig, pela TIM Participações. Como resultado desta operação, a Companhia emitiu 127.288.023 ações.

Com base no antigo BRGAAP, a aquisição foi registrada pelo valor contábil líquido dos ativos adquiridos na data base de 30 de novembro de 2009.

Quando da primeira adoção do IFRS, a aquisição foi registrada na data-base de 31 de dezembro de 2009 e foi considerado o valor de mercado das ações ordinárias e preferenciais da TIM Participações em 30 de dezembro de 2009, totalizando R\$739.729. A diferença entre este valor e o valor contábil registrado no antigo BR GAAP (R\$516.725) gerou um ágio, em contrapartida a uma reserva de capital de R\$223.004.

c. Ações em tesouraria

No dia 26 de julho de 2011, encerrou-se o prazo para que os acionistas titulares de ações preferenciais da Companhia manifestassem sua dissidência com relação à entrada no “Novo Mercado” da BM&F / Bovespa. Apenas um acionista, titular de 84.300 ações preferenciais, exerceu o direito de recesso. Em agosto de 2011, suas ações foram adquiridas pela Companhia com base no valor patrimonial da ação em 31 de dezembro de 2010, calculado com quatro casas decimais (R\$ 4,1628 por ação).

Adicionalmente, conforme deliberado em Assembléia Geral Extraordinária, datada de 22 de junho de 2011, apenas quantidades inteiras de ações ordinárias de emissão da Companhia foram entregues aos detentores de ações preferenciais não dissidentes. As frações de ações ordinárias decorrentes da conversão foram pagas também em agosto de 2011, pelo mesmo preço de reembolso dos acionistas dissidentes. Ao todo, a soma das frações de ações ordinárias representou um total de 725.026 ações.

d. Reservas de lucros

Reserva legal

Refere-se à destinação de 5% do lucro líquido relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de cada ano, até que a reserva iguale 20% do capital social. Adicionalmente, a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal quando esta, somada às reservas de capital, exceder 30% do capital social. Esta reserva só pode ser utilizada para aumentar o capital ou compensar prejuízos acumulados.

Notas Explicativas

Reserva para expansão

A formação da reserva para expansão tem previsão no parágrafo 2º do art. 42 do estatuto social e no art. 194 da Lei 6.404/76 e tem como finalidade a realização de projetos de investimentos e expansão da planta, sendo suportada por orçamento de capital.

Segundo o estatuto social da Companhia, a reserva para expansão não poderá ultrapassar 80% do capital social. Atingido este limite, caberá à Assembléia Geral deliberar sobre o saldo, procedendo à sua distribuição aos acionistas ou ao aumento de capital.

d. Dividendos

Os dividendos são calculados de acordo com o estatuto social e com a Lei das Sociedades por Ações.

Segundo seu último estatuto social, aprovado em 22 de junho de 2011, a Companhia deve distribuir como dividendo obrigatório, a cada exercício social findo em 31 de dezembro, desde que haja valores disponíveis para distribuição, quantia equivalente a 25% sobre o lucro líquido ajustado.

28 Receita operacional líquida

	Consolidado	
	09/2011	09/2010
Receita de serviços de telecomunicações – Móvel		
Assinatura e utilização	7.451.272	6.433.151
Uso de rede	2.815.143	2.743.700
Longa distância	2.339.801	1.748.240
VAS – Serviços adicionais	2.208.394	1.599.267
Outros	154.657	216.716
	<u>14.969.267</u>	<u>12.741.074</u>
Receita de serviços de telecomunicações – Fixa	1.127.137	922.976
Receita de serviços de telecomunicações – Móvel e Fixa	<u>16.096.404</u>	<u>13.664.050</u>
Venda de mercadorias	1.876.273	1.089.812
Receita operacional bruta	<u>17.972.677</u>	<u>14.753.862</u>
Deduções da receita bruta		
Impostos incidentes	(3.977.922)	(3.263.843)
Descontos concedidos	(1.474.616)	(684.307)
Devoluções e outros	(144.730)	(273.911)
	<u>(5.597.268)</u>	<u>(4.222.061)</u>
Total da receita líquida	<u>12.375.409</u>	<u>10.531.801</u>

Notas Explicativas**29 Custo dos serviços prestados e das mercadorias vendidas**

	Consolidado	
	09/2011	09/2010
Pessoal	(26.318)	(46.613)
Serviços de terceiros	(258.223)	(256.724)
Interconexão / Interligação	(2.998.927)	(2.670.950)
Depreciação e amortização	(1.277.034)	(1.539.265)
Taxas ANATEL	(23.360)	(20.538)
Aluguéis e seguros	(166.503)	(182.497)
Outros	(12.398)	(11.788)
Custo dos serviços prestados	<u>(4.762.763)</u>	<u>(4.728.375)</u>
Custo das mercadorias vendidas	<u>(1.517.879)</u>	<u>(642.106)</u>
	<u>(6.280.642)</u>	<u>(5.370.481)</u>

30 Despesas de comercialização

	Consolidado	
	09/2011	09/2010
Pessoal	(331.851)	(282.677)
Serviços de terceiros	(1.664.225)	(1.537.342)
Publicidade e propaganda	(396.168)	(410.445)
Perda e provisão para créditos de liquidação duvidosa	(169.078)	(252.482)
Taxas ANATEL	(734.095)	(570.673)
Depreciação e amortização	(176.188)	(243.209)
Aluguéis e seguros	(28.434)	(26.833)
Outras	(31.132)	(34.684)
	<u>(3.531.171)</u>	<u>(3.358.345)</u>

31 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	09/2011	09/2010	09/2011	09/2010
Pessoal	(731)	(1.206)	(110.007)	(111.228)
Serviços de terceiros	(5.031)	(2.083)	(306.161)	(306.788)
Depreciação e amortização		-	(249.209)	(297.299)
Aluguéis e seguros	(96)	(91)	(41.569)	(36.570)
Outras	(302)	(549)	(21.165)	(17.454)
	<u>(6.160)</u>	<u>(3.929)</u>	<u>(728.111)</u>	<u>(769.339)</u>

Notas Explicativas**32 Outras receitas (despesas), líquidas**

	Controladora		Consolidado	
	09/2011	09/2010	09/2011	09/2010
Receitas				
Receita de Subvenção Líquida			1.635	-
Multas sobre serviços de telecomunicações			24.338	20.262
Outras receitas operacionais			7.526	998
			<u>33.499</u>	<u>21.260</u>
Despesas				
FUST/FUNTEL			(110.468)	(83.593)
Impostos, taxas e contribuições			364	(7.222)
Provisão para contingências, líquida de reversão	(711)	(21)	(124.527)	(34.903)
Outras despesas operacionais	(319)	(5)	(13.602)	(16.695)
	<u>(1.030)</u>	<u>(26)</u>	<u>(248.233)</u>	<u>(142.413)</u>
Amortização de concessão	-	-	(228.748)	(226.888)
	<u>(1.030)</u>	<u>(26)</u>	<u>(476.981)</u>	<u>(369.301)</u>
Outras receitas (despesas), líquidas	<u>(1.030)</u>	<u>(26)</u>	<u>(443.482)</u>	<u>(348.041)</u>

33 Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	09/2011	09/2010	09/2011	09/2010
Juros sobre aplicações financeiras	1.915	1.336	127.921	99.918
Juros de clientes		-	35.639	31.462
Atualização monetária	731	470	38.085	28.700
Variação cambial	3	3	338.968	412.503
Outras receitas		79	1.279	2.119
	<u>2.649</u>	<u>1.888</u>	<u>541.892</u>	<u>574.702</u>

34 Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	09/2011	09/2010	09/2011	09/2010
Juros sobre empréstimos e financiamentos		-	(187.436)	(231.831)
Juros sobre fornecedores		-	(8.233)	(12.954)
Juros sobre impostos e taxas	(21)	-	(21.462)	(1.066)
Atualização monetária	(159)	(7)	(8.204)	(4.006)
Descontos concedidos		-	(37.647)	(14.689)
Variação cambial	(5)	(79)	(395.079)	(479.005)
Outras despesas	(44)	(79)	(21.871)	(19.817)
	<u>(229)</u>	<u>(165)</u>	<u>(679.932)</u>	<u>(763.368)</u>

Notas Explicativas**35 Despesa com imposto de renda e contribuição social**

	Consolidado	
	09/2011	09/2010
Imposto corrente		
Imposto de renda do período	(214.122)	(88.453)
Contribuição social do período	(78.471)	(32.633)
Incentivo Fiscal - ADENE	53.104	18.492
	<u>(239.489)</u>	<u>(102.594)</u>
Imposto períodos anteriores		
Imposto de renda	(5.800)	-
Contribuição social	(2.049)	-
Incentivo Fiscal - ADENE	41.319	-
	<u>33.470</u>	
Imposto de renda diferido		
Imposto de renda diferido	(140.048)	(49.461)
Contribuição social diferida	(38.200)	(17.806)
	<u>(178.248)</u>	<u>(67.267)</u>
 Provisão para contingências de imposto de renda e contribuição social	 10.373	
	<u><u>(373.894)</u></u>	<u><u>(169.861)</u></u>

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas com os valores refletidos no resultado está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	09/2011	09/2010
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.253.963	496.929
Alíquota fiscal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(426.347)	(168.956)
(Adições)/exclusões:		
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidas	(1.976)	30.143
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias reconhecidas	-	(67.267)
Provisão para contingências de imposto de renda e contribuição social	10.373	-
Efeito IR e CS diferido s/ REFIS	(32.046)	-
Adições permanentes	(6.338)	(3.877)
Incentivo Fiscal – ADENE	94.423	18.492
Diferença no cálculo de prejuízo fiscal de anos anteriores	(14.718)	21.332
Outros valores	2.735	272
	<u>52.453</u>	<u>(905)</u>
 Imposto de renda e contribuição social registrados ao resultado do período	 <u><u>(373.894)</u></u>	 <u><u>(169.861)</u></u>

Notas Explicativas

36 Lucro por ação

(a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

	<u>09/2011</u>	<u>09/2010</u>
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	879.464	332.719
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	2.217.374	2.475.735
Lucro básico por ação	0,3968	0,1344

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A Companhia não possui potenciais ações ordinárias.

37 Transações com Grupo Telecom Itália

Os saldos consolidados das transações com empresas do Grupo Telecom Itália são os seguintes:

	<u>Ativo</u>	
	<u>09/2011</u>	<u>12/2010</u>
Telecom Personel Argentina (1)	1.493	1.043
Telecom Italia Sparkle (1)	13.665	12.578
Telecom Italia S.p.A. (2)	7.741	3.251
Outros	2.807	1.102
Total	<u>25.706</u>	<u>17.974</u>

	<u>Passivo</u>	
	<u>09/2011</u>	<u>12/2010</u>
Telecom Italia S.p.A. (2)	23.789	21.643
Telecom Personel Argentina (1)	2.702	1.849
Telecom Italia Sparkle (1)	7.480	4.225
Italtel (3)	18.635	15.361
Outros	6.968	1.470
Total	<u>59.574</u>	<u>44.548</u>

	<u>Receita</u>	
	<u>09/2011</u>	<u>09/2010</u>
Telecom Italia S.p.A. (2)	12.117	12.597
Telecom Personel Argentina (1)	2.963	4.441
Telecom Italia Sparkle (1)	22.703	21.847
Outras	1.082	837
Total	<u>38.865</u>	<u>39.722</u>

Notas Explicativas

	<u>Custo/Despesa</u>	
	<u>09/2011</u>	<u>09/2010</u>
Telecom Italia S.p.A. (2)	11.572	22.728
Telecom Italia Sparkle (1)	15.415	15.376
Telecom Personel Argentina (1)	5.225	6.725
Lan Group (4)	12.360	-
Outros	1.328	6.325
Total	<u>45.900</u>	<u>51.154</u>

- (1) Os valores referem-se a roaming, serviços de valor adicionado – VAS e cessão de meios.
- (2) Os valores referem-se a roaming internacional, assistência técnica e serviços de valor adicionado – VAS.
- (3) Os valores referem-se ao desenvolvimento e manutenção de softwares utilizados no faturamento de serviços de telecomunicações.
- (4) Os valores referem-se a aluguel de links, aluguel de EILD e serviço de sinalização.

Os saldos das contas patrimoniais estão registrados nos grupos: contas a receber, fornecedores e outros ativos e passivos circulantes.

As transações com partes relacionadas são efetuadas em condições normais de mercado.

38 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia, através de suas controladas, realiza transações com instrumentos financeiros derivativos, sem fins especulativos, apenas com o objetivo de eliminar integralmente os riscos relacionados à variação cambial e parcialmente a variação de taxas de juros representados em sua totalidade por contratos de swap, não possuindo, portanto, derivativos exóticos ou outras modalidades de derivativos.

Os instrumentos financeiros da Companhia estão sendo apresentados, por meio de suas controladas, em atendimento ao IAS 32/CPC 39.

Desta forma, os principais fatores de risco que a Companhia e suas controladas estão expostas são os seguintes:

- (i) Riscos de variações cambiais

Os riscos de variações cambiais relacionam-se com a possibilidade das controladas computarem prejuízos derivados de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de dívida com financiamentos obtidos no mercado e as despesas financeiras correspondentes. Para que esses tipos de riscos sejam extintos, as controladas estabelecem contratos de swap com instituições financeiras.

Em 30 de setembro de 2011, os financiamentos das controladas indexados à variação de moedas estrangeiras se encontram integralmente protegidos, tanto em prazo quanto em valor, por contratos de swap. Os ganhos ou perdas com esses contratos de swap são registrados no resultado de suas controladas.

Além dos financiamentos obtidos pelas controladas, objeto dos contratos de swap, não existem outros ativos financeiros em montantes significativos que estejam indexados a moedas estrangeiras.

Notas Explicativas

(ii) Riscos de taxa de juros

Os riscos da taxa de juros relacionam-se com:

A possibilidade de variações no valor justo dos financiamentos obtidos pela TIM Celular à taxas de juros pré-fixadas, quando tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Para que esse tipo de risco seja reduzido, a TIM Celular realiza contratos de swap com instituições financeiras, transformando para um percentual do CDI as taxas de juros pré-fixadas incidentes em parte dos financiamentos contraídos. Os ganhos ou perdas auferidos por esses contratos de swap são registrados no resultado da sua controlada TIM Celular.

A possibilidade de variações no valor justo dos financiamentos obtidos pela controlada TIM Celular indexados a TJLP, quando tais taxas não acompanharem proporcionalmente as taxas referentes aos Certificados de Depósito Interbancários (CDI). Para que esse tipo de risco seja reduzido, a controlada TIM Celular realiza contratos de swap com instituições financeiras, transformando para um percentual do CDI a TJLP incidente em parte dos financiamentos contraídos. Os ganhos ou perdas auferidos com esses contratos de swap são registrados no resultado da sua controlada TIM Celular.

A possibilidade de um movimento desfavorável nas taxas de juros, o que causaria um aumento nas despesas financeiras das controladas, em decorrência da parcela da dívida e das posições passivas em que as controladas se encontram nos contratos de swap atreladas a taxas de juros flutuantes (percentual do CDI). Todavia em 30 de setembro de 2011, as controladas mantêm seus recursos financeiros aplicados em Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), o que reduz substancialmente esse risco.

(iii) Risco de crédito inerente à prestação de serviços

O risco está relacionado à possibilidade das controladas computarem prejuízos derivados de dificuldades em cobrar os valores faturados aos assinantes. Para que esse tipo de risco seja reduzido, as controladas realizam análises de crédito auxiliando a gerência de risco quanto a problemas de cobrança e monitora as contas a receber de assinantes, bloqueando a capacidade de utilização de serviços caso os clientes não paguem suas dívidas. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das contas a receber líquidas de serviços prestados em 30 de setembro de 2011 e 2010 ou das receitas de serviços prestados durante os períodos findos naquelas datas.

(iv) Risco de crédito inerente à venda de aparelhos telefônicos e de cartões de telefones pré-pagos

A política das controladas para venda de aparelhos telefônicos e distribuição de cartões de telefones pré-pagos está diretamente relacionada aos níveis de risco de créditos aceitos durante o curso normal do negócio. A seleção de parceiros, a diversificação da carteira de contas a receber, o monitoramento das condições de empréstimos, as posições e limites de pedidos estabelecidos para os negociantes, a constituição de garantias reais são procedimentos adotados pelas controladas para minimizar possíveis problemas de cobrança com seus parceiros comerciais. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das contas a receber líquidas de venda de mercadorias em 30 de setembro de 2011 e 2010 ou das receitas de venda de mercadorias durante os períodos findos naquelas datas.

Notas Explicativas

(v) Risco de crédito financeiro

O risco está relacionado à possibilidade das controladas computarem perdas derivadas da dificuldade de resgate das aplicações financeiras de curto prazo e dos contratos de swap, em razão de eventual insolvência das contrapartes. As controladas minimizam o risco associado a esses instrumentos financeiros mantendo operações apenas com instituições financeiras de reconhecida solidez no mercado, além de seguirem política que estabelece níveis máximos de concentração de risco por instituição financeira.

Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados estão apresentados a seguir:

	09/2011			12/2010		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
Operações com derivativos	57.606	(116.251)	(58.645)	22.868	(166.553)	(143.685)
Parcela circulante	7.656	(923)	6.733	6.122	(2.071)	4.051
Parcela não circulante	49.950	(115.328)	(65.378)	16.746	(164.482)	(147.736)

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados em 30 de setembro de 2011 vencíveis a longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

	Ativo	Passivo
2012		
2013	31.399	(1.189)
2014	-	-
2015	-	-
2016 em diante	18.551	(114.139)
	49.950	(115.328)

Ativos e passivos financeiros consolidados mensurados pelo valor justo:

30 de setembro de 2011			
	Nível 1	Nível 2	Saldo total
Ativos			
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado			
Títulos para negociação	2.039.191		2.039.191
Derivativos usados para <i>hedge</i>		57.606	57.606
Total do ativo	2.039.191	57.606	2.096.797
Passivos			
Derivativos usados para <i>hedge</i>		116.251	116.251
Total do passivo		116.251	116.251

Notas Explicativas

31 de dezembro de 2010

	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos			
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado			
Títulos para negociação	2.304.077		2.304.077
Derivativos usados para <i>hedge</i>	-	22.868	22.868
Total do ativo	2.304.077	22.868	2.326.945
Passivos			
Derivativos usados para <i>hedge</i>	-	166.553	166.553
Total do passivo	-	166.553	166.553

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais de Certificados de Depósitos Bancários classificados como títulos para negociação.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- O valor justo de *swaps* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos das controladas foram determinados por meio de fluxos de caixa futuros (posição ativa e passiva) utilizando as condições contratadas e trazendo esses fluxos a valor presente por meio de descontos pelo uso de taxa futura de juros divulgadas por fontes de mercado. Os valores justos foram estimados em um momento específico, com base em informações disponíveis e metodologias de avaliação próprias.

Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Notas Explicativas

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Política de proteção de riscos financeiros adotada pela Companhia – Síntese

A política da Companhia estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de financiamentos, seja em moeda estrangeira ou nacional, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados a variações cambiais e na taxa de juros.

A contratação de instrumentos financeiros derivativos contra a exposição cambial deve ocorrer simultaneamente à contratação da dívida que deu origem a tal exposição. O nível de cobertura a ser contratado para as referidas exposições cambiais é de 100% do risco, tanto em prazo quanto em valor.

Na exposição a fatores de risco em moeda nacional, contraídos por meio de financiamentos atrelados a taxas de juros pré-fixadas ou TJLP, pelo fato das disponibilidades de suas controladas serem remuneradas pelo CDI, as controladas têm como estratégia transformar parte destes riscos em exposição ao CDI.

Em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, não há quaisquer tipos de margens ou garantias aplicadas às operações com instrumentos financeiros derivativos da Companhia e de suas controladas.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o rating disponibilizado por renomadas agências de análise de risco, patrimônio líquido e níveis de concentração de operações e recursos.

As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratados pelas controladas e vigentes em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 estão demonstradas no quadro a seguir:

	Objeto	Moeda	Valor de Referência (Nocional)		Valor Justo	
			09/2011	12/2010	09/2011	12/2010
Risco dos juros pré-fixados contra CDI	Parte dos financiamentos obtidos junto ao BNB	BRL	19.088	34.501	37.638 (32.727)	62.700 (55.415)
Saldo líquido					4.911	7.285
Risco da TJLP contra CDI	Parte dos financiamentos obtidos junto ao BNDES	BRL	159.321	230.665	161.838 (158.811)	228.578 (228.990)
Saldo líquido					3.027	(412)
Risco cambial USD contra CDI	Proteção integral do risco de variação cambial das Linhas Res. 4131, obtidas junto aos Bancos JPM e BOFA, Bancos BNP Paribas e BEI	USD	1.213.820	840.940	1.145.056 (1.211.639)	673.770 (824.328)
Saldo líquido					(66.583)	(150.558)
TOTAL			1.392.229	1.106.106	(58.645)	(143.685)

Notas Explicativas

Swap de juros pré-fixados vs. CDI

A controlada TIM Celular possui dívidas contratadas em taxas fixas com o Banco do Nordeste Brasil (BNB). Visando proteger-se contra uma possível variação no valor justo do financiamento em caso de uma queda na taxa de juros, parte das operações de financiamento contratadas em 2004 e 2005 junto ao BNB foram objeto de hedge. Os referidos instrumentos financeiros de derivativos possuem vencimentos mensais até abril de 2013 e protegem aproximadamente 44,31% da totalidade dos financiamentos obtidos junto ao BNB pela TIM Celular.

Tomando por base a atual taxa de referência do BNB fixada em 10% a.a. nos financiamentos contraídos pela controlada TIM Celular e os respectivos instrumentos financeiros derivativos contratados para parte desses financiamentos, na média, na sua ponta ativa a 11,03 % a.a. e na ponta passiva a 72,38% do CDI. Esses instrumentos financeiros derivativos foram contratados junto ao Santander e Itaú BBA S.A.

Swap de TJLP vs. CDI

Estas operações com instrumentos financeiros derivativos visam proteger a controlada TIM Celular contra uma possível perda patrimonial em virtude de aumento por parte do BNDES em sua taxa de referência (TJLP), nos financiamentos contratados junto àquela Instituição em 2005, e apresentam sua ponta passiva contratada a um custo médio equivalente a 91,37% do CDI. Essas operações atualmente protegem 10,10% do total dos financiamentos obtidos junto ao BNDES.

Esses instrumentos financeiros derivativos foram contratados junto ao Santander e Itaú BBA S.A.

Swap cambial vs. CDI

Os instrumentos financeiros de derivativos dessa modalidade visam proteger a controlada TIM Celular contra o risco cambial, oriundo dos contratos de empréstimo em moeda estrangeira, contraído junto ao BNP Paribas com garantida da SACE, BEI, JP Morgan e BoFA até o vencimento de cada dívida.

O empréstimo com BNP Paribas se encontra protegido a um custo médio de 95,01% do CDI e o empréstimo com o BEI está protegido a um custo de 95,42% do CDI, o empréstimo com o JP Morgan está protegido a um custo de 92,00% do CDI e o empréstimo com o BoFA está protegido a um custo de 92,50% do CDI.

Esses instrumentos financeiros derivativos foram contratados junto ao Santander, Citibank, Morgan Stanley, BES, JP Morgan e BoFA Merrill Lynch.

Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade – efeito na variação do valor justo dos swaps

Para fins de identificação de possíveis distorções advindas das operações com instrumentos financeiros derivativos consolidados atualmente vigentes, uma análise de sensibilidade foi realizada considerando três cenários distintos (provável, possível e remoto) e seus respectivos impactos nos resultados obtidos, quais sejam:

Notas Explicativas

Descrição	09/2011	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Dívida pré-fixada (valor parcial)	37.638	37.638	37.088	36.561
Valor justo da ponta ativa do swap	37.638	37.638	37.088	36.561
Valor justo da ponta passiva do swap	(32.727)	(32.727)	(32.591)	(32.459)
Exposição líquida no swap	4.911	4.911	4.497	4.102
Dívida em TJLP (valor parcial)	161.838	161.838	158.514	155.357
Valor justo da ponta ativa do swap	161.838	161.838	158.514	155.357
Valor justo da ponta passiva do swap	(158.811)	(158.811)	(158.710)	(158.618)
Exposição líquida no swap	3.027	3.027	(196)	(3.261)
Dívida em USD (BNP Paribas, BEI, JPM e BoFA)	1.145.056	1.145.056	1.445.219	1.750.942
Valor justo da ponta ativa do swap	1.145.056	1.145.056	1.445.219	1.750.942
Valor justo da ponta passiva do swap	(1.211.639)	(1.211.639)	(1.209.612)	(1.207.939)
Exposição líquida no swap	(66.583)	(66.583)	235.607	543.003

Como as controladas possuem apenas instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção de suas respectivas dívidas financeiras, as variações dos cenários são acompanhadas do respectivo objeto de proteção, mostrando assim que os efeitos referentes à exposição gerada nos swaps terão sua contrapartida refletidos na dívida. Para estas operações, as suas controladas divulgaram o valor justo do objeto (dívida) e do instrumento financeiro derivativo de proteção em linhas separadas, conforme demonstrado acima no quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, de modo a informar sobre a exposição líquida de suas controladas em cada um dos três cenários mencionados.

Salientamos o fato de que as operações com instrumentos financeiros derivativos contratados pelas controladas têm como único objetivo o de proteção patrimonial. Desta forma, uma melhora ou piora em seus respectivos valores de mercado equivalerá a um movimento inverso nas correspondentes parcelas do valor da dívida financeira contratada, objeto dos instrumentos financeiros derivativos das controladas.

Nossas análises de sensibilidade referentes aos instrumentos financeiros derivativos vigentes em 30 de setembro de 2011 foram realizadas considerando, basicamente, as premissas relacionadas às variações nas taxas de juros de mercado, incluindo a TJLP e a variação do dólar americano utilizadas nos contratos de swap. A utilização destas premissas em nossas análises se deve exclusivamente às características de nossos instrumentos financeiros derivativos, os quais apresentam exposição somente às variações na taxa de juros e de câmbio.

Tendo em vista as características dos instrumentos financeiros derivativos das controladas, nossas premissas levaram em consideração, basicamente, o efeito da redução dos principais índices atrelados às operações de swap (CDI e TJLP) e variações do dólar americano utilizadas nas operações, atingindo, respectivamente, os percentuais e cotações indicados abaixo:

Variável de risco	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
CDI	11,88%	14,85%	17,82%
TJLP	6,00%	7,50%	9,00%
USD	1,8131	2,2664	2,7197

Notas Explicativas

Quadro com ganhos e perdas com derivativos no período

	09/2011
Risco dos juros pré-fixados contra CDI	856
Risco dos TJLP contra CDI	3.657
Risco cambial USD contra CDI	20.376
Ganhos (Perdas) líquidos	<u>24.889</u>

39 Planos de pensão e outros benefícios pós-emprego

	Controladora	
	09/2011	12/2010
Termo de relação contratual atípico ("TRCA")	4.173	4.362
PAMA	894	894
	<u>5.067</u>	<u>5.256</u>
	Consolidado	
	09/2011	12/2010
Termo de relação contratual atípico ("TRCA")	4.173	4.362
PAMA	4.486	4.486
PAMEC/apólice de ativos	318	318
	<u>8.977</u>	<u>9.166</u>

Plano de Previdência Complementar

Em 07 de agosto de 2006, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a implantação de Plano de Previdência Complementar nas modalidades PGBL e VGBL da Companhia e da TIM Celular e TIM Nordeste incorporada pela TIM Celular junto ao Itaú Vida e Previdência S.A. Foram elegíveis ao Plano de Previdência Complementar todos os funcionários que ainda não possuíam benefício previdenciário patrocinado pela Companhia e suas controladas.

Termo de Relação Contratual Atípico

A Companhia é patrocinadora, por sucessão do processo de cisão parcial da Telecomunicações do Paraná S.A - TELEPAR, de planos de complementação de aposentadoria instituídos em 1970 por Termo de Acordo Coletivo e ratificados pelo Termo de Relação Contratual Atípico, firmado entre a Companhia e os sindicatos representantes das categorias profissionais então existentes.

O acordo cobre 86 empregados contratados antes de 31 de dezembro de 1982, concedendo uma pensão complementar. Esse direito é concedido somente se os referidos empregados se aposentarem após terem cumprido o tempo mínimo para aposentadoria (30 anos para os homens e 25 anos para as mulheres).

Notas Explicativas

Em função da cisão da Telebrás em junho de 1998, a Companhia optou pela extinção desse plano de complementação de aposentadoria. Como resultado do término deste plano, a Companhia permitiu que os participantes do plano recebessem um pagamento em dinheiro dos benefícios acumulados ou transferissem suas obrigações de benefícios acumuladas para o plano PBT-SISTEL. A maioria dos empregados participantes do plano optou pelo pagamento em dinheiro ou pelo ingresso no plano PBT-SISTEL. O restante provisionado será utilizado para cobrir os benefícios daqueles empregados que ainda não fizeram sua opção (4 empregados em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010).

SISTEL e TIMPREV

A Companhia, a TIM Nordeste incorporada pela TIM Celular e a TIM Celular vêm patrocinando plano de previdência privada de benefícios definidos para um grupo de empregados oriundos do antigo sistema TELEBRÁS sob a administração da Fundação Sistel de Seguridade Social – SISTEL, como consequência dos dispositivos legais relacionados ao processo de privatização destas empresas em julho de 1998.

Considerando que em 1999 e em 2000 as patrocinadoras dos planos administrados pela SISTEL já haviam negociado condições para a criação de planos individualizados de aposentadoria por patrocinadora e manutenção da solidariedade apenas para os participantes já assistidos na data de 31 de janeiro de 2000, a Companhia e suas controladas, ao longo de 2002 e a exemplo de outras empresas oriundas do antigo Sistema TELEBRÁS, iniciaram gestões para a formatação de um Plano de Contribuição Definida que atendesse aos mais modernos padrões de seguridade social praticados na iniciativa privada e que permitisse ao grupo de empregados vinculados ao SISTEL a possibilidade de migração.

Em 13 de novembro de 2002 a Secretaria de Previdência Complementar, através do Ofício 1917 CGAJ/SPC aprovou o regulamento do novo plano previdenciário, doravante denominado Regulamento do Plano de Benefícios TIMPREV, na modalidade contribuição definida, dispondo novas condições de concessão e de manutenção de benefícios, bem como os direitos e obrigações da Entidade Administradora do Plano, das Patrocinadoras, dos Participantes e de seus respectivos beneficiários.

Na nova modalidade, a contribuição normal da patrocinadora corresponderá a 100% do valor da contribuição básica do participante, enquanto que a entidade administradora do TIMPREV assegurará, nos termos e condições do regulamento aprovado, os benefícios abaixo elencados, não se obrigando a conceder qualquer outro, mesmo que a Previdência Social os conceda aos seus beneficiários:

- Aposentadoria Normal
- Aposentadoria Antecipada
- Aposentadoria por Invalidez
- Benefício Proporcional Diferido
- Pensão por Morte

Como não houve uma migração integral dos funcionários da Companhia e suas controladas para o plano TIMPREV, os planos de pensão e os planos médicos oriundos do sistema TELEBRÁS continuam existindo e estão resumidamente explicados abaixo:

PBS: plano de benefícios da SISTEL, o qual tem característica de benefício definido e inclui os empregados ativos que faziam parte dos planos patrocinados pelas empresas do antigo Sistema TELEBRÁS;

Notas Explicativas

PBS Assistidos: plano de pensão para empregados inativos, sendo tal plano de benefícios multi-patrocinado;

Convênio de Administração: convênio de administração de pagamento de aposentadoria a aposentados e pensionistas, para os aposentados das precessoras das companhias controladas;

PAMEC/Apólice de Ativos: plano de assistência médica ao complementado, para os aposentados das precessoras das companhias controladas;

PAMA: plano de assistência médica para os empregados aposentados e a seus dependentes, a custo compartilhado.

De acordo com as regras estabelecidas pela NPC-26 do IBRACON, aprovada pela Deliberação CVM nº 371, os planos que apresentam um superávit não são registrados pela Companhia, em virtude da impossibilidade de reembolso do mesmo, além de que as contribuições não serão reduzidas para o patrocinador no futuro.

Em 29 de janeiro de 2007 e 09 de abril de 2007 o Ministério da Previdência Social, através da SPC - Secretaria da Previdência Complementar, aprovou a transferência de gerenciamento dos planos de benefícios PBS–Tele Celular Sul, TIM Prev Sul, PBT–TIM, Convênio de Administração, PBS–Telenordeste Celular e TIM Prev Nordeste, conforme Ofícios SPC/DETEC/CGAT, respectivamente números, 169, 167, 168, 912, 171 e 170, da SISTEL, para o HSBC – Fundo de Pensão.

No que tange aos demais planos PAMA e PBS – Assistidos, os mesmos continuam sendo gerenciados pela SISTEL, exceto o Plano PAMEC que foi extinto, permanecendo a empresa como responsável pela cobertura do referido benefício, que passa a ser denominado PAMEC/Apólice de Ativos.

Considerando a aprovação da proposta de migração pelo Conselho de Administração em janeiro de 2006, e as aprovações do Ministério da Previdência Social, a transferência dos Fundos mencionados da SISTEL, para o HSBC – Fundo de Pensão foram efetivados em abril de 2007.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, as contribuições para os planos de pensão e outros benefícios pós-emprego totalizaram R\$229 (R\$106 no mesmo período de 2010).

40 Honorários da Administração

Os salários e benefícios de curto prazo pagos aos administradores da Companhia e suas controladas no período findo em 30 de setembro de 2011 foram de R\$6.141 (R\$3.689 no mesmo período de 2010).

41 Seguros

A Companhia e suas controladas mantêm política de monitoramento dos riscos inerentes às suas operações. Por conta disso, em 30 de setembro de 2011, a Companhia e suas controladas possuíam contratos de seguros em vigor para cobertura de riscos operacionais, responsabilidade civil, saúde, entre outros. A administração da Companhia e de suas controladas entende que as apólices representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas. Os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes são demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

Modalidades	Valores Segurados
Riscos Operacionais	R\$ 20.863.072
Responsabilidade Civil Geral – RCG	R\$53.000
Automóvel (Frota Executivos e Operacionais)	100% Tabela Fipe. R\$1.000 para Responsabilidade Civil (Danos Materiais e Danos Corporais) e R\$100 para Danos Morais.

42 Compromissos

Aluguéis

A Companhia e suas controladas alugam equipamentos e imóveis por meio de diversos contratos de aluguel com vencimento em diferentes datas. Segue abaixo os pagamentos mínimos futuros relacionados a esses contratos de aluguel:

2012	366.530
2013	384.123
2014	402.177
2015	421.079
2016	440.870
	2.014.779

43 Transações com Grupo Telefônica

Em 28 de abril de 2007, Assicurazioni Generali SpA, Intesa San Paolo S.p.A, Mediobanca S.p.A, Sintonia S.p.A e a Telefónica S.A. assinaram um acordo para adquirir o capital total da Olímpia S.p.A., empresa que, por sua vez, detinha à época aproximadamente 18% do capital votante da Telecom Italia S.p.A., controladora indireta da Companhia. Tal aquisição se deu através de uma companhia chamada Telco S.p.A (“Telco”). Com a implementação da operação em outubro de 2007, a Telco passou a deter 23,6% do capital votante da Telecom Itália S.p.A., controladora indireta da TIM Participações.

A ANATEL, por meio do Ato nº. 68.276/2007, publicado no Diário Oficial da União em 05 de novembro de 2007, aprovou a operação impondo determinadas restrições para garantir a segregação dos negócios e operações de ambos os grupos, Telefônica e TIM no Brasil. Para fins de implementação das determinações da ANATEL, a TIM Brasil e a TIM Celular apresentaram à ANATEL as medidas necessárias para assegurar tal segregação, de fato e de direito, no Brasil, de modo que a participação detida pela Telefônica na Telco S.p.A. não possa gerar ou ser considerada como influência sobre as decisões financeiras, operacionais e estratégicas das operadoras brasileiras do grupo TIM. A TIM, portanto, continua atuando no mercado brasileiro com a mesma independência e autonomia de antes da operação.

Notas Explicativas

Em 30 de setembro de 2011 entre as operadoras do grupo TIM, controladas pela TIM Participações, e as operadoras do grupo Telefónica no Brasil, estavam em vigor, exclusivamente, contratos relacionados à prestação de serviços de telecomunicações, abrangendo interconexão, roaming, compartilhamento de sites e acordos de cofaturamento, assim como contratos relacionados ao uso de CSP (código de seleção de prestadora), realizados a preços e condições normais, na forma da legislação em vigor. Os valores a receber e a pagar, decorrentes destes contratos, em 30 de setembro de 2011, são de R\$134.797 e R\$102.057 (R\$129.249 e R\$92.649 em 31 de dezembro de 2010), respectivamente. Os valores registrados no resultado da Companhia após a aprovação da transação estão representados por receitas e despesas operacionais de R\$1.011.477 e R\$740.39 (R\$957.563 e R\$646.820 em 30 de setembro de 2010), respectivamente.

44 Despesas por natureza

	<u>09/2011</u>	<u>09/2010</u>
Despesas por natureza		
Custo dos serviços prestados e das mercadorias vendidas	(6.178.568)	(5.370.481)
Comercialização	(3.635.788)	(3.358.345)
Gerais e administrativas	(725.568)	(769.339)
Outras receitas/despesas operacionais	(443.482)	(348.041)
	<u>(10.983.406)</u>	<u>(9.846.206)</u>
Classificados como:		
Pessoal	(468.176)	(440.518)
Publicidade e propaganda	(396.168)	(410.445)
Serviços de terceiros	(2.327.008)	(2.100.854)
Interconexão	(2.894.310)	(2.670.950)
Custo das mercadorias vendidas	(1.517.879)	(642.106)
Depreciação e amortização	(1.931.179)	(2.306.661)
Provisão para devedores duvidosos	(169.078)	(252.482)
Impostos, taxas e contribuições	(867.559)	(682.026)
Outros	(412.049)	(340.164)
	<u>(10.983.406)</u>	<u>(9.846.206)</u>

45 Demonstração consolidada do resultado abrangente

	<u>09/2011</u>	<u>09/2010</u>
Lucro líquido do período	880.069	327.068
Outros componentes do resultado abrangente do período	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	880.069	327.068
Atribuível:		
- Acionistas da Companhia	880.069	327.068

Notas Explicativas

46 Divulgações suplementares sobre informações do fluxo de caixa consolidado

	<u>09/2011</u>	<u>09/2010</u>
Juros pagos	181.201	201.900
Imposto de renda e contribuição social pagos	202.961	69.752

47 Eventos subsequentes

Aumento de capital da Companhia

Em 04 de outubro de 2011, a Companhia encerrou o processo de oferta pública de distribuição primária de 190.796.858 ações ordinárias. A oferta foi encerrada ao preço de R\$8,60 (oito reais e sessenta centavos) por ação. Conseqüentemente, foram captados R\$1.640.853 pela TIM Participações. Tais recursos foram registrados pela Companhia em outubro de 2011, na conta de capital social.

Adicionalmente, a Companhia outorgou aos bancos Morgan Stanley S.A. e Morgan Stanley & Co. LLC a opção de distribuição pública de lote suplementar de 9.461.510 ações ordinárias. Esta outorga teve como finalidade exclusiva atender ao excesso de demanda constatado na oferta pública mencionada no parágrafo anterior. As opções foram exercidas em outubro de 2011, ao preço de R\$8,60 (oito reais e sessenta centavos) por ação, resultando em um novo aumento de capital na Companhia de R\$81.369.

Os custos diretamente atrelados a estes processos de captação, no montante de R\$47.177 foram registrados em conta redutora do capital social, conforme disposto no pronunciamento CPC 08.

O encerramento da oferta pública não trouxe alterações relevantes (acima de 5% sobre o total do capital social) nos percentuais de participação dos acionistas do Grupo.

Aumento de capital na controlada TIM Celular

Em outubro de 2011, a Companhia aportou recursos no montante de R\$1.608.000 na controlada integral TIM Celular. Tais recursos foram realizados na forma de aumento do capital social da controlada.

Aquisição de novas controladas

Conforme descrito na nota explicativa 1, em 31 de outubro de 2011, a controlada integral TIM Celular firmou, com a Companhia Brasileira de Energia e com a AES Elpa S.A., um contrato tendo por objeto a compra de suas participações societárias na Eletropaulo Telecomunicações Ltda. (100%) e AES Communications Rio de Janeiro S.A. (98.3%). Os valores de aquisição destas empresas foram, respectivamente, R\$1.074.179 e R\$447.471. A Companhia aguarda o fechamento contábil do patrimônio líquido de ambas as empresas, em 31 de outubro de 2011, para proceder aos cálculos finais da mais valia das transações, assim como alocar esta mais valia aos ativos adquiridos e passivos assumidos das duas novas controladas.

Ambas as aquisições foram liquidadas integralmente com os recursos provenientes do caixa da TIM Celular.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório de revisão dos auditores independentes

Aos Administradores e Acionistas
TIM Participações S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da TIM Participações S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2011, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado para os períodos de três e de nove meses findos nessa data, bem como as demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos

leve a acreditar que não estão adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 31 de outubro de 2011

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Sérgio Eduardo Zamora
Contador CRC 1SP168728/O-4 "S" RJ

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL ("CF")
EM 28 DE OUTUBRO DE 2011

DATA, HORÁRIO E LOCAL: 28 de outubro de 2011, às 10h00m, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro.

Os membros do Conselho Fiscal da TIM Participações S.A., no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no artigo 163 da Lei das Sociedades por Ações, procederam a revisão e análise das informações trimestrais, acompanhadas do relatório de revisão limitada da PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes, relativos ao período findo em 30 de setembro de 2011 e, considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pelos Auditores Independentes, julgam as informações apropriadas para a aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Rio de Janeiro (RJ), 28 de outubro de 2011.

ALBERTO EMMANUEL WHITAKER
Presidente do Conselho Fiscal

OSWALDO ORSOLIN
Membro do Conselho Fiscal

CARLOS ALBERTO CASER
Membro do Conselho Fiscal

SAMUEL DE PAULA MATOS
Membro do Conselho Fiscal

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO**

PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO DA CVM nº 480/09

CLAUDIO ZEZZA, Italiano, casado, economista, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 060.808.147-73, com escritório na Avenida das Américas, nº 3.434, Bloco 1, 7º andar, na cidade e estado do Rio de Janeiro, na qualidade de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da TIM PARTICIPAÇÕES S.A., companhia aberta, com sede na Avenida das Américas, nº 3.434, Bloco 1, 7º andar - parte, cidade e estado do Rio de Janeiro, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 02.558.115/0001-21 ("Companhia"), declara, nos termos do inciso VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que juntamente com os demais diretores da Companhia: reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia referente ao período findo em 30 de setembro de 2011.

Rio de Janeiro, 31 de outubro de 2011.

Claudio Zezza
Diretor Financeiro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO DA CVM nº 480/09

CLAUDIO ZEZZA, Italiano, casado, economista, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 060.808.147-73, com escritório na Avenida das Américas, nº 3.434, Bloco 1, 7º andar, na cidade e estado do Rio de Janeiro, na qualidade de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da TIM PARTICIPAÇÕES S.A., companhia aberta, com sede na Avenida das Américas, nº 3.434, Bloco 1, 7º andar - parte, cidade e estado do Rio de Janeiro, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 02.558.115/0001-21 ("Companhia"), declara, nos termos do inciso V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que juntamente com os demais diretores da Companhia: reviu, discutiu e concorda com o relatório de revisão especial dos auditores independentes da Companhia referente ao período findo em 30 de setembro de 2011.

Rio de Janeiro, 31 de outubro de 2011.

Claudio Zezza
Diretor Financeiro